



D I Á R I O

# do Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE MAIO DE 1992

Presidente: Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Maria Leonor Beleza de Mendonça Tavares

Secretários: Ex.<sup>mo</sup> Srs. José Mário Lemos Damião  
José de Almeida Cesário  
Alberto Monteiro de Araújo

## S U M Á R I O

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 25 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta da entrada na Mesa da interpelação ao Governo n.º 5/VI e do projecto de deliberação n.º 24/VI, de requerimentos e respostas a alguns outros.

Em declaração política, o Sr. Deputado João Proença (PS) criticou o diploma que cria o quadro de excedentes da Administração Pública.

Também em declaração política, o Sr. Deputado António Branco Malveiro (PSD) teceu considerações sobre a segurança social em Portugal.

O Sr. Deputado Marques da Costa (PS) referiu-se à necessidade de se realizar um debate mais amplo sobre a ratificação e as consequências do Tratado de Maastricht e respondeu, no fim, a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Narana Coissôr (CDS).

O Sr. Deputado António Filipe (PCP) criticou o Ministro Couto dos Santos por este não ter ainda debatido na Assembleia questões relativas à educação, respondendo depois a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Carlos Coelho (PSD) e José António Seguro (PS).

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Marília Raimundo (PSD) abordou diversas questões relativas ao distrito da Guarda e respondeu a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Carlos Luís (PS).

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Elisa Damião (PS) alertou para a situação social em alguns sectores industriais.

O Sr. Deputado António Vairinhos (PSD) condenou a gestão dos eleitos do PS nas autarquias do Algarve. Deu explicações aos Srs. Deputados José Apolinário e Fialho Anastácio (PS) e respondeu a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Álvaro Viegas (PSD).

**Ordem do dia.** — Foram aprovados os n.º 43 a 51 do Diário. Foram debatidos conjuntamente, na generalidade, os projectos de lei n.º 81/VI — Programa de rearborização para áreas percorridas por incêndios florestais (PCP), 82/VI — Programa de emergência para a defesa da floresta portuguesa (PCP) e 136/VI — Ampliação da competência das comissões especializadas de fogos florestais municipais e adopção de medidas preventivas contra fogos florestais (PS) e de resolução n.º 8/VI — Promove a realização de um seminário sobre fogos florestais e defesa do ordenamento da floresta portuguesa e do espaço rural (PCP), tendo os diplomas apresentados pelo PCP baixado à Comissão para nova apreciação antes da votação na generalidade.

Intervieram, a diverso título, além do Sr. Ministro da Administração Interna (Dias Loureiro) e do Sr. Secretário de Estado da Agricultura (Álvaro Amaro), os Srs. Deputados Lino de Carvalho (PCP), Manuel Queiró (CDS), António Campos (PS), André Martins (Os Verdes), Júlio Henriques (PS), Mário Tomé (Indep.), Correia de Campos (PS), João Muñoz (PSD), Luís Capoulas Santos (PS), José Júlio Ribeiro (PSD), Raúl Castro (Indep.) e Antunes da Silva (PSD).

Entretanto, foram aprovadas, em votação final global, as propostas de lei n.º 11/VI — Autoriza o Governo a alterar o regime de suspensão do contrato de trabalho e de redução do período normal de trabalho, 12/VI — Autoriza o Governo a rever o regime legal do contrato de serviço doméstico e 16/VI — Autoriza o Governo a legislar em matéria de regime jurídico das relações colectivas de trabalho e, em votação global, a proposta de resolução n.º 10 /VI — Aprova, para ratificação, a Convenção sobre a Determinação do Estado Responsável pela Análise de Um Pedido de Asilo Apresentado Num Estado Membro das Comunidades Europeias.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 15 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 25 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Absílio Sousa e Silva.  
Adérito Soares Campos.  
Adriano da Silva Pinto.  
Alberto Cerqueira Oliveira.  
Alberto Monteiro de Araújo.  
Álvaro José Martins Viegas.  
Ana Paula Matos Barros.  
António Correia Vairinhos.  
António da Silva Bacelar.  
António de Carvalho Martins.  
António do Carmo Malveiro.  
António Esteves Morgado.  
António Germano Sá e Abreu.  
Anjónio José da Mota Veiga.  
António Paulo Coelho.  
António Santos Pires Afonso.  
Aristides Alves Teixeira.  
Arlindo da Silva Moreira.  
Armando Guerreiro da Cunha.  
Arménio dos Santos.  
Belarmino Henriques Correia.  
Bernardino Gata da Silva.  
Carlos Almeida Figueiredo.  
Carlos de Almeida Coelho.  
Carlos Duarte Oliveira.  
Carlos Lopes Pereira.  
Carlos Lélis.  
Carlos Manuel Gonçalves.  
Carlos Miguel de Oliveira.  
Carlos Oliveira da Silva.  
Cecília Pita Catarino.  
Delmar Ramiro Palas.  
Domingos Duarte Lima.  
Domingos José Soares Lima.  
Duarte Rogério Pacheco.  
Eduardo Pereira da Silva.  
Elói Franklin Ribeiro.  
Ema Maria Lóia Paulista.  
Fernando Correia Afonso.  
Fernando dos Reis Condesso.  
Fernando Marques de Andrade.  
Filipe Manuel Silva Abreu.  
Francisco Antunes da Silva.  
Francisco Fernandes Martins.  
Guido Orlando Rodrigues.  
Hilário Azevedo Marques.  
Isilda Maria Pires Martins.  
Jaime Gomes Mil-Homens.  
João Alberto Granja Silva.  
João Carlos Duarte.  
João do Lago Mota.  
João José da Silva Maçãs.  
João José Pedreira de Matos.  
Joaquim Cardoso Martins.  
Joaquim Eduardo Gomes.  
Joaquim Vilela de Araújo.  
Jorge Paulo Roque da Cunha.  
José Alberto Puig Costa.

José Álvaro Pacheco Pereira.  
José Ângelo Correia.  
José António Peixoto Lima.  
José Borregana Meireles.  
José de Almeida Cesário.  
José Freitas Costa Leite.  
José Júlio Carvalho Ribeiro.  
José Leite Machado.  
José Macário Correia.  
José Manuel da Silva Costa.  
José Mário Gaspar.  
José Mário Lemos Damião.  
José Pereira Lopes.  
Luís António Martins.  
Luís Carlos David Nobre.  
Luís Carrilho da Cunha.  
Luís Filipe Pais de Sousa.  
Luís Manuel Costa Geraldes.  
Manuel Acácio Martins Roque.  
Manuel Antero Cunha Pinto.  
Manuel Azevedo.  
Manuel Baptista Cardoso.  
Manuel Casimiro de Almeida.  
Manuel Castro de Almeida.  
Manuel Costa Andrade.  
Manuel Lima Amorim.  
Manuel Simões Marques.  
Maria Conceição Rodrigues.  
Maria da Conceição Pereira.  
Maria de Lurdes Póvoa Costa.  
Maria Helena Ramos Mourão.  
Maria Leonor Beleza.  
Maria Margarida de Sousa.  
Marília Dulce Pires Morgado.  
Mário Belo Maciel.  
Mário de Oliveira Santos.  
Melchior Pereira Moreira.  
Miguel Bento Macedo e Silva.  
Nuno Delerue Alvim de Matos.  
Olinto da Cruz Ravara.  
Rui Alberto Limpo Salvada.  
Rui Fernando da Silva Rio.  
Rui Manuel Lobo Gomes Silva.  
Simão José Ricon Peres.  
Virgílio de Carneiro.  
Vítor Manuel Igreja Raposo.

Partido Socialista (PS):

Alberto Bernandes Costa.  
Alberto de Oliveira e Silva.  
Alberto de Sousa Martins.  
Alberto Manuel Avelino.  
António Correia de Campos.  
António Crisóstomo Teixeira.  
António Domingues Azevedo.  
António José Martins Seguro.  
António Marques Júnior.  
António Oliveira Guterres.  
António Poppe Lopes Cardoso.  
António Ribeiro Campos.  
Armando Martins Vara.  
Artur Pereira dos Penedos.  
Carlos Manuel Luís.  
Edite Marreiros Estrela.  
Eduardo Ferro Rodrigues.

Eduardo Ribeiro Pereira.  
 Elisa Maria Ramos Damião.  
 Fernando Manuel Costa.  
 Fernando Pereira Marques.  
 Guilherme de Oliveira Martins.  
 Helena Torres Marques.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 João António Gomes Proença.  
 João Ferraz de Abreu.  
 João Maria Meneses Ferreira.  
 João Rui Gaspar de Almeida.  
 Joaquim Fialho Anastácio.  
 José Apolinário Portada.  
 José Barbosa Mota.  
 José Eduardo Reis.  
 José Ernesto dos Reis.  
 José Gameiro dos Santos.  
 José Manuel da Silva Lemos.  
 José Manuel Lello Almeida.  
 José Manuel Magalhães.  
 José Rebelo dos Reis Lamego.  
 José Sócrates de Sousa.  
 Júlio da Piedade Henriques.  
 Júlio Miranda Calha.  
 Laurentino José Castro Dias.  
 Leonor Coutinho Santos.  
 Luís Capoulas Santos.  
 Luís Filipe Madeira.  
 Manuel António dos Santos.  
 Maria Julieta Sampaio.  
 Maria Santa Clara Gomes.  
 Rui António Ferreira Cunha.  
 Rui Machado Ávila.  
 Vítor Manuel Caio Roque.

**Partido Comunista Português (PCP):**

António Filipe Gaião.  
 António Simões de Abreu.  
 Apolónia Maria Teixeira.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 Lino Marques de Carvalho.  
 Luís Carlos Martins Peixoto.  
 Maria de Lourdes Hespanhol.  
 Octávio Augusto Teixeira.  
 Vítor Manuel Ranita.

**Centro Democrático Social (CDS):**

Adriano José Alves Moreira.  
 Narana Sinai Coissoró.

**Partido Ecologista Os Verdes (PEV):**

André Valente Martins.  
 Isabel Maria Almeida Castro.

**Partido da Solidariedade Nacional (PSN):**

Manuel Sérgio Vieira Cunha.

**Deputados independentes:**

Mário Batista Tomé.  
 Raul de Moraes e Castro.

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

A Sr.º Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai anunciar os diplomas, os requerimentos e as respostas a requerimentos que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (José Cesário): — Sr.º Presidente, Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: a interpelação ao Governo n.º 5/VI — sobre política geral (CDS) e o projecto de deliberação n.º 24/VI — Solidariedade institucional da Assembleia da República com as autonomias regionais (PSD).

Nas últimas reuniões plenárias, foram apresentados à Mesa os seguintes requerimentos: ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulado pela Sr.º Deputada Leonor Coutinho, e ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Raúl Castro.

Entretanto, o Governo respondeu aos requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados: Macário Correia, na sessão de 30 de Janeiro, e Fernando Pereira Marques e Marques da Silva, na sessão de 12 de Março.

A Sr.º Presidente (Leonor Beleza): — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado João Proença.

O Sr. João Proença (PS): — Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Com o projecto de diploma dos «excedentes», mais uma vez, o Governo demonstrou a sua total insensibilidade e incapacidade para melhorar o funcionamento da Administração Pública. Criou a Secretaria de Estado para a Modernização Administrativa, duplicou em cinco anos, em valores nominais, as verbas de pessoal, prometeu menos Estado e melhor Estado.

Poderia pensar-se estarem criadas as condições para uma administração eficiente e motivada, com um funcionamento desburocratizado, desconcentrado e regionalizado, com melhores equipamentos e trabalhadores com maior qualificação profissional, traduzindo, assim, uma verdadeira aproximação aos utentes para uma rápida resposta aos seus problemas.

E o que vêm os Portugueses hoje? Uma administração pouco eficiente, confusa, com constante criação e extinção de ministérios, secretarias de estado, direcções-gerais e serviços. O Governo não tem qualquer perspectiva de médio prazo, reage em função de interesses particulares dos seus membros.

O novo sistema retributivo, sendo à partida um sistema mais correcto, com carreiras mais abertas, nada resolveu, apesar dos elevados encargos financeiros envolvidos.

O Governo foi, pois, incapaz de construir um sistema de remunerações e carreiras devidamente articulado. Previa, à partida, a diminuição dos diferenciais salariais entre os ministérios, mas tal não foi cumprido. Pelo contrário, criaram-se novos factores de agravamento das disparidades e multiplicaram-se as anomalias.

Também o Governo prometeu menos Estado e melhor Estado. E mais uma vez não cumpriu: o PSD, sozinho no Governo há sete anos, nada fez de significativo para melhorar o funcionamento da Administração.

Não existem em Portugal trabalhadores da Administração Pública a mais, como bem o demonstram os estudos que a OCDE e o Instituto Internacional da Adminis-

tração Pública vem fazendo. Aliás, o nosso país está, entre os países da Comunidade, com menor número de trabalhadores no sector, quer em termos de população, quer em termos de activos.

Mas não é assim que pensa ou diz pensar o Governo, pois declara existirem trabalhadores a mais em certas carreiras e categorias. Mas o que o Governo não diz é que continua a admitir, pelos mais diferentes métodos e expedientes, um número avultado de trabalhadores.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O que o Governo não diz é que só no período de 1986 a 1991 o número global de efectivos aumentou a um ritmo superior a 10 mil por ano, num total global de 56 mil trabalhadores. E isto em todas as carreiras e categorias, com particular realce para os menos qualificados.

Assim, por cada 10 técnicos e técnicos superiores, no seu conjunto, a Administração admitiu 11 técnico-profissionais, 15 administrativos, 15 escriturários-dactilógrafos, 4 operários e 57 trabalhadores auxiliares. 57! E isto, apesar da entrega ao sector privado de alguns sectores com maior peso de trabalhadores pouco qualificados.

E, apesar de sermos o país da Comunidade com menor percentagem de trabalhadores na administração central, só a administração central continua a crescer: de 1986 a 1988 entraram mais 20 586 trabalhadores na administração central contra apenas 461 na administração local. É evidente que os trabalhadores estão mal distribuídos.

O Governo deveria melhorar a mobilidade, com incentivos adequados, para permitir aos trabalhadores transferir-se de serviço e localidade, uma vez que existem em Portugal obstáculos especiais a essa mobilidade: é o problema da habitação; o emprego dos restantes membros do agregado familiar; a dificuldade de transferência da escola dos filhos.

Também não estão estabelecidos mecanismos de mobilidade entre a administração local e a administração central e regional. E o mecanismo privilegiado de mobilidade, que é uma formação profissional qualificante, é praticamente desconhecido na Administração Pública.

O País, após 1986, vem fazendo um grande esforço nesta área por via dos fundos comunitários. Mas o Governo não se preocupou em discutir as regras, de modo a encaminhar parte desses fundos para um sector que representa cerca de 11% da população activa e que tem as carências que por todos são reconhecidos.

Todos sabem, menos o Estado, que a formação profissional é um investimento estratégico fundamental para a modernização e melhoria da produtividade. A verdade é que o Estado pouco investe e não existe uma verdadeira formação contínua.

E como o Governo se mostra incapaz de qualificar, mobilizar e dignificar, quer utilizar em alternativa a lei do cacete.

O projecto dos «excedentes», colocado à discussão com os sindicatos, é um exemplo claro do que não deve ser feito.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo põe sob a ameaça do despedimento, do contrato a prazo ou da simples tarefa a generalidade dos trabalhadores da Administração. Através deste projecto de diploma, o PSD parece querer todo o Estado ao seu serviço.

Assim, em termos de chefia, existem quatro níveis de escolha directa: director-geral, subdirector geral, director de serviço e chefe de divisão.

É, pois, uma situação que se justificaria em certo período transitório, após a instauração da democracia, mas que cada vez se justifica menos, 18 anos passados. Com isto cria-se instabilidade e desmotivação, nomeadamente nas carreiras técnica superior e técnica, nas quais não estão integrados esses postos de chefia.

Mas, pior que isso, permite a instrumentalização partidária, que o PSD bem tem demonstrado ao tentar criar um autêntico Estado «laranja». Para tanto, leia-se diariamente o *Diário da República* e veja-se a criação permanente de mais lugares e a nomeação de novos dirigentes.

Apesar de tudo, o Governo não está satisfeito, não lhe bastam as chefias, pretende, agora, que os directores-gerais, que livremente nomeou, elaborem agora listas dos chamados «excedentes», sujeitas a despacho do respectivo membro do Governo. Se é certo que este despacho poderá ser impugnado, são infâmias as hipóteses da viabilidade do recurso de anulação, bem como as garantias da sua recepção com efeito suspensivo.

E com que critérios são estas listas elaboradas? Nenhuns, ou melhor, está abrangido todo «o pessoal que deixe de satisfazer necessidades permanentes de serviço ou não reúna as qualificações indispensáveis à sua consecução».

**O Sr. Alberto Martins (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Com esta formulação, todos os trabalhadores podem ser abrangidos, ninguém está excluído. E isto permite aos dirigentes seleccionar segundo os seus próprios critérios, ameaçar, dividir.

Assim vejamos: os trabalhadores que não agradem ao chefe estão em risco de ser marginalizados, despedidos, sem necessidade de qualquer justificação. E quais os organismos que poderão ser abrangidos?

A actual legislação obriga a que os mesmos sejam definidos mediante decreto-lei ou decreto regulamentar, integrados em medidas de racionalização global ou parcial das estruturas e dos quadros. Mas este projecto vai muito mais além, abrangendo todo o pessoal «tido como desocupado ou subutilizado» em resultado, entre outros, do «reconhecimento do número excessivo ou qualitativamente desajustado dos agentes face às respectivas necessidades permanentes de serviço». E tal já não exige qualquer diploma legal, apenas uma simples lista nominativa a elaborar pelos dirigentes.

E que acontece a estes trabalhadores? Os que não pertencem aos quadros, e tenham iniciado funções após 1986, são pura e simplesmente despedidos sem indemnização e sem pré-aviso. Trata-se de um despedimento sem justa causa, proibido constitucionalmente, pois o Estado não prova que exista impossibilidade objectiva de subsistência da relação de trabalho, antes se protege com o arbitrio da conveniência de serviço para se eximir a dar aos seus trabalhadores as garantias que faculta aos trabalhadores do sector privado.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas não é só aqui. Também ao entender que pode ser razão para despedimento o não reunir as qualificações necessárias, o Estado recusa-se a cumprir a obrigação de dar cursos de formação profissional adequada, como consta da lei geral. Na realidade, este compor-

tamento do Governo abrange muitas e muitas dezenas de milhares de trabalhadores.

Por sua vez, os restantes trabalhadores, que não são de imediato despedidos, são colocados no quadro dito de «excedentes», com todas as pressões para abandonarem a Administração Pública, aceitarem tarefas temporárias ou, se tiverem sorte, serem colocados noutro serviço.

Com tudo isto, todos os trabalhadores da Administração se podem considerar a prazo, com as consequências imediatas em termos de direitos e de redução dos salários, que passa a 60% ao fim de um ano.

E, passado esse período, os trabalhadores são obrigados a aceitar lugar num dos cinco concelhos «por si escolhidos», que serão fora do seu distrito nos casos de Lisboa ou Porto. Ou seja, nesses casos, que abrange a esmagadora maioria dos trabalhadores, estes são obrigados a aceitar trabalho a dezenas de quilómetros da sua residência, sem qualquer indemnização ou incentivo.

No projecto de diploma aparecem, também, algumas medidas chamadas de descongestionamento que são globalmente positivas, embora necessitando de aperfeiçoamento. São medidas que assumem carácter voluntário, nos termos, aliás, da proposta apresentada pelo Partido Socialista aquando da discussão do Orçamento do Estado para 1992, e que foi aprovada.

Além do mais, este projecto vem dar inteira razão ao Partido Socialista e às posições e propostas apresentadas nessa discussão do Orçamento do Estado.

Relativamente ao pedido do Governo de autorização legislativa sobre «excedentes», apresentámos, então, uma proposta de alteração com a seguinte formulação: «aumentar a estabilidade de emprego e a mobilidade voluntária, revendo os critérios de constituição e o regime jurídico [...].» Esta proposta veio a ser rejeitada com os votos contra do PSD, mas teve, apesar de tudo, alguns resultados.

Em Plenário e em sede de Comissão de Economia, Finanças e Plano a Sr.ª Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento comprometeu-se, em termos claros, relativamente ao conteúdo do que deveria ser a futura legislação sobre «excedentes».

Em primeiro lugar, referiu a unificação dos vários quadros num único, o que acontece.

Em segundo lugar, referiu ir aumentar a mobilidade «na Administração Pública, por vontade da Administração e dos funcionários», o que, como vimos, não é verdade, pois verifica-se a existência clara de processos de mobilidade forçada.

Em terceiro lugar, que a alteração dos critérios de constituição dos «excedentes» tinha como objectivo básico «deixar de considerar excedentes apenas com base em critérios de antiguidade», o que não é minimamente verdade, como atrás demonstrámos, pois todos os trabalhadores podem ser abrangidos e escolhidos de uma maneira arbitrária.

Mas não são só os compromissos da Secretaria de Estado Adjunta e do Orçamento que não são respeitados. Também o Ministro das Finanças tentou justificar os inaceitáveis aumentos de vencimentos da função pública em 1992, dizendo que os mesmos tinham como contrapartida uma maior segurança de emprego, segurança que aqui é claramente posta em causa.

Este projecto é uma violência que abre o caminho à arbitrariedade!

*Aplausos do PS.*

Parte do pressuposto errado que existem trabalhadores a mais e pretende despedir para promover novas admissões. Não o aceitamos!

É urgente que no futuro exista uma política de gestão de pessoal, que inclua uma política clara de controlo e limitação das novas admissões. As aposentações e saídas voluntárias permitem programar admissões para acorrer às necessidades de melhoria dos serviços, nomeadamente em áreas fundamentais, como as da educação, saúde, justiça e autarquias locais.

Mas, o número global de efectivos não deve continuar a aumentar, sobretudo, da maneira totalmente descontrolada, como vem acontecendo.

É igualmente, prioritário reforçar os mecanismos de mobilidade voluntária. É urgente uma prática de diálogo e negociação permanente, que promova a participação e responsabilização dos trabalhadores a todos os níveis.

O projecto apresentado pelo Governo viola os compromissos assumidos, agride os trabalhadores, compromete a necessária modernização, pelo que deve ser imediatamente retirado e completamente reformulado.

*Aplausos do PS.*

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Também para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado António Branco Malveiro.

O Sr. António Branco Malveiro (PSD): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados: Subo hoje a esta Tribuna para vos trazer uma mensagem e, concomitantemente, prestar uma pública homenagem.

Mensagem que consubstancia uma eseméride muito especial, pelo seu genuíno cariz nacional e pelos valores intrínsecos do seu emblemático simbolismo: comemora-se amanhã, dia 8 de Maio, o Dia Nacional da Segurança Social, instituído no nosso país por resolução do Conselho de Ministros, em 1984, e, ao que julgo, um dos únicos (senão mesmo o único) países do Mundo que dedica a tão nobre causa um dia carregado de tanto significado.

E aqui, permitam-me um pequeno parentesis para relevar uma feliz coincidência que quis o acaso se conjugasse nesta manifestação parlamentar e nesta sede soberana da Nação. É que preside a esta sessão a ilustre cidadã Dr.ª Leonor Beleza, que foi quem propôs, como Secretária de Estado da Segurança Social da altura, a sua institucionalização e consagração em todo o território nacional. Felicito-a, por isso, efusivamente, Sr.ª Presidente!

*Aplausos do PSD.*

8 de Maio de 1992: Dia Nacional da Segurança Social.

Com o devido respeito e vénia pelas demais bancadas e partidos aqui representados nesta Assembleia, de cujo sentimento comum julgo partilharmos, seja-me, no entanto, consentido tecer algumas considerações, necessariamente breves, sobre este profundo conceito semântico-político, tão caro aos social-democratas portugueses.

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

O Orador: — Segurança social, justiça social, solidariedade social, a harmoniosa trilogia dos valores que desde sempre nortearam a nossa bem própria maneira de ser e de estar, na política como na vida, e que tem como referencial único o Homem.

Tratar as questões da segurança social é, antes de mais e acima de tudo, fazer o discurso da vida em função do Homem. Esse Homem, que Francisco Sá Carneiro também definia «como o único valor absoluto». Esse mesmo Homem que é a causa e a consequência da razão da nossa existência como partido político e para quem se dirige a *praxis* governativa do Governo do PSD, traduzida na promoção do seu bem-estar social, que inevitavelmente conduz e é propiciador do progresso e do desenvolvimento.

Recordo, assim, uma pequena passagem do Programa do Governo, que aqui apoiamos e que de nós emana: «[...] a prática governativa traduz o princípio fundamental da acção governativa, no qual o desenvolvimento do País só terá verdadeiro sentido se os progressos que se vêm sentindo no domínio económico se reflectirem no tecido social, com prioridade para os estratos mais carenciados da população».

Ou, ainda, este breve trecho do nosso Manifesto Eleitoral: «[...] para o PSD o crescimento económico é apenas um meio, mas essencial, para a promoção da justiça social. Mais do que crescimento económico, o que importa é o desenvolvimento do País, e este obriga a uma atitude de solidariedade e de combate à exclusão de pessoas e de grupos etários e sociais».

Sempre e sempre o Homem, como ponto de partida e de chegada; sempre e sempre presente o nosso orgulho humanista.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O dia 8 de Maio de 1992, Dia Nacional da Segurança Social, configuraria, decerto, um momento importante para se fazer uma análise mais aprofundada da segurança social portuguesa nas suas perspectivas de passado, presente e futuro.

Seria igualmente o momento indicado para desmistificar o significado prático das propostas de alguns arautos que propagandeiam o céu porque não têm os pés assentes na terra; porém, respeito-lhes a coerência do sonho, se esse for no sentido do célebre anúncio da *Toshiba* (passe a publicidade): «A força que alimenta uma semente chamada sonho é o nosso desejo de imaginar um amanhã melhor.»

A segurança social portuguesa tem-se vindo a submeter nos últimos tempos a um grande processo evolutivo, às vezes nem sempre pacífico, porém afirmando-se hoje como uma indiscutível realidade, plena de capacidade e de intervenção no tecido social, reforçada por novos valores da justiça social e da solidariedade e impregnada de um sentido humanista da vida, apostada que está, a todos os níveis, na eficácia e na prontidão das respostas, relativamente àqueles a quem se destina, tendendo para um fim último, que é o de garantir o inalienável direito ao bem-estar e à felicidade dos cidadãos.

Infelizmente, a gestão do tempo de intervenção não me permite apresentar-vos algumas extrações que irão, no futuro, forçar à inevitável reforma da segurança social em Portugal, pois só assim será possível dar resposta a novos problemas e novos desafios com a proximidade do novo século.

**O Sr. Pacheco Pereira (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas não quero terminar a minha mensagem sem aqui prestar a homenagem que referenciei no preâmbulo desta declaração, e ela vai, na forma de saudação, dirigida a um grupo de cidadãos, homens e mulhe-

res sem rosto, que nunca aparecem nas parangonas da comunicação social mas que são os agentes dessa verdadeira e ciclopica cadeia da solidariedade: os voluntários sociais, que, sem vencimento, sem regalias sociais, sem horários, sem férias nem feriados e com enormes prejuízos das suas vidas familiar e pessoal, se entregam, abnegadamente, por esse país fora, a ajudar o seu próximo, sem dele nada exigir em troca.

É sentir a sua acção por essas misericórdias, IPSS, mutualidades, etc. São estes voluntários que protagonizam o que de mais puro e belo emanha da sua missão: o espírito de serviço.

Termino saudando igualmente a organização não governamental da segurança social do nosso país — a Associação Portuguesa de Segurança Social — que este ano, no Porto, e com o alto patrocínio do Ministério do Emprego e da Segurança Social, promove, com elevado empenho e esperança no porvir, as comemorações nacionais desse dia.

Saudo os Governos Regionais dos Açores e da Madeira por idênticas iniciativas naquelas Regiões Autónomas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Afinal, e como Cavaco Silva — em devido tempo — propôs, é também tempo de todos nós assumirmos «cumprir a esperança».

*Aplausos do PSD.*

**A Sr.º Presidente (Leonor Beleza):** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Marques da Costa.

**O Sr. Marques da Costa (PS):** — Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Um pouco por todo o lado, intensifica-se na Europa o debate sobre a ratificação e as consequências do Tratado de Maastricht. Debate que se torna também imprescindível porque as perspectivas de alargamento da Comunidade lançam um conjunto de novos e importantes desafios. Os mecanismos de funcionamento da actual arquitectura institucional têm de ser revistos. O controlo democrático tem de ser aprofundado. O equilíbrio entre os países, existente na actual Europa a Doze, fica posto em causa com as perspectivas, desejáveis aliás, de alargamento. O financiamento da Comunidade tem de ser repensado.

O exercício simultâneo de alargamento e aprofundamento comporta em si os elementos de uma transformação muito profunda da Comunidade. É uma transformação desejável, que vai no sentido do que o PS sempre defendeu para a ideia europeia: uma Europa de cidadãos, um mercado único, uma partilha crescente de espaços de soberania, uma política externa e de defesa comuns, sem diluição de identidades nem de culturas.

Naturalmente, na estrita perspectiva constitucional, é ao Parlamento que compete a ratificação do tratado que institui a União Europeia. É aqui que se procederá à discussão do contexto em que ela se executa. Mas o debate mais profundo sobre a Europa, tal como ele está a ser realizado em todos os países membros, está longe de estar a ser feito em Portugal com a extensão que permita que os portugueses interiorizem e compreendam o novo contexto aberto pelo Tratado de Maastricht e as transformações que se tornam inevitáveis por força do alargamento a novos membros.

Não é sustentável a reedição da política de ocultação das posições do Governo que foi seguida aquando das negociações do Tratado de Maastricht.

Já então esse comportamento era insustentável e foi amplamente condenado, quer por toda a oposição quer pelas expressões da sociedade civil.

É certo que o PSD sente alguma incomodidade nestas matérias europeias. A história não tem quanto a isto duas interpretações possíveis. Uma após outra, o PSD e o Primeiro-Ministro, foram forçados a rever as suas políticas e até a própria concepção restritiva da construção europeia. De renitentes passaram a laboriosos. A presidência da Comunidade tornou-os zelosos europeus, imagino que não por convicção política, mas por disciplina burocrática, porque, naturalmente, não quero presumir que seja por pura leviandade que com tanta facilidade se mude de posição.

Prisioneiros das suas inconsequências, o PSD e o Governo optaram depois por essa política de deslize progressivo de posições. Hoje há que ter a coragem de abrir à sociedade um debate urgente sobre as perspectivas de evolução da Comunidade e os desafios que elas colocam à inserção internacional do País, ao controlo democrático dos mecanismos de decisão e às transformações nas estruturas produtivas nacionais.

Não há uma política de informação e divulgação sobre as questões europeias dirigida à população. É nulo o esforço para estruturar a opinião sobre as opções essenciais, que não são opções partidárias mas têm de ser opiniões nacionais de consenso largo e assumido.

Uma política responsável, gerida com uma postura essencialmente nacional, tem de privilegiar hoje a divulgação ampla sobre as questões colocadas ao futuro da Europa como uma das prioridades. Quem é genuinamente europeísta tem consciência que a manutenção da coesão em torno da ideia europeia exige reflexão, compreensão e adesão a um projecto, onde, felizmente aliás, a componente política e de cidadania estão cada vez mais na ordem do dia. Hoje o que se discute não é o modelo da Comunidade económica, é, sobretudo, o modelo futuro da Comunidade política. Este é um terreno onde os consensos se constróem com maior dificuldade, onde os bloqueios psicológicos podem ser mais fortes, onde o consenso nacional tem de ser profundamente assumido e expresso. Este é o domínio onde as ideologias nacionalistas germinam com maior facilidade, levantando falsas bandeiras e fantasmas absurdos. Mas este é também o domínio onde, em nome de um europeísmo irreflectido, se podem alterar significativamente os dados da inserção do País.

Quem não fizer amplamente este debate pode estar a semejar tempestades.

O PS não deixará de lançar um conjunto vasto de iniciativas que contribuam para informar, reflectir e formar a opinião nacional sobre estas questões.

Mas, mais do que isso, nas sedes próprias, e a primeira é naturalmente o Parlamento, o PS está aberto a um diálogo que permita construir consensos e, alcançados esses, disponibiliza o seu empenho no combate pelas prioridades essenciais que ao País compete salvaguardar e garantir.

Por isso queremos manifestar, aqui hoje, a nossa concordância quanto à política de *linkage* entre o alargamento da Comunidade e a discussão do Pacote Delors II, ontem expressa pelo Sr. Primeiro-Ministro. Concordância que vai a par da disponibilidade para o diálogo institucional

com o Governo quanto aos meios para garantir a conjugação de esforços e estratégias necessárias para alcançar esse objectivo.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Muito bem!

O Orador: — Isso corresponde, da nossa parte, a uma postura de Estado que sempre colocámos no modo como lidamos com o complexo *dossier* europeu. Isso apenas exige do Governo a disponibilidade para encetar um debate sério e institucionalizado com a oposição sobre esta matéria.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Muito bem!

O Orador: — Pela nossa parte, perseguiremos uma ideia de Europa que nunca escondemos aos portugueses, mas queremos construí-la com os portugueses e com o seu conhecimento pleno de para onde vamos.

Pela nossa parte, a posição que, hoje, aqui deixamos expressa não é mais do que a continuação de uma postura de serenidade, abertura e responsabilidade no modo como abordamos as grandes questões nacionais.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Marques da Costa, hoje é o dia para falar de Maastricht, do alargamento da Comunidade e do seu futuro.

Hoje de manhã, o meu partido deu uma conferência de imprensa sobre este mesmo problema, a imprensa dá conta das afirmações do Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares sobre o entendimento do Governo quanto ao que pensa ser a sua posição face à querela constitucional e, agora, é V. Ex.<sup>a</sup> que vem anunciar a posição do Partido Socialista sobre esta matéria.

Em primeiro lugar, quando V. Ex.<sup>a</sup> diz que é necessário um debate público, é preciso saber qual é o debate público e qual a sua finalidade. Será que é debate público para alterar a Constituição e dar como garantido e assente que o Tratado de Maastricht já está instalado entre nós? Pela nossa parte, entendemos que o debate público que V. Ex.<sup>a</sup> referiu só pode ser feito através da instituição do referendo. V. Ex.<sup>a</sup> responder-nos-á — sentado que está ao lado do Sr. Deputado José Magalhães — que a Constituição não o permite, o que é verdade. Mas, uma vez que vai alterar-se a Constituição, também pode alterar-se o preceito constitucional neste particular, assim permitindo a «abertura da porta» ao referendo.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Ah! Chegou lá!

O Orador: — Ora, nós próprios já hoje dissemos que esta é que era a saída para a efectivação de um verdadeiro debate público.

Gostava de ouvir a posição do Sr. Deputado sobre esta matéria, porque entendemos que as suas palavras se referiam ao problema da soberania. Ora, não há assunto mais grave para o País do que o de discutir os limites e a transferência da sua soberania. De facto, não pode dizer-se que se trata de um problema de subsidiariedade, de preservação

preservação da identidade cultural. Aliás, como afirmou o Prof. Adriano Moreira, há três dias, na sua memorável conferência no Centro Cultural de Belém, o problema central e crucial relativamente a esta matéria é o da soberania e não é qualquer outro. E o debate público deve ser feito para isto mesmo.

Repto que gostaria de conhecer a posição do Partido Socialista sobre este problema.

(*O orador reviu.*)

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Marques da Costa.

O Sr. Marques da Costa (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Narana Coissoró, não pode ter-se um entendimento dogmático dos preceitos constitucionais. Naturalmente que a Constituição é um instrumento que deve ser revisto e que tem calendários para a sua revisão. Mas, por outro lado, não pode é entrar-se numa fase da vida nacional em que o único mecanismo que se encare para controlar os grandes problemas políticos que o País tem perante si seja o das revisões, pontualmente anunciatas e avulsas, do texto constitucional.

Do ponto de vista do Partido Socialista, que aqui exprimi, mais do que sobre a questão da ratificação do Tratado de Maastricht, é necessária a reflexão e o debate sobre o conteúdo do Tratado, isto é, sobre a evolução para que a Europa está a caminhar. Mas, em primeiro lugar, há que partir de uma política de informação e de divulgação das vertentes do problema que hoje está em debate.

Em nossa opinião, não existe essa componente da política, não há uma informação suficiente prestada ao País sobre as grandes problemáticas da evolução da estrutura e da arquitectura comunitária, nem há no Parlamento um debate suficientemente aprofundado quanto a essas questões. Sem isto, o recurso a qualquer outro mecanismo parece-nos extemporâneo. Mas, se o debate não se fizer, quanto a nós, o Governo incorrerá, uma vez mais, no erro em que já incorreu aquando da discussão sobre Maastricht. Na altura, o Governo foi amplamente criticado no Parlamento por todas as bancadas da oposição por ter vindo apresentar-nos o resultado final de uma negociação e por não ter feito uma auscultação prévia sobre as decisões que, em nome de Portugal, legitimamente assume.

Esta é a grande questão política que tem de ser debatida. E o Partido Socialista quis deixar expresso hoje, nesta sede, um sinal claro de que está disponível para um diálogo institucional sobre estas questões, que sabe manifestar a sua concordância — tal como hoje o fiz aqui — quando é apresentada uma posição clara e inequívoca que defende importantes interesses nacionais e que, mais do que isso, também saberá estar disponível para, utilizando os meios próprios a nível nacional e internacional, poder colaborar com o Governo num esforço que deve ser conjunto e comum na defesa dos interesses de Portugal nesta matéria.

Não podemos é aceitar — e é isto que criticamos ao Governo — que matérias com a gravidade das que, hoje, estão em discussão quanto à evolução da Comunidade europeia, não sejam profundamente debatidas a nível nacional nem sejam profundamente discutidas neste Parlamento.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr.<sup>a</sup>. Presidente, Srs. Deputados: O comportamento do Ministro da Educação, engenheiro Couto dos Santos, perante o País e perante esta Assembleia começa a ser escandaloso e tem de ser veementemente denunciado.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Desde a sua tomada de posse, já lá vão uns meses, que o PCP tem solicitado, nos termos regimentais, a sua comparência nesta Assembleia em sessões de perguntas ao Governo, para nos esclarecer sobre as reais intenções do Governo acerca do regime de acesso ao ensino superior para o próximo ano e do regime de propinas e de apoio social para os estudantes do ensino superior. Apesar de várias insistências, o Ministro nunca apareceu.

Tanto a Comissão de Educação, Ciência e Cultura como a Comissão de Juventude desta Assembleia — os Srs. Deputados que as integram são disso testemunhas — deliberaram há muito solicitar a presença do Ministro da Educação para uma primeira reunião em que nos fosse dada conta das orientações que o Governo pretende prosseguir em matéria educativa.

Até ao momento foram esforços infrutíferos.

Importa perguntar que ideia tem o Ministro Couto dos Santos sobre os poderes de fiscalização política da Assembleia da República e sobre a responsabilidade política que, enquanto membro do Governo, tem de assumir perante este órgão de soberania.

Não podemos aceitar que o Ministro da Educação, ao mesmo tempo que se recusa a responder, como lhe compete, perante a Assembleia da República, venha aos jornais afirmar que a Assembleia da República vai aprovar uma proposta que nem sequer conhece e que se traduz num aumento brutal de propinas para a frequência do ensino superior.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — É uma vergonha!

O Orador: — Percebemos que depois da derrota do Governo, que levou à demissão de Diamantino Durão, não seja cómodo para o Ministro Couto dos Santos, apesar da confortável maioria que o suporta, vir cá defender a continuação da política derrotada. É evidente que o Ministro prefere dialogar com os dialogantes que ele próprio selecciona e convoca. Só que o Ministro tem de saber que num regime democrático, mesmo deficitário, a irresponsabilidade política deve ter os seus limites.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: Para revelar o comportamento prepotente e autoritário do Ministro Couto dos Santos não é preciso mais do que ler o conteúdo do seu Despacho n.º 18. Assim, vejamos:

«1 — Todos os pedidos de esclarecimento e de informações, de fornecimento de dados ou de quaisquer outros elementos que sejam dirigidos directamente aos serviços, departamentos ou estruturas do Ministério da Educação por profissionais da comunicação social ou órgãos de soberania e que estejam relacionados com os objectivos definidos pelo Governo em matéria de política educativa e de ensino, devem ser encaminhados para o meu Gabinete.»

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Ele tem medo!

**O Orador:** — Continua o n.º 2: «Todas as declarações, entrevistas ou quaisquer outras intervenções de dirigentes ou funcionários dos órgãos, serviços ou estruturas do Ministério da Educação estão sujeitas a prévia autorização do Membro do Governo da tutela.»

Assina em baixo, por extenso, o Ministro da Educação, António Fernando Couto dos Santos.

Isto fez com que um simples pedido de envio de publicações informativas, formulado pela Comissão de Educação desta Assembleia, através do seu Presidente, ao Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, tenha sido devolvido pelo respectivo director-geral, com a invocação do conteúdo deste autêntico «despacho da rolha».

Como se não bastasse o auto-de-fé do Subsecretário de Estado Sousa Lara, há também o muro de silêncio erguido pelo Ministro Couto dos Santos à volta do seu ministério.

Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Não foram necessários sequer dois meses, desde a demissão do ministro Durão e da tomada de posse da nova equipa, para comprovar que o Governo Cavaco Silva não compreendeu as causas do seu grave revés político nem mostra disposição para alterar o rumo da sua política educativa. Apenas com diferenças de estilo, marcado pelo regresso em força à demagogia e com alterações no calendário de actuação, o Ministro Couto dos Santos tem vindo a retomar as orientações fundamentais responsáveis pela grave crise em que o sistema educativo está mergulhado e que conduziram também à queda do anterior ministro.

No que diz respeito ao acesso ao ensino superior, assistiu-se a um aumento administrativo de 10% das notas da primeira chamada, ainda a retirar mais credibilidade a uma prova que já não tinha nenhuma, à marcação de uma terceira chamada absolutamente irrelevante e à recusa obstinada em discutir a sério qualquer alternativa (e o PCP, como se sabe, apresentou uma alternativa), ou, sequer, em viabilizar o agendamento para debate do projeto de lei de revogação da PGA que o PSD/Madeira, afliito em ano de eleições, aprovou e para cá mandou.

Porém, estamos convictos de que, nesta matéria, o Governo acabará por ter de admitir que a solução proposta pelo PCP de abolição da PGA e de realização de provas de âmbito nacional, específicas por área de ensino, para a qual a Comissão de Avaliação parece agora inclinar-se, é a única compatível com a Lei de Bases do Sistema Educativo e que, mais tarde ou mais cedo, acabará por ser adoptada.

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Após uma reunião surpresa, com alguns representantes de associações de estudantes, convocada pelo telefone e em cima da hora, o Ministro Couto dos Soutos veio anunciar, em altas vozes, o inevitável aumento das propinas para o ensino superior público, apesar de continuar a afirmar a sua grande predilecção pelo diálogo.

Quero aqui deixar claro que o PCP manifesta o seu completo e frontal desacordo e oposição em relação ao anúncio feito pelo Ministro Couto dos Santos de que irá aumentar as propinas do ensino superior público no próximo ano lectivo.

**Vozes do PCP:** — É uma vergonha!

**O Orador:** — Trata-se, em primeiro lugar, de uma medida que viola princípios constitucionais no domínio da política educativa que o Governo tem de respeitar.

Na realidade, a Constituição, nos seus artigos 74.º e 75.º, expressamente estabelece que «todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar», que «o ensino deve contribuir para a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais», que «na realização da política de ensino incumbe ao Estado [...] garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística [e] estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino».

É para o desempenho destas e de outras importantes funções que interessam a toda a sociedade que o Governo cobra impostos e que o povo português suporta, como se sabe, uma pesadíssima carga fiscal.

**Vozes do PCP:** — Exactamente!

**O Orador:** — A justiça social não passa por cobrar propinas aos estudantes «ricos» para atribuir bolsas aos estudantes «pobres»; o problema está a montante e a sua solução passa pela correcção do sistema tributário, cobrando às famílias de rendimentos mais elevados as receitas necessárias à prossecução da função social do Estado.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — É uma refinada hipocrisia que um governo, cuja política tem sido responsável pelo profundo agravamento das desigualdades na sociedade portuguesa (entre outras, com medidas de benefício fiscal aos detentores de grandes fortunas), invoque agora preocupações de «justiça social» para justificar aumentos brutais das propinas dos estudantes.

O conceito de «justiça social» que o Ministro Couto dos Santos utiliza pode assim ser configurado: quem puder pagar o aumento das propinas, paga, quem não puder, não estuda. A menos que o estudante ou a sua família, em desespero de causa, decidam entregar-se nas mãos do sistema «estude agora, pague depois» que vários estabelecimentos de crédito aparecem crescentemente a «oferecer».

Importa esclarecer que o objectivo final do Governo não se situa no domínio de uma simples «actualização» de valores, mas sim no da imposição do pagamento de propinas da ordem das centenas de contos anuais para quem frequente um estabelecimento público de ensino superior, o que, somado aos outros custos elevados que a frequência de um curso acarreta, conduziria na prática à impossibilidade de prosseguir os estudos e ao seu abandono por parte de um número significativo de alunos.

O que se passa em países mais desenvolvidos, no que respeita ao preço das propinas, também não colhe como argumento se se tiver em conta países da CEE, como a Dinamarca, que apresenta um produto *per capita* seis vezes superior ao nosso, em que não há propinas, ou como a República Federal Alemaña, em que as propinas, em termos de produto *per capita*, se situam num nível médio próximo do que existe actualmente entre nós.

O PCP manifesta-se de forma muito crítica em relação às concepções subjacentes ao aumento das propinas anunciado pelo Ministro da Educação que vão no sentido do direito à educação ser reduzido à categoria de despesa, ém

vez de ser considerado um investimento social e de o ensino passar a constituir um mero privilégio, em vez de representar um decisivo factor de desenvolvimento económico, social e cultural do País.

O PCP sublinha que a política do governo do PSD de mercantilização dos saberes e da formação, a criação de um mercado do ensino regido pelas regras da lógica e do lucro, a prevalecerem, não significariam nenhum avanço no sentido do indispensável aperfeiçoamento da qualidade de ensino e representariam um histórico retrocesso na concretização dos direitos educativos do povo português e em particular da juventude.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Como é do conhecimento geral, a Academia de Coimbra promoveu nos últimos dois dias um referendo sobre o aumento de propinas, no qual participaram cerca de 6200 estudantes. 95% disseram claramente não ao aumento das propinas.

Face a este resultado, que significa uma derrota estrondosa das intenções do Governo, não restará ao Ministro Couto dos Santos outra solução digna que não seja retirar a proposta que quer impor e sujeitar-se ao cumprimento dos imperativos constitucionais de justiça social no acesso ao ensino.

*Aplausos do PCP.*

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza):** — Inscreram-se para pedir esclarecimentos os Srs. Deputados Carlos Coelho e António Jorge Seguro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado António Filipe, já estávamos a recuar pela capacidade do PCP, isto é, por ainda não ter vindo atacar este Ministro da Educação.

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — Ele não quis cá vir!

**O Orador:** — Perguntávamos a nós próprios quando é que isso aconteceria.

O PCP é de longe, dos partidos da oposição, aquele que tem manifestado a maior rapidez e celeridade no ataque aos membros do Governo, mesmo quando reconhece que ainda não passou o tempo suficiente para fazer uma avaliação minimamente rigorosa da *performance* do titular da pasta.

Mas para lá desta questão, que é uma questão adjectiva, o facto é que o PCP enganou-se no tiro.

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — Fale dos aumentos das propinas!

**O Orador:** — Primeiro, queixa-se que o Sr. Ministro da Educação não está com disposição de vir ao Parlamento, o que não é verdade.

O Sr. Ministro da Educação já manifestou a sua vontade de vir ao Parlamento e, tanto quanto julgo saber, já existe uma data acordada entre ele e o Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura para o mês em curso, isto é, o mês de Maio.

Portanto, das duas uma: ou o PCP não sabia e passa a saber, ou, sabendo, quis fazer o bonito de dizer que, no dia 7 de Maio, pede ao Sr. Ministro da Educação para vir ao Parlamento sabendo que estará cá 15 dias depois.

Não é um truque muito imaginativo, não demonstra particular capacidade, mas, enfim, fazem o bonito e, portanto, não há problemas alguns a esse respeito.

O afã do PCP em atacar o Ministro da Educação leva-o, aliás, a um autêntico disparate. Tanto quanto julgo saber, por aquilo que afirmou o Sr. Deputado António Filipe, a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura fez um pedido de envio de elementos ao Gabinete de Estudos e Planeamento. O director-geral refugia-se e mal num despacho ministerial para furtar dados ao Parlamento e, das duas uma, ou o Sr. Deputado António Filipe pensa que o director-geral tem toda a legitimidade em escusar-se a dar elementos ao Parlamento ou, então, deve corrigir o tiro. Quem deve ser atacado é o director-geral e não o Ministro da Educação.

Sr. Deputado António Filipe, que o PCP esteja contra as propinas para nós não deixa de constituir também um motivo de interesse. Penso que foi um grupo à esquerda do PCP, embora esta linguagem não faça muito sentido, que fez uma campanha eleitoral sob a sigla «Os ricos que paguem a crise».

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Agora querem que sejam os pobres!

*Risos do PSD.*

**O Orador:** — Aparentemente, o PCP quer fazer o contrário, ou seja, quer que sejam todos os portugueses a pagar a educação dos ricos!

Os Srs. Deputados do PCP pensam ser razoável que o filho de uma família abastada tenha o seu ensino e a sua educação totalmente custeadas pelos contribuintes.

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — A questão não é essa! É o pobre que não pode pagar!

**O Orador:** — Não deixa de ser um lógica interessante de justiça social que, provavelmente, veríamos com o maior destemor defendido por outras bancadas do que pela bancada do PCP.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — Essa é a mesma conversa das taxas moderadoras! Isso é hipocrisia! Deram 10 milhões de contos ao Champallimaud só de sinal.

*Protestos do PSD.*

*Protestos do PCP.*

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza):** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

**O Sr. António José Seguro (PS):** — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado António Filipe, passada esta exaltação, quero dizer que ouvi V. Ex.<sup>a</sup> com bastante atenção e, também nós, Partido Socialista, há 14 anos que temos seguido a política do Estado «laranja», particularmente, nos últimos cinco anos, onde há uma exclusiva responsabilidade do PSD nesta matéria.

*Protestos do PSD.*

**O Orador:** — Calma, Srs. Deputados!

E sempre dissemos que para nós o mais importante não são as pessoas mas as políticas.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Foi nesse sentido que a minha colega de bancada Maria Bettencourt, aquando da demissão — em boa hora — do Ministro da Educação Diamantino Durão, entre outras, por exigência do meu partido,...

*Risos do PSD.*

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Boa piada!

**O Orador:** — ... aqui disse que o importante não era mudar de ministro, mas que se respondesse sobre qual era a estratégia do apoio social aos estudantes, qual era a nova estratégia de qualidade do ensino e qual era a política que tinham para a proliferação destas empresas a que muita gente chama de universidades privadas.

Foi nesse sentido que denunciámos o escândalo que é em Portugal, um Primeiro-Ministro que tem a Presidência da Comunidade Europeia ser incapaz de, perante os portugueses, nesta Câmara, vir explicar ao País por que razão — um País que considera de sucesso —, passados quatro meses, demite um ministro numa área tão sensível como é a da educação.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Partido Socialista entregou há mais de uma mês, na Comissão Parlamentar de Juventude, um projecto de resolução pedindo que o Sr. Ministro da Educação viesse a esta Casa — como lhe compete, como devia dar o exemplo — explicar aos representantes do povo o que vai mudar em matéria de educação.

**O Srs. Carlos Coelho (PSD):** — Mas o Sr. Ministro da Educação vem aí!

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Isso é demagogia!

**O Orador:** — Sr. Deputado Silva Marques, essa proposta foi chumbada pelos Deputados da sua bancada e foi substituída — isso é que é escandaloso — por uma outra com semelhante conteúdo, mas dizendo: Sr. Ministro, deve vir quando entender.

**Vozes do PSD:** — Não?! ...

**O Orador:** — Srs. Deputados, a esta Casa os ministros não vêm quando entendem, mas quando o povo português, através dos seus representantes, quer saber o que vai mudar na política da educação.

*Aplausos do PS.*

E o Sr. Ministro da Educação há dois meses que se está a preparar para esse exame. O Sr. Ministro da Educação há dois meses que deveria ter vindo a esta Casa e seria um bom exemplo que, antes de exigir a realização da terceira chamada da PGA, viesse explicar nesta Casa o que vai mudar em matéria de educação, mas não veio.

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Isso é demagogia!

**O Orador:** — Sr. Deputado, para terminar quero dizer que temos algum recado que o Sr. Ministro Couto dos Santos, que já foi ministro de tantas e tantas pastas neste Governo, esteja neste momento a estudar a pasta da cultura para substituir o Sr. Subsecretário de Estado Sousa Lara!

*Aplausos do PS.*

**A Sr.º Presidente (Leonor Beleza):** — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

**O Sr. António Filipe (PCP):** — Sr.º Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, em primeiro lugar, começo por agradecer-lhe a manifestação solidária que fez, através da figura regimental do pedido de esclarecimento, para concordar substancialmente com o essencial das minhas palavras.

O Sr. Deputado Carlos Coelho, em primeiro lugar, surpreendeu-me porque pensava que ia comentar os resultados do referendo realizado na Academia de Coimbra, que é uma forma democrática de auscultação dos estudantes.

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Não me supreendem!

**O Orador:** — Aliás, os Srs. Deputados do PSD todos os anos costumavam falar aqui pelo menos uma vez da Academia de Coimbra e este ano ninguém os ouviu falar!

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — Isso é verdade!

**O Orador:** — Nem das eleições, nem do referendo!

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — Esqueceram-se! Estão caladinhos!

**O Orador:** — Sinceramente, pensava que o Sr. Deputado ia falar disso.

Agora, existe aqui um aspecto do pedido de esclarecimento do Sr. Deputado que gostava de salientar. O Sr. Deputado defende que o director-geral do Gabinete de Estudos e Planeamento não devia respeitar o conteúdo do despacho do Ministro da Educação.

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Não foi isso que eu disse!

**O Orador:** — Sr. Deputado, refere-se a órgãos de soberania? O texto vem no *Diário da República*, mas posso facultar-lhe uma cópia que possuo. Aliás, foi enviada pelo director-geral em anexo ao despacho em que nega a documentação que foi solicitada.

Sr. Deputado Carlos Coelho, registo que defende que o director-geral possa legitimamente não respeitar aquele despacho. Também pensamos que aquele despacho é uma monstruosidade e não devia ter lugar num regime democrático e num Estado onde se pretende um mínimo de transparéncia da Administração Pública.

Sr. Deputado Carlos Coelho, quanto à questão de fundo, V. Ex.ª trazia da cartola uma data segundo a qual o Sr. Ministro da Educação se teria comprometido a vir cá. Mas acontece que em perguntas ao Governo, e regimentalmente, solicitámos a sua presença logo na semana em que foi empossado para que viesse dizer-nos o que entendia quanto à sua governação e o que é que pretendia fazer.

Evidentemente, quando a questão foi colocada na Comissão decidiu-se dar tempo ao Sr. Ministro da Educação para arrumar, pelo menos, os seus papéis e para instalar todos os seus funcionários no Ministério da Educação. Creio que já o fez e já estará, obviamente, em melhores condições de vir aqui, mas não vem.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — É este mês. É no mês de Maio!

O Orador: — E parece que os Srs. Deputados têm alguma coisa contra o Ministro da Educação e que não o querem ver cá. Sempre que se coloca a questão usam toda a argumentação para dizer que o Ministro vem cá quando muito bem entender!

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Muito bem!

*Protestos do PSD.*

O Orador: — A questão não é essa, mas que o Sr. Ministro da Educação deve explicações a esta Assembleia e ao País quanto àquilo que vai ser a sua política à frente do Ministério da Educação. E durante estes meses já revelou o suficiente para que possamos concluir que pretende seguir, sem mais nem menos, a mesma política que o ministro Diamantino Durão procurou e não conseguir pôr em prática.

Esta é uma conclusão que podemos tirar desde já.

Quanto à questão das propinas para o ensino superior, não há qualquer dúvida a este respeito acerca da nossa posição: somos frontalmente contra o aumento das propinas do ensino superior público, porque entendemos que as famílias portuguesas já pagam a educação através de uma pesadíssima carga fiscal.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

O Orador: — E, como é do conhecimento público, as medidas fiscais que têm sido tomadas por este Governo vão precisamente no sentido de isentar os rendimentos do capital, os rendimentos das grandes fortunas, e de onerar cada vez mais os rendimentos do trabalho e dos trabalhadores.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Essa é a questão!

O Orador: — Os trabalhadores já pagam o sistema de ensino superior. O que o PSD e o Governo pretendem é que sejam precisamente as famílias de menores recursos, por efeito do aumento das propinas, aquelas que fiquem impedidas de que os seus filhos prossigam os seus estudos e tenham acesso ao ensino superior.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Isso é demagogia completa!

O Orador: — É isso que pretendemos evitar e é precisamente por isso que defendemos intransigentemente o não aumento das propinas. Essa é, aliás, a vontade generalizada dos estudantes, como foi manifestado no referendo da Academia de Coimbra.

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marília Raimundo.

A Sr.<sup>a</sup> Marília Raimundo (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: O distrito da Guarda é hoje um distrito novo, aberto à Europa e aos desafios do futuro. Esta profunda mudança é o resultado do trabalho das gentes do distrito e do apoio e atenção do Governo. De facto, se fizermos uma rápida retrospectiva, concluiremos que se tem operado um desenvolvimento ímpar no distrito da Guarda, onde foi efectuado um investimento sem precedentes.

No sector das infra-estruturas rodoviárias, bastará, para tanto, assinalar a conclusão do IP n.<sup>o</sup> 5 e a beneficiação de muitas estradas já existentes, como a EN n.<sup>o</sup> 16, em Vilar Formoso, a EN n.<sup>o</sup> 23, entre o limite do distrito de Viseu e o da Guarda, etc., isto para além da execução de novas rodovias, como é o caso da ligação Meda — Marialva e das variantes de Pinhel, há tanto esperadas.

Naturalmente que, a este nível como a outros, há ainda muito para fazer. Apesar de o IP n.<sup>o</sup> 5 ser um factor decisivo de desenvolvimento sócio-económico e cultural do distrito, é necessário continuar a dar-lhe atenção. Já se justifica a abertura de mais uma faixa de rodagem. Por outro lado, ao nível viário, torna-se urgente a execução de ligações condignas àquele itinerário principal com Seia, Gouveia e Sabugal, bem como a construção de um novo nó de acesso à Guarda, a partir do IP n.<sup>o</sup> 5.

Entendemos também como fundamental a execução do IP n.<sup>o</sup> 2, obra que vem sendo justamente reclamada pelas populações e pelas autarquias. É urgente a conclusão do IP n.<sup>o</sup> 2 entre Bragança, Guarda e Castelo Branco. Aquela rodovia será um importante factor de desenvolvimento dos concelhos raiãos, zonas cujo progresso tem sido travado pela falta de acessos condignos, sem um traçado que permita uma maior rapidez.

Daí que defendamos que deverá ser considerada a execução das variantes do IP n.<sup>o</sup> 2 também para a cidade da Guarda, bem como para as sedes dos concelhos das zonas que este vai servir.

Num outro plano, é urgente a melhoria e beneficiação das ligações ferroviárias com a Guarda (linhas da Beira Alta e da Beira Baixa). As linhas de caminho de ferro que servem o nosso distrito, na linha da Beira Baixa apenas permitem velocidades médias comerciais que variam entre um mínimo de 33 km/hora e um máximo de 40 km/hora, enquanto que, na linha da Beira Alta, esses valores oscilam entre os 40 km/hora e os 60 km/hora.

Se bem que certas composições ferroviárias — que é o caso do Intercidades, que trouxe uma grande melhoria — assegurem uma ligação cómoda e relativamente rápida da Guarda com as principais cidades do País, é justo que se melhore neste sector. Urge construir o novo edifício da estação da CP da Guarda, em cumprimento do protocolo assinado entre aquela empresa e a câmara municipal.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: A educação constitui no meu distrito, como no País, uma das principais prioridades. A prioridade das prioridades. Na realidade, nunca fora feito no distrito da Guarda uma tão grande aposta no desenvolvimento das capacidades humanas desta região como a que foi realizada nos últimos anos: a nível do ensino superior, através do Instituto Politécnico da Guarda, foram investidos cerca de 3,5 milhões de contos em modernas e funcionais instalações; existem duas escolas superiores que, na globalidade, têm uma frequência de cerca de 2000 alunos.

Há bem poucos anos, seria impensável que os jovens, na Guarda, pudessem optar por cursos como Engenharia de Manutenção Industrial, Engenharia de Construção Ci-

vil, Gestão Informática, Engenharia de Energia e Ambiente, Ciências de Computação, etc., ou por cursos de estudos superiores especializados, nomeadamente Engenharia da Informática, Gestão Informática e Engenharia Municipal.

Como o maior pólo de desenvolvimento regional, o Instituto Politécnico da Guarda abriu uma nova época, mudou a face desta cidade, viabilizou a fixação de quadros, indispensáveis à modernidade. Abriu novas perspectivas aos jovens desta região e impulsionou a vinda para a Guarda de professores e de jovens de todas as regiões do País, possibilitando assim um intercâmbio fundamental para a abertura à modernidade e ao desenvolvimento sócio-económico e cultural.

Numa perspectiva mais ampla de diversificação foi criado o pólo de Seia, que, em Outubro do passado ano, começou a funcionar com cursos de Professores do Ensino Primário e de Gestão Informática, estando previsto para 1992 o início de cursos de estudos superiores especializados, também em Seia. Foi o Instituto Politécnico da Guarda que possibilitou, ainda, a introdução de equipamentos informáticos em dezenas de escolas primárias do distrito, através do Projecto Minerva.

Este investimento, nunca feito na educação, é uma, se não a mais sólida, aposta no futuro. Deu-se também prioridade à construção de novas escolas preparatórias, C+S e secundárias, umas já construídas, outras protocoladas, em cooperação com as Câmaras Municipais de Seia, Touros/Paranhos, Fornos de Algodres, Vila Nova de Tazém, Loriga, Aguiar da Beira e Manteigas, bem como à ampliação de outras, nomeadamente em Pinhel, Celorico da Beira e Vila Franca das Naves.

O Governo, em cooperação com as autarquias, implementou, entretanto, o alargamento de rede de residências para estudantes, indispensáveis no distrito da Guarda, em Pinhel, Fornos de Algodres, Gouveia e Trancoso. A nível do ensino superior está já em funcionamento a residência feminina do Instituto Politécnico da Guarda, estando aberto o concurso público para a construção da masculina.

Como disse, no distrito da Guarda nunca fora feito um investimento tão grande como aquele que foi concretizado nos últimos anos nas áreas das vias de comunicação, do ensino e da juventude, áreas vitais para o desenvolvimento de um distrito do interior e para o desenvolvimento futuro. Isto está bem evidenciado nas obras que se situam no distrito da Guarda que já citei, nas novas escolas, no Centro e na Pousada de Juventude da Guarda, nos Centros Infrajovem espalhados por todo o distrito e, de uma forma especial, no ensino superior.

É que sempre defendemos o princípio da igualdade de oportunidades. Por isso, os jovens que vivem no interior do País têm de ter cada vez mais as mesmas oportunidades que os que vivem nos grandes centros. É, pois, necessário continuar a apostar na educação e na juventude, no distrito da Guarda. Também no sector do desporto foram assinados vários contratos-programa com escolas e autarquias, associações e colectividades. É preciso continuar este esforço.

Nem tudo está feito. Há ainda muito para fazer.

Por exemplo: no que concerne a escolas, justifica-se ainda a construção de duas novas escolas C+S, uma em Seia e outra na Guarda, e a ampliação da Escola C+S de Fornos de Algodres; a criação de mais escolas profissionais em Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel e Sabugal. Justifica-se também a construção de um edifício próprio para a Escola Profissional de Trancoso e é necessário fazer ainda mais residências de estudantes em colaboração com as autarquias.

É necessário concluir a Pousada de Juventude da Guarda e a Casa de Juventude de Seia, bem como construir novas estruturas que possam apoiar a juventude, aproveitando as potencialidades naturais e paisagísticas do distrito da Guarda e algumas das suas especificidades para a prática do desporto.

Sr.<sup>o</sup> Presidente, Srs. Deputados: No sector da saúde foi também operado um importante progresso. Queremos aqui registar a construção de novos centros de saúde na Guarda, no Sabugal, em Figueira de Castelo Rodrigo, Vila Nova de Tazém, Celorico da Beira, Fornos de Algodres e em Vila Nova de Foz Côa, todos no montante de algumas centenas de contos.

Projectados e em PIDAAC estão também os centros de saúde de Almeida e de Vilar Formoso, indispensáveis naquela zona de fronteira. Criou-se o Hospital de Seia, anseio justo de há muito das populações daquela região e em que muitos já não acreditavam.

Vai proceder-se à ampliação do Hospital Distrital da Guarda, concentrando num só edifício todos os serviços do actual Hospital na área do ex-Sanatório Sousa Martins. Esta futura unidade hospitalar, que está já em PIDAAC, será dotada de equipamento e pessoal adequado às exigências dos utentes de todo o distrito. A totalidade deste investimento ronda só na ampliação, numa primeira fase, os 500 000 contos, pondo fim aos tormentos que as populações necessitadas de cuidados hospitalares têm sofrido, muito injustamente, no clima rigoroso da cidade da Guarda.

A exigência da qualidade na prestação de cuidados de saúde é, de facto, outra das grandes prioridades a continuar a ter em conta no distrito da Guarda. Assim, julgo ser necessária a construção de novas instalações para a Escola Superior de Enfermagem da Guarda, de forma a poder continuar a formação destes profissionais, tão necessários ao distrito e ao País.

Sr.<sup>o</sup> Presidente, Srs. Deputados: A população do distrito da Guarda é bastante envelhecida, tendo diminuído a população activa residente. As consequências da emigração, que afectou de uma forma muito especial o distrito, são hoje bem mais visíveis a este nível. Daí que tenha sido prioritária uma actuação na área da segurança social no sentido de responder às carencias desta população idosa. Construiu-se o edifício sede do Centro Regional de Segurança Social da Guarda, assim com se construíram lares de idosos e centros de dia por todo o distrito.

Mas nem tudo está feito a este nível. Defendemos a prossecução da política de construção de novas infra-estruturas para as faixas etárias mais desprotegidas, bem como a prossecução dos projectos de luta contra a pobreza — ZUD (na Guarda), FORAG (em Fornos de Algodres e Aguiar da Beira) e o da zona da fronteira, em Vilar Formoso.

Sr.<sup>o</sup> Presidente, Srs. Deputados: Na área da agricultura foram dados passos significativos. Quero realçar o lançamento de novas estruturas que vão permitir uma formação profissional adequada aos jovens agricultores, como é o caso dos centros de formação profissional agrícola de Vila Nova de Foz Côa, de Gouveia e da Quinta dos Relvas, na Guarda. Foram empreendidos projectos destinados a enquadrar o esforço realizado num sector, onde, nestes últimos quatro anos, foram aplicados cerca de 9,5 milhões de contos.

Foi no período de vigência do anterior Governo que se procedeu à implementação de medidas de certificação e de salvaguarda do queijo da Serra da Estrela, de há muito ansiadas pelos produtores de queijo daquela região, pois

este produto é o *ex-libris* daquela zona, e é necessário continuar a protegê-lo das imitações e tomar cada vez mais medidas para que possa competir no mercado europeu.

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Catarino (PSD): — Muito bem!

**A Oradora:** — Criaram-se, igualmente, as zonas vitivinícolas de Pinhel e de Figueira de Castelo Rodrigo. Foi um acto de justiça a criação dos serviços florestais na cidade da Guarda. É preciso agora pô-los a funcionar. Permitam-se acentuar, por outro lado, no sector agrícola, as escassas afinidades existentes entre Castelo Branco e Guarda, não se compreendendo que o distrito da Guarda esteja dependente da Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior.

Esperamos que a reestruturação dos serviços do Ministério da Agricultura tenham em conta esta situação, que os nossos agricultores e as gentes do distrito não aceitam e nunca aceitaram. A construção da Barragem do Côa, em Vila Nova de Foz Côa, é uma necessidade absoluta pelo contributo que vai dar ao desenvolvimento agrícola e económico da região norte do distrito da Guarda. Assume ainda uma grande importância a construção das barragens de Almeida, no rio Côa, e da Senhora da Graça, no Sabugal. Esta obras estão já equacionadas e esperamos que sejam, em breve, uma realidade.

Considerando ainda a existência de vinhos de qualidade e de zonas vitivinícolas, justifica-se, plenamente — e sei que está em bom andamento —, a criação de um laboratório de enologia na Guarda, para apoio à região de vinhos de qualidade e às adegas cooperativas desta zona, nomeadamente de Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel e Vila Franca das Naves.

*Aplausos do PSD.*

É preciso acelerar a construção de um novo centro de emprego e de formação profissional na Guarda, em PID-DAC, e equacionar a criação do de Pinhel. Urge acelerar a construção de uma infra-estrutura de apoio à actividade empresarial que facilite a enorme e meritória actividade que o NERGA (Núcleo Empresarial da Região da Guarda) tem vindo a desenvolver em prol do progresso e do desenvolvimento regional.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: O distrito da Guarda, como referi no princípio desta minha intervenção, é hoje um distrito novo, aberto à Europa e aos desafios do futuro. Desafios que são múltiplos e complexos. Contudo, eles não deixam de ser um forte incentivo para que no distrito se continue a trabalhar no sentido de o transformar numa zona mais próspera, mais desenvolvida e mais europeia, numa zona onde as pessoas gostem de viver e vivam, na realidade, ainda melhor.

É que compartilhamos do pensamento de Torga, ao afirmar: «O passado é o passado, já morreu. Grande é o futuro por nascer!»

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Luís.

O Sr. Carlos Luís (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Marília Raimundo, ouvi com atenção a sua intervenção e devo dizer-lhe que não concordo com ela, desde logo, porque ao ouvi-la dá a impressão que o distrito da Guarda é um postal ilustrado onde tudo vai bem. Assim não é, e a Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe-o muito bem.

Hoje, o distrito da Guarda tem sido descrito, com muita propriedade, como um lar da terceira idade, e V. Ex.<sup>a</sup> sabe que assim é, porque percorre o distrito, de norte a sul, e só encontra uma população envelhecida, o que é sinónimo de que a juventude daquele distrito, naquela região, não tem condições de vida. Cada vez mais a juventude daquele distrito procura ultrapassar os Pirinéus para ir ao encontro daquilo que os pais, as gerações anteriores, fizeram, que foi procurar os países da Europa além Pirinéus. Ali, Sr.<sup>a</sup> Deputada, continua a não haver condições de vida para essa juventude, pois é um distrito onde se continua a morrer por falta de médico e a não aprender por falta de professor.

De facto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, fez uma descrição risonha, bastante colorida, num distrito verdadeiramente desertificado em todas as áreas.

Falou V. Ex.<sup>a</sup> nos transportes, mas não conheço nenhuma capital de distrito, com ligação à capital do País, em que os transportes sejam mais obsoletos do que os do distrito da Guarda.

Não conheço nenhum distrito que tenha sido mais chamuscado pelas chamas, pelos incêndios, como o da Guarda e onde o Governo, em termos de reflorestação, nada, ou quase nada, tem feito.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, de facto, o distrito da Guarda tem sido uma das regiões mais marginalizadas pelo poder central.

Neste sentido, concorda ou não a Sr.<sup>a</sup> Deputada em que este é um dos distritos mais marginalizados, mais abandonados pelo poder central e a única obra ali feita deve-se ao poder local que, apesar de recursos bastante magros, de verbas muito parcias, tem feito um autêntico milagre em todas as áreas.

**Vozes do PS e do PCP:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marília Raimundo.

A Sr.<sup>a</sup> Marília Raimundo (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Carlos Luís, concordo inteiramente consigo.

Realmente, o distrito da Guarda foi o mais marginalizado pelo poder central, mas não nos tempos dos governos Cavaco Silva, e o senhor sabe isso muito bem.

*Aplausos do PSD.*

*Risos do PS e do PCP.*

Foi o distrito mais marginalizado pelo poder central nos tempos do seu governo.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Cavaco Silva é um regionalizador!

**A Oradora:** — E mais grave, é que nessa altura havia governantes oriundos do distrito da Guarda, que estavam e continuam em Lisboa e que nunca fizeram nada pela Guarda, como o senhor muito bem sabe.

*Aplausos do PSD.*

Por outro lado, Sr. Deputado, comprehendo a sua visão do distrito da Guarda, dado que o senhor saiu de lá, foi para Bruxelas e para Macau, altos vôos que não tivemos oportunidade de dar.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Está cheia de inveja! ...

**A Oradora:** — Portanto, comprehendo o seu desconhecimento do distrito.

*Aplausos do PSD.*

Tanto eu, que vivo na Guarda, como os seus habitantes rejeitamos, liminarmente, o conceito de que o distrito da Guarda seja um lar da terceira idade, o que é uma ofensa à sua população.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Deve ser uma visão um pouco precoce da terceira idade, o que posso compreender.

Rejeito, também, que a juventude não tenha condições de vida na Guarda. O Sr. Deputado sabe que assim não é, porque já visitou algumas escolas e algumas instituições onde a juventude nunca foi tão activa, tão viva e onde nunca houve tantas condições. São eles que o dizem!

Sr. Deputado, se lhe disser que, e com isto, penso, muito da sua intervenção ficará rebatida, enquanto o senhor falou, apenas me lembrei de uma frase do Padre António Vieira: «As palavras enchem os ouvidos, as obras falam os olhos.» E os habitantes do distrito da Guarda sabem isso!

*Aplausos do PSD.*

Sr. Deputado, ainda lhe quero dizer que a de morrer por falta de médico e a de não aprender por falta de professor, devem ser do tal tempo do seu governo, de que o senhor, certamente, se recordará, pois era adjunto do Sr. Governador Civil, quando coisas destas e outras aconteceram na Guarda. Felizmente, já não acontecem agora!

*Aplausos do PSD.*

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza):** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Elisa Damião.

**A Sr.<sup>a</sup> Elisa Damião (PS):** — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: Não farei hoje o balanço da situação social do País, não abordarei a situação dos transportes, nem aprofundarei as responsabilidades do Governo no desemprego, crescente, registado na zona Norte, devido à crise do sector têxtil, que ultrapassa já os 100 000 desempregados, dos quais os mais afortunados serão transferidos do emprego estável para o trabalho clandestino ou emigração sazonal.

Não proporei o debate sobre o incumprimento de aspectos fundamentais do Acordo Económico e Social de 1990, como sejam a higiene, a justiça e a segurança social, nem a propósito da escenéride, que o Sr. Deputado Branco Malveiro aqui sublinhou. Não o fiz nem o farei, porque estamos expectantes com a presidência portuguesa das Comunidades, que desejamos ver coroada de sucesso e que dê um impulso positivo na dimensão social da Europa.

Portugal não pode, pela natureza das coisas, querer beneficiar de fundos estruturais em nome da coesão e, inclusivamente, do fundo de coesão do Pacote Delors II e enfrentar a opinião pública com hostilidade crescente, pois nos países contribuintes não percebem por que é que estas situações e as desigualdades sociais se perpetuam, apesar desses fundos estruturais.

Também ninguém compreenderá que Portugal não seja um aliado para a construção da Europa social, que apoie

decisivamente as directivas que estão em cima da mesa, como sejam do horário de trabalho, da protecção social, de higiene e segurança, da protecção da trabalhadora grávida e dos consumidores.

O que me leva hoje a usar da palavra assenta em dois casos paradigmáticos de grave ausência do Governo, que não podem esperar pelo *terminus* da presidência portuguesa e que, por coincidência, se verificam na indústria dos cristais, que, tal como a têxtil, a metalúrgica e a dos moldes, não vive o seu melhor momento.

O processo de despedimento colectivo da CRISAL de Alcobaça, entregue na Delegação Regional do Ministério do Emprego e da Segurança Social, elogiado pela Sr.<sup>a</sup> Delegada do Ministério por cumprir a lei dos despedimentos colectivos nas questões processuais, está ferido nos seus fundamentos, que apenas invocam uma situação conjuntural de mercado para mascarar um despedimento políptico de 18 trabalhadores, dos quais três são membros da comissão de trabalhadores, um dirigente do Sindicato Democrático da Química e o outro do Sindicato Vidreiro.

Trata-se, na verdade, de um despedimento políptico, que visa atingir a organização dos trabalhadores, pois ninguém de bom senso aceita que o despedimento de 18 trabalhadores, num conjunto de 1150, tenha fundamentos económicos.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — A consumar-se este despedimento constitui-se um grave precedente que visa enfraquecer a capacidade organizativa e participativa dos trabalhadores na empresa e na sociedade, com empobrecimento da democracia e do diálogo social, que, sem organização sindical, será substituído pelo conflito e mesmo pelo confronto permanente.

O caso da Fábrica-Escola Irmãos Stephens, da Marinha Grande, prende-se com uma visão estreita do Ministério da Indústria, proprietário da empresa, que nada fez para recuperar os notáveis exemplares da nossa indústria nem tem uma política de valorização da nossa arqueologia industrial.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Quem visita oficialmente a Dinamarca ou o Reino Unido, sabe que é ponto obrigatório conhecer as fábricas da Real Porcelana, protegidas como museus vivos, criadores de peças de arte, de prestígio, símbolos da cultura desses povos — que não se mede apenas por manifestações tradicionais e, muitas vezes, elitistas —, protegidas por sociedades democráticas, mas que não excluem outras concepções de arte e cultura relacionadas, nomeadamente, com a história industrial.

O Governo, na sua visão elitista e restritiva, esquece e pretende mesmo matar manifestações ímpares de cultura e de arte, com marca de qualidade internacionalmente reconhecida, deixando o nosso património mais pobre. Pesará sobre o Governo a grave culpa de ter uma concepção de política industrial e social de Pilatos ou de espectador desinteressado e de não ter política cultural moderna e democrática.

Matar a Fábrica-Escola Irmãos Stephens, empresa fundada há 300 anos, no reinado de D. José I, por impulso do marquês de Pombal, cujo governo concedeu para a sua instalação um empréstimo de 30 contos (chamava-se, então, Real Fábrica dos Vidros), foi, na República, Fábrica

Nacional do Vidro e passou a designar-se Fábrica-Escola Irmãos Stephens, em 1954, quando foi tutelada pelo Instituto Nacional de Investigação, é um crime com componentes sociais, mas é, sobretudo, um acto de incultura, um atentado à nossa história e ao património europeu, uma vez que esta fábrica é uma das unidades vivas mais antigas do mundo.

A Fábrica-Escola Irmãos Stephens tem de ser consagrada como património protegido, mas não apenas o imóvel e as instalações, pois a sua arte, os produtos ornamentais de reconhecida qualidade não podem desaparecer ou ficar em prateleiras de museu morto. É necessário preservar a memória viva, tornar a Fábrica-Escola Irmãos Stephens um museu em funcionamento, que prestigie o nosso país e dê uma dimensão mais ampla e moderna da nossa civilização e do nosso papel na história, que não é apenas feita de artes de marear.

Devemos valorizar os nossos contributos para a criação de beleza, de que essas indústrias, como a dos cristais, a da faiança, a da porcelana e a do azulejo, são uma componente fundamental. Estas indústrias devem também ser consideradas a origem do que de mais autêntico e de mais moderno, apesar de tudo, têm as indústrias culturais do nosso tempo.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Vairinhos.

O Sr. António Vairinhos (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: O Algarve regista um elevado défice de desenvolvimento, apesar de contribuir com largas centenas de milhões de contos de receitas do turismo para o equilíbrio das nossas contas externas. Algumas regiões, do todo nacional, invocam o peso das suas produções e exportações, esquecendo esta realidade.

As entidades bancárias recolhem centenas de milhões de contos em depósitos, que, posteriormente, são canalizados, na sua maioria, para financiar o investimento em outras partes do País. Simultaneamente, são criados sistemas de apoio ao investimento produtivo, que a região algarvia vê passar a seu lado.

Apesar da justiça feita nos últimos anos, através de um crescimento acentuado do investimento público, a verdade é que o Algarve necessita urgentemente da construção de um conjunto significativo de infra-estruturas, com particular relevo para os sistemas de barragens, rede viária e equipamentos hospitalares, sem os quais o crescimento em curso pode ser bastante condicionado.

Se quisermos que esta região continue a ser «uma galinha de ovos de ouro», é preciso sustentá-la convenientemente.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: No entanto, o défice de desenvolvimento torna-se muito mais significativo quando debruçamos a nossa atenção sobre a administração local.

A grande maioria dos municípios algarvios tem sido incapaz de responder aos novos desafios do processo de desenvolvimento, em curso no País. É lamentável constatar a ausência de estratégias de desenvolvimento municipais ou intermunicipais que respondam aos anseios da sociedade civil.

Na verdade, os investimentos da administração central, inseridos numa estratégia de infra-estruturação acelerada, com maior ou menor velocidade, vão-se concreti-

zando.. Só que, este esforço financeiro deveria ser complementado com investimentos estratégicos por parte das autarquias.

No entanto, a grande maioria das câmaras municipais do Algarve, em que o PS detém 12 das 16, tem revelado uma incapacidade total para compreender as necessidades estratégicas e raras vezes tem feito as opções de investimento mais acertadas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A política de fachada e do fontanário prevalece sobre as opções estratégicas de apoio ao desenvolvimento económico, social e cultural. Prevalece o individualismo cego que impede as câmaras municipais socialistas de, pela sua livre iniciativa, encontrarem soluções intermunicipais para a resolução de problemas comuns a concelhos vizinhos.

Uma análise aos seus orçamentos, planos de actividades e contas de gerência torna evidente os baixos níveis de execução, uma deficiente programação e, sobretudo, uma notória incapacidade de gestão. A maioria dos autarcas socialistas, sentados à mesa do poder há demasiados anos, tem grandes responsabilidades no caos urbanístico e na degradação ambiental, que se verifica em alguns pontos do Algarve. A sua incapacidade aliada a um certo compadrio gerou situações irreversíveis nos próximos 100 anos.

É pois urgente proceder-se a um balanço social, que demonstre claramente onde, como e quando foram aplicados os milhões de contos transferidos para estes municípios.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Com o respeito e a consideração que me merece o poder local, é necessário e urgente proceder a uma análise comparativa entre os elevados recursos financeiros transferidos para as autarquias socialistas do Algarve e a obra feita.

Estamos certos que facilmente se concluirá que, em termos de balanço social, existe um significativo défice de desenvolvimento.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Deputados: Se é evidente no Algarve um défice de desenvolvimento provocado por uma inadequada gestão das câmaras municipais socialistas e pela sua incapacidade em compreenderem as reais necessidades da sociedade civil, não tomado consequentemente as opções mais correctas, também é evidente um défice democrático, que o PS teima em ocultar.

Na verdade, o Partido Socialista trouxe a esta Câmara a denúncia de pretensas situações numa determinada região do País, que, no caso das câmaras municipais socialistas do Algarve, são denunciadas, diariamente, pelos algarvios em geral e, inclusivamente, por muitos dos seus militantes.

De entre as muitas acusações, feitas pela maioria da população algarvia, aos executivos socialistas citarei apenas algumas: exercerem forte pressão sobre os órgãos de comunicação social, associada a uma política de concessão de subsídios e ou publicidade, em função de os mesmos divulgarem ou não a sua propaganda política e omitirem ou não as declarações dos partidos da oposição; condicionarem os concursos de admissão de pessoal à filiação ou não no Partido Socialista; sujeitarem a atribuição de habitação social às famílias carenciadas em função da sua

conotação partidária; condicionarem a aprovação de projectos das empresas de construção civil à concessão de altas verbas, em papel-dinheiro, a clubes de futebol liderados pelos seus camaradas socialistas; adjudicarem obras a empresas, onde os concursos públicos ou limitados são altamente questionados; transcreverem atempadamente ou não as verbas para as respectivas juntas de freguesia em função da sua conotação partidária; autorizarem e apoiam ou não as obras nas freguesias em função da cor dos seus executivos; descentralizarem ou não funções e meios financeiros para as juntas de freguesia em função do partido político que as gere; atribuam ou não subsídios às associações recreativas e culturais em função da simpatia política dos seus dirigentes, etc.

Estas situações que o cidadão comum denuncia em privado, mas não o faz publicamente por medo de represálias, constituem ou não um défice democrático?

*Aplausos do PSD.*

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados: Uma primeira conclusão lógica pode-se, desde já, evidenciar: o Partido Socialista onde é minoria diz cobras e lagartos, confunde invenções com factos, não distingue demagogia de obra feita; onde é maioria, embora conheça os atropelos cometidos e os critique em privado, publicamente faz-se cego, apoia práticas políticas antidemocráticas e até ajuda a esconder os rabis de palha.

Que credibilidade espera o PS e os seus actuais dirigentes obter junto da população portuguesa com este tipo de actuação?

Finalizo esta intervenção com a ténue esperança de que o Partido Socialista, por coerência de princípios e atitudes, proceda às averiguações que se impõem e requeira os inquéritos necessários e suficientes para apurar a verdade e as responsabilidades dos seus presidentes de câmara.

Os algarvios assim o desejam!

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, inscreveram-se para pedir esclarecimentos os Srs. Deputados José Apolinário, Álvaro Viegas e Fialho Anastácio, só que, neste momento, o Partido Socialista já não dispõe de tempo.

O Sr. José Apolinário (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Apolinário (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, é para esclarecer que se me inscrevi para pedir esclarecimentos foi porque, há pouco, quando olhei o painel dos tempos, verifiquei que o PS ainda dispunha de 8 minutos, pelo que solicitei um esclarecimento à Mesa e obtive como resposta que se tratava de um engano.

Ora, se neste momento a Mesa informa que o PS não dispõe de tempo, gostaria de usar da palavra ao abrigo de outra figura regimental.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado José Apolinário, o engano a que alude tinha, efectivamente, ocorrido quando o painel registou 18 minutos, uma vez que os tempos consumidos não estavam a ser descontados e só posteriormente é que foram ajustados.

Portanto, neste momento, os tempos estão correctos e, de facto, o Partido Socialista não dispõe de tempo para formular pedidos de esclarecimento.

O Sr. José Apolinário (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, peço então a palavra para defesa da consideração.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Apolinário (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado António Vairinhos, utilizou esta figura regimental, de forma apropriada e não apenas por não dispor de tempo para pedir esclarecimentos, uma vez que, na intervenção que proferiu, V. Ex.<sup>a</sup> lançou fortes calúnias sobre militantes socialistas que, legitimados pelo voto popular, têm já há longos anos desenvolvido um trabalho exemplar à frente dos respectivos municípios, contribuindo assim para o progresso do Algarve, o que, aliás, tem sido unanimemente reconhecido.

E tanto assim é que até o Sr. Deputado António Vairinhos tem sido confrontado com a necessidade de tragar o travo da derrota na Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. Também só em face disto é que posso compreender um pouco as acusações que fez!

Mas, na verdade, trata-se apenas de calúnias, pelo que gostaria de desafiar o Sr. Deputado António Vairinhos a, em primeiro lugar, provar quais são os factos em que considera ter havido abuso de poder ou ilegalidade, uma vez que o que aqui nos trouxe foi uma teia de factos não identificados. Quais são os factos, em concreto, Sr. Deputado?

Em segundo lugar, gostaria de desafiá-lo, a si e aos Deputados do PSD, designadamente os do PSD no Algarve, a levantar as questões concretas de eventual inspeção autárquica, município a município, de acordo com a lei, porque, como muito bem sabe, não compete a esta Assembleia fazer inquéritos nessa matéria. O Sr. Deputado deveria ter lido o artigo 252.<sup>º</sup> do Regimento que, ontem, esteve aqui em discussão.

Nesse sentido, desafio-o a provar cada uma das questões que aqui colocou. O Sr. Deputado António Vairinhos lançou apenas calúnias, sem ter factos ou fundamentos, e é incapaz de as provar!

O Sr. Fialho Anastácio (PS): — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, poderia ainda dizer que quem está em falta para com os algarvios é o Sr. Deputado. Tenho aqui um manifesto eleitoral, com a fotografia de todos os candidatos a Deputados, em que, por exemplo, se dizia que o próximo ano de 1993 seria o ano em que se iriam realizar as eleições locais e regionais, em simultâneo, no Algarve. Esta foi a vossa promessa neste manifesto, de que distribuiriam milhares de exemplares, mas aqui votaram disciplinadamente contra a proposta do PS que garantiria tal eleição em simultâneo para a assembleia regional e para os órgãos locais.

O Sr. Fialho Anastácio (PS): — Muito bem!

O Orador: — Portanto, o Sr. Deputado é que está em falta para com os algarvios. Se quiser até lhe posso mostrar o vosso manifesto eleitoral! Tenho-o aqui!

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Para dar explicações, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado António Vairinhos.

**O Sr. António Vairinhos (PSD):** — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado José Apolinário, o nervosismo que revelou, ao usar da palavra para a defesa da consideração, é demonstrativo de que V. Ex.<sup>a</sup> não estava minimamente seguro do que afirmava, porque até sabe que o que disse não é verdade!

**O Sr. José Apolinário (PS):** — Não apoiado!

**O Orador:** — Ou será que o Sr. Deputado, que utiliza tanto os órgãos de comunicação social e sabe tão bem «mexer-se» no meio deles, desconhece o que eles dizem, não lê ou só lê o que lhe interessa?

O Sr. Deputado fala em fortes calúnias. Não percebo porquê? Eu até referenciei o que os algarvios dizem! O Sr. Deputado deve falar muito pouco com os algarvios!

Mas, a propósito desta questão, o que lhe posso dizer é que para os senhores, ontem, eram factos, hoje, são calúnias! Dois pesos, duas medidas! Onde é que está a coerência do Partido Socialista e, nomeadamente, do Sr. Deputado?

Quanto ao travo da derrota, sinto-o com muito prazer, pois temos, às vezes, tanto prazer nas derrotas como nas vitórias. Mas no caso de Vila Real de Santo António não fui candidato à câmara municipal, integrei, sim, as listas para outro órgão.

No entanto, posso dizer-lhe que, hoje em dia, a população tem conhecimento — e se o Sr. Deputado falar com ela, inclusivamente com os militantes da concelhia do Partido Socialista em Vila Real de Santo António, facilmente se aperceberá disso — da estagnação em que está o concelho e do pouco ou nada que tem sido feito. Aliás, basta ver o orçamento, o programa de actividades e a conta de gerência da respectiva câmara.

Quanto à questão dos inquéritos, Sr. Deputado, ainda bem que o Partido Socialista, por vezes, pode fazer inquéritos e, certamente, pode sempre fazer inquéritos internos e solicitar à Administração que os faça também. Ficamos à espera deles, porque se pedem inquéritos para um caso também podem pedir para o outro. As suspeções são iguais às que lançaram ontem, nesta Câmara. Então, se são iguais, procedam da mesma forma, se querem aparecer com coerência e credibilidade à opinião pública portuguesa.

Quanto às eleições locais e regionais, que eu saiba, 1993 ainda nem sequer chegou. E mais: não tente o Sr. Deputado — como o fazem muitos socialistas no Algarve, utilizando a bandeira da regionalização, que a maior parte nem sequer quer —, camuflar a incapacidade e a deficiente gestão dos autarcas que estão à frente das câmaras municipais socialistas.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Fialho Anastácio (PS):** — Sr.<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra para defesa da honra pessoal.

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza):** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Fialho Anastácio (PS):** — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado António Vairinhos, no seguimento das afirmações do Sr. Deputado José Apolinário, devo dizer que as afirmações de V. Ex.<sup>a</sup> são lamentáveis, até porque o Sr. Deputado tem, de facto, a consciência bastante intransquila por todas as dificuldades que criou às câmaras

municipais algarvias, durante o tempo em que esteve na CCR. Bem conheço aquilo que fez e que está a fazer na Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, dificultando a gestão da Câmara Municipal, não aprovando os planos e os orçamentos que vão à assembleia municipal, pois a sua bancada reprova-os sistematicamente, fazendo uma oposição que não é construtiva.

Assim, é lamentável que o Sr. Deputado venha aqui fazer afirmações de uma forma feroz, imprópria e inadequada. E é pena que não se faça o referendo à população do Algarve, pois julgo que o que o Sr. Deputado veio aqui dizer ofende o povo algarvio que deseja a gestão das autarquias pelo Partido Socialista, pois tem testemunhado a actuação dos autarcas do Partido Socialista e sabe aquilo que, de facto, os anima.

Aproveito para lançar também um repto.

O Sr. Deputado falou em formas de actuação de algumas câmaras fazendo-lhes acusações. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> concretizasse uma situação. Diga algum caso que se tenha passado com a Câmara Municipal de Tavira.

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza):** — Para dar explicações, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado António Vairinhos.

**O Sr. António Vairinhos (PSD):** — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Fialho Anastácio, em democracia, tal como foi afirmado pelo líder da sua bancada, Sr. Deputado Jaime Gama, ontem, devem debater-se todos os problemas que se colocam. Penso que o Sr. Deputado Jaime Gama concorda comigo!

Então, o Sr. Deputado Fialho Anastácio acha que é lamentável o que vim aqui dizer, quando V. Ex.<sup>a</sup> conhece bem o que se passa no Algarve?! Claro que não me referi à sua pessoa, porque se V. Ex.<sup>a</sup> af está, hoje, sentado nessa bancada, é porque é um autarca considerado em termos de exceção, o que não acontece com outros colegas seus, presidentes de câmara do Algarve, que muito tentaram para cá chegar e não conseguiram, pois tinham muitos «rabos de palha».

Portanto, Sr. Deputado, em democracia é legítimo debater todos estes aspectos. Se considera lamentável esta pequena intervenção que aqui produzi, o que diria do que tem vindo a ser feito por todo o País, desde há três meses a esta parte, pelo Partido Socialista?!

Quanto às dificuldades na câmara municipal, gostaria que o Sr. Deputado as precisasse também. Desafio-o a fazê-lo! Penso que o Sr. Deputado não sabe o que se passa, pelo que seria bom que, como pessoa que se intitula representante das próprias autarquias, em sede desta Assembleia, estivesse melhor informado. O Sr. Deputado entende que impedir a actuação da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António é formular determinados considerandos e determinadas propostas, com vista à sua integração no respectivo plano director municipal, depois de votadas por todos os partidos, e ainda conseguir aprovar o plano director municipal no concelho que, até ao momento, é o único do Algarve que está aprovado, quando até a câmara que o seu presidente geriu ainda não o fez? Isto é impedir a gestão?

O Sr. Deputado considera que o facto de o PSD reprovar um orçamento por duas vezes — e já lá vão três anos —, por o Partido Socialista não incluir as promessas eleitorais que fez durante a campanha, em que dizia ir distribuir lotes de terreno pelos industriais na pseudo zona industrial, e por no orçamento não incluir uma verba

sequer para lhes dar execução, exigindo-se, pois, que cumprissem as promessas, é impedir a actuação da câmara municipal, quando até, posteriormente, quer o orçamento quer outras iniciativas da câmara foram aprovados?

Portanto, Sr. Deputado, sem pretender entrar no esquema de linguagem que utilizou e sem me referir a pontos específicos, apenas lhe posso dizer que estarei sempre aberto a debater estas situações, até porque já as debatemos e denunciámos, mais do que uma vez, perante os órgãos de comunicação social, mas nunca ouvi o Partido Socialista, no Algarve, dar qualquer resposta, pelo que estou espantado com todos os desafios que, hoje, aqui fizemos.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Viegas. Chamo a atenção para o facto de que, neste momento, o PSD dispõe apenas de 2.6 minutos.

Assim, peço aos Srs. Deputados que, respectivamente, vão fazer a pergunta e responder, que façam o favor de dividir o tempo entre ambos, uma vez que já não podemos prolongar mais o período de antes da ordem do dia.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Álvaro Viegas (PSD): — Sr. Presidente, queria, também em tom de resposta, dizer ao Sr. Deputado José Apolinário que o que foi aqui referido pelo meu colega de bancada é muito pertinente, nesta altura, para as câmaras do Algarve.

O Sr. Deputado disse que são fortes calúnias, mas posso dar-lhe aqui um exemplo claro da maior câmara do Algarve, a Câmara Municipal de Loulé, onde é presidente o secretário regional do Partido Socialista e onde se passam, talvez, as maiores atrocidades, em termos democráticos. E posso dizer-lhe isto porque conheço...

O Sr. Fialho Anastácio (PS): — Não é verdade!

O Orador: — ... o concelho de Loulé e sou membro da assembleia municipal.

Assim, posso apresentar-lhe alguns casos relativos a esta câmara municipal que, desde 1989, está a gerir os destinos do meu concelho: saneamentos poléticos a técnicos qualificados da câmara municipal; despedimento colectivo de vários funcionários daquela Câmara, ocorrido há poucos dias; e desprezo total pelas freguesias que são presididas por membros do PSD, em termos de estrangulamento financeiro das referidas freguesias.

Meus amigos, há que referir também, por exemplo, que o relatório de actividades de 1991, da Câmara Municipal de Loulé, comprova a má gerência da mesma. E isto porque as despesas correntes daquela Câmara, a mais rica do Algarve, ultrapassam, neste momento, 60 % do total das despesas, e o plano de actividades da referida Câmara foi executado em pouco mais de 30 %. Ora, isto é má gerência e má gestão de uma câmara socialista.

O Sr. José Apolinário (PS): — E o inquérito à gestão do Mendes Bota.

O Orador: — Trata-se de exemplos concretos de má gestão da maior e mais importante câmara do Algarve.

Deixo-os com estas informações.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado António Vairinhos. Mas peço-lhe, Sr. Deputado, que tenha atenção ao tempo.

O Sr. António Vairinhos (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, serei muito breve.

É evidente que se tivéssemos tempo, e seriam precisas algumas horas, para fazer um rol de acusações fundamentadas, o faríamos. Tal é o caso do boicote ao hospital do Barlavento, por parte da Câmara Municipal de Portimão; de um conjunto de actos praticados em Loulé, que o meu colega tinha para enunciar aqui mas, por falta de tempo, não pôde; de a Câmara de Vila Real ter ficado com as verbas da DGOT (Direcção-Geral do Ordenamento do Território) para construção da junta de freguesia e tê-la acusado de as ter recebido, o que provocou, na última assembleia municipal, um insulto sem paralelo entre o Partido Socialista e o Partido Comunista Português. Ora, Srs. Deputados, estamos à vontade, nestas questões.

No entanto, não é necessário enunciá-las aqui. Aconselhamos a vossa atenção para aquilo que é referido na comunicação social...

O Sr. José Apolinário (PS): — No *Público* de hoje!

O Orador: ... sobre as conferências de imprensa que o PSD tem dado nos últimos dois anos, no Algarve, e encontrará afi formuladas grande parte destas acusações. Aliás, fiquem V. Ex.<sup>a</sup> descansados pois iremos fazer mais.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, chegámos ao fim do período de antes da ordem do dia.

*Eram 17 horas e 20 minutos.*

## ORDEM DO DIA

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, estão em aprovação os n.<sup>o</sup> 43 a 51 do *Diário*, respeitantes às reuniões plenárias dos dias 24, 26, 27 e 31 de Março e 2, 7, 9 e 10 de Abril.

Não havendo objecções, consideram-se aprovados.

Vamos entrar na segunda parte do período da ordem do dia em que vão ser discutidos, conjuntamente, os projectos de lei n.<sup>o</sup> 81/VI — Programa de rearborização para áreas percorridas por incêndios florestais (PCP), 82/VI — Programa de emergência para a defesa da floresta portuguesa (PCP) e 136/VI — Ampliação da competência das comissões especializadas de fogos florestais municipais e adopção de medidas preventivas contra fogos florestais (PS) e o projecto de resolução n.<sup>o</sup> 8/VI — Promove a realização de um seminário sobre fogos florestais e defesa do ordenamento da floresta portuguesa e do espaço rural (PCP).

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: De novo, por iniciativa do PCP, este Plenário vai debater os fogos florestais e as soluções para os prevenir e combater, a partir dos dois projectos de lei e do projecto de resolução que apresentamos.

Dois destes projectos, o programa de rearborização para as áreas percorridas por incêndios florestais e o programa de emergência para a defesa da floresta portuguesa, chegaram mesmo a ser debatidos e rejeitados pelo PSD na anterior legislatura. Então, porque os apresentamos de novo? Será, com certeza, uma pergunta que está pendurada nos lábios dos Srs. Deputados, designadamente do PSD! Poupo-vos esforços, antecipando já a resposta.

Em primeiro lugar, porque as razões de fundo que justificaram a sua apresentação há cerca de um ano se mantêm plenamente actuais, porventura ampliadas e agravadas com a situação decorrente do longo período de seca que vivemos.

Em segundo lugar, porque há motivos para acreditar que o PSD e o Governo têm razões para, afinal, crer, hoje, nas virtualidades dos projectos que rejeitaram há um ano. Nós explicamos!

Em Janeiro de 1991, quando debatemos este assunto, o Sr. Secretário de Estado da Agricultura, aqui presente, afirmou, e cito, que «não eram precisas mais leis», que os projectos do PCP eram «estatizantes» e «inexequíveis», porque quase obrigavam a «criar uma nova Direcção-Geral das Florestas».

Assim, o PSD arremessou a sua maioria contra os projectos de lei, chumbando-os, mas, seis meses depois, em 31 de Julho de 1991, vimos o Governo, pela pena do mesmo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, emitir um despacho em que copia uma parte essencial de um dos projectos apresentados.

Propunha o PCP que a Direcção-Geral de Florestas elaborasse ou promovesse a elaboração, no prazo de um ano após os incêndios, de projectos de rearborização para as áreas percorridas por incêndios florestais que atendessem aos condicionalismos de natureza ecológica, económica e social da região e que promovessem a participação dos produtores florestais.

Que diz o despacho do Sr. Secretário de Estado, seis meses depois de o PSD ter chumbado a nossa proposta, por inexequível? Pois bem, determina que a Direcção-Geral de Florestas elabore planos especiais de recuperação florestal das áreas ardidas, no prazo de seis meses, com o envolvimento dos respectivos proprietários e tendo em conta a realidade sócio-económica da região.

Está visto que plagiar parece ser a arma secreta do PSD, para quem só é bom o que sai das suas fileiras e é mau tudo o que sai da oposição. Prometemos que isto fica entre nós... mas faz-nos crer, como dizia atrás, haver fundadas razões para acreditar que, desta vez, as nossas iniciativas legislativas vão ser apreciadas com outros olhos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os fogos florestais que, em particular de há uma década a esta parte, assolam o País constituem, sem dúvida, um problema nacional que exige o contributo de todos nós. É com esse entendimento e com essa postura construtiva que, mais uma vez, abordamos aqui este problema e apresentamos três iniciativas legislativas.

Mas sendo um problema nacional não se pode resolver unicamente com palavras, discursos e promessas, que se repetem anualmente, e com medidas improvisadas tomadas quando os fogos já estão em marcha. É o que, no essencial, tem acontecido, época atrás de época, com as dramáticas consequências que estão à vista.

Desde 1980, Portugal foi pasto de mais de 100 000 incêndios que percorreram mais de 1 milhão de ha, o correspondente a um terço da área florestal do País.

As áreas protegidas nem por isso têm estado mais defendidas: Peneda-Gerês, Sintra, já este ano, Serra da Estrela, Arrábida, têm visto o respectivo território ser «lamido» pelas chamas.

O ano de 1991 foi o pior de sempre em matéria de fogos florestais: mais de 22 000 incêndios queimaram uma área de mais de 160 000 ha, o equivalente a 20 vezes a cidade de Lisboa.

Os prejuízos de ordem ambiental, económica e social são incalculáveis. O processo de desertificação que é, simultaneamente, factor e consequência dos fogos alastrá perigosamente.

A ausência de uma política de educação ambiental e de sensibilização para a floresta contribui para o alheamento das populações.

A investigação vive do voluntarismo e dedicação daqueles que nas Universidades de Coimbra e de Trás-os-Montes dão o melhor do seu esforço na busca das causas e factores dos fogos.

Temos visto argumentar, como quem descansa a sua consciência com a desgraça alheia, que este não é um problema exclusivo de Portugal mas comum a toda a floresta do Sul da Europa. Sendo, em parte, verdade é também verdade que em Portugal os fogos florestais atingem maior expressão. Basta dizer que a percentagem da área ardida, em relação à superfície florestal, no conjunto França/Espanha/Grécia/Itália situa-se, desde 1980, nos 12,5 % e em Portugal esse valor é de 35 %.

Verifica-se, por outro lado, que enquanto naqueles países há uma tendência geral para a diminuição das áreas ardidas em resultado de medidas de fundo tomadas, em Portugal a tendência tem sido para o aumento do número de fogos e das áreas ardidas.

Acresce que, à seguir ao Reino Unido, Portugal é o País que apresenta a floresta em pior estado de conservação, com 30% da área em situação crítica, de acordo com o balanço do Estado Sanitário das Florestas, publicado recentemente pelas Comunidades.

Eis aqui, Srs. Deputados, um punhado de razões mais do que suficientes para justificar a ordem do dia de hoje.

Em nossa opinião são quatro as causas fundamentais desta catástrofe, que se repete de ano para ano.

Uma política agro-florestal errada e que, não tendo a suportá-la nenhuma política de desenvolvimento rural, tem conduzido à liquidação das comunidades rurais; ao abandono das terras agrícolas e, consequentemente, das culturas, em áreas que serviriam de barreira natural aos fogos; como os vales encaixados entre áreas florestadas; ao desaparecimento da produção pecuária nas zonas de montanha, que constituía, por si só, um factor de limpeza das matas, seja porque o gado ali se alimentava, seja porque as populações ali se forneciam de lenhas e mato para as camas dos gados; ao desenvolvimento da floresta industrial e do património fundiário das empresas de celulose, cujo apetite voraz tem contribuído decisivamente para romper o cordão umbilical que liga as populações à floresta e, portanto, o seu interesse e sensibilidade. Aliás, as sucessivas tentativas de privatização dos baldios inserem-se plenamente nesta lógica.

Em segundo lugar, a inexistência de uma política de defesa e ordenamento florestal, com a perpetuação de grandes manchas monoculturais de resinosas, como o pinheiro e agora o eucalipto, sem compartimentação nem diversificação das espécies. Registe-se que a área de eucalipto, entre 1985 e 1990, passou de 400 000 ha para 540 000, mais 40 %, ocupando hoje cerca de 17 % da su-

perfície florestal do País quando há cinco anos não passava dos 12 %.

Como terceira causa, registou-se a ausência de uma política de prevenção séria e eficaz que promovesse a limpeza equilibrada das florestas, a abertura de caminhos e a construção de aceiros, a multiplicação dos pontos de água e dos postos de vigia, e mobilizasse, com os meios adequados, pessoal conhecedor e amigão da floresta.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em quarto lugar, uma política de combate assente no improviso e nos milagres, sem coordenação nem planeamento e que deve quase tudo ao espirito abnegado e heróico dos bombeiros.

Dirão o Governo e o PSD que não é assim, que muito se tem feito. O Sr. Ministro Dias Loureiro virá certamente fazer aqui o inventário do seu protagonismo, das muitas reuniões que tem feito, dos muitos discursos que tem proferido e das muitas paróquias que tem visitado. Tudo como se o PSD tivesse chegado agora ao Governo e descoberto que pouco foi feito nos últimos anos. A verdade é que o PSD está ininterruptamente no Governo e na responsabilidade desta área há mais de nove anos e todos os anos vemos repetirem-se os incêndios. Só não vemos as medidas de fundo.

Consultem-se os recortes de imprensa e deparamos com as afirmações mais ligeiras, mais absurdas e mais irresponsáveis: um Ministro da Administração Interna do PSD afirmou, a certa altura, que o que havia era «especulação e alarme» e esse ano foi o pior da década; um alto responsável dizia que os anos pares são mais frescos e, por isso, ...

*Risos do PCP, do PS e dos Deputados independentes Mário Tomé e Raúl Castro.*

... não haveria que ter tanta preocupação, mas em 1990, ano em que foi proferida esta afirmação, arderam 130 000 ha e este ano temos o tempo que se conhece; o Ministro do Ambiente não achou melhor responsável do que os bombeiros e af vai de atacá-los. Muitas outras se poderiam inventariar.

Todos os anos se diz: «prioridade à prevenção» ou «no prevenir é que está o ganho» como disse, também, o Ministro Dias Loureiro em Coimbra. No entanto, todos os anos ardem manchas enormes de floresta e a prevenção é o parente pobre da luta contra os incêndios.

Repete o Sr. Ministro, à saciedade, que a culpa é do clima e da sensibilização das populações. Mas isso, Sr. Ministro, é um dado do problema há muito conhecido. Se chovesse no Verão não era preciso estarmos aqui a debater o problema. O que importa, e o que falta, é atacar a raiz do problema, como nos propomos com as iniciativas legislativas hoje em discussão.

Na prática, o Governo inverte as prioridades que proclama em palavras: onde se lê, primeiro prevenção depois combate, traduz-se, primeiro combate depois prevenção.

Num relatório recente do Comando Operacional da Zona Norte de Castelo Branco pode ler-se inclusive, e cito, «apesar das recomendações anteriormente feitas nada foi feito na prevenção». Mas mesmo no combate e no apoio aos bombeiros, a situação está longe de ser aquela que o MAI proclama. Foi o próprio presidente da Liga Nacional de Bombeiros que, em entrevista realizada há dois dias, afirmou, cito, «planificação é coisa que não existe».

Dos cerca de 7,2 milhões de contos para o Serviço Nacional de Bombeiros, só cerca de 2 milhões é que são para os fogos florestais e, desta verba, a quase totalidade vai para o pagamento do aluguer de helicópteros e aviões, pagos a 6 contos por minuto, agravados este ano pelo facto de o Governo se ter inexplicavelmente atrasado na sua contratação, como o Sr. Secretário de Estado confessou na Comissão de Agricultura e Mar.

Os 750 000 contos previstos para a CNEFF (Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais) não chegam a 6000 contos por cada CEFF (Comissão Especializada de Fogos Florestais) quando só a dotação mínima de meios de que cada uma delas precisa vai além dos 30 000 contos. O Serviço Nacional de Protecção Civil tem, em 1992, uns magros 665 000 contos, ainda menos 100 000 contos do que em 1991, em termos nominais.

Os subsídios aos bombeiros para a compra de viaturas e equipamentos destruídos em incêndios têm atrasos de dois anos; o pagamento dos combustíveis está em atraso desde o 2.º trimestre de 1991; as verbas do totoloto e do totobola não são liquidadas desde Novembro; os pagamentos do sistema de saúde pela utilização de ambulâncias levam igualmente meses de atraso.

A falta de coordenação e de interligação entre os diversos meios operacionais leva a que, nos períodos mais críticos, os bombeiros tenham fogos em fila de espera.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Dos 500 000 proprietários florestais, mais de 70% têm menos de 4 ha, num país onde a floresta do Estado ocupa menos de 3% do território.

Resultam daqui duas conclusões: uma, a de que nada se conseguirá sem a mobilização e o envolvimento dos produtores florestais nas próprias soluções a adoptar; outra, que com tal estrutura minifundiária, agravada ainda pelo facto de a área média por proprietário ser constituída por diversas parcelas, o Estado ter de assumir necessariamente um papel enquadrador estratégico para superar um dos obstáculos mais difíceis à modernização, à protecção e ao desenvolvimento do sector florestal, que é a estrutura minifundiária das explorações florestais. Esta é, aliás, a filosofia orientadora que percorre os nossos projectos de lei.

O programa de emergência para a defesa da floresta portuguesa permite que, sendo posto em prática, no prazo de seis meses após a publicação da lei, numa área de 120 000 ha situada nas zonas mais críticas a norte do Tejo onde se situa 95% da área ardida, seja instituído um programa de acção tendo como objectivos: a construção de estradas e pistas florestais; a eliminação de matos e desperdícios lenhosos ao longo das vias de comunicação, nas berinas e faixas limstrosas, até uma largura de 25 m; a intervenção prioritária nas explorações que confinem ou sejam atravessadas por vias de comunicação; a realização de fogos controlados e o estabelecimento de uma rede de aceiros de mato; o estabelecimento de faixas de protecção às áreas urbanas; a construção de pontos de tomada de água; o reforço do número de postos de vigia; e a construção de pistas de emergência para helicópteros.

Para efeitos de realização deste programa, o País é dividido em polígonos de defesa da floresta, sendo definido, para cada um, um plano integrado de defesa e desenvolvimento florestal que contemplará um conjunto de medidas de emergência, a elaboração de um plano específico de defesa, alerta e ataque, a organização de sistemas de comercialização do material lenhoso ardido, a definição de planos de ordenamento do espaço e o estabelecimento de regras de silvicultura, a constituição de centros de apoio

técnico às explorações florestais e a constituição de corpos próprios de vigilantes florestais.

Representantes dos proprietários florestais, dos Conselhos Directivos dos Baldios, dos municípios, das freguesias, da Direcção-Geral das Florestas, dos bombeiros, da Protecção Civil e das Associações de Defesa do Ambiente constituirão as comissões de gestão dos polígonos, garantindo-se assim a participação decisiva da comunidade em todo o processo. O papel do Estado não é o de se substituir aos interessados mas o de suscitar, apoiar e coordenar as suas iniciativas.

O outro projecto de lei, o que contempla o programa de rearborização para áreas percorridas por incêndios, tem como objectivo impedir que os produtores florestais aruinados pelos fogos que lhes destroem a exploração caiam nas mãos das celuloses e dos intermediários que, como abutres, se abatem sobre a presa aproveitando o seu desespero para lhes comprar ou arrendar em condições leoninas a respectiva área.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Como todos sabemos, este quadro está na base de muitos dos fogos que deflagram por esse Portugal fora.

Outro objectivo que este projecto de lei prossegue é o de evitar a mera regeneração natural que repete os povoados anteriores ou o abandono puro e simples.

Procurando um equilíbrio entre a floresta de protecção e a floresta de produção, definindo um quadro que permite o ordenamento, a compartimentação e a diversificação da floresta e evita o processo de desertificação e erosão de extensas zonas do pinhal e de outras áreas florestais, o programa propõe que a Direcção-Geral das Florestas, em articulação com os produtores florestais, cujos agrupamentos deverão ser dinamizados, elabore ou promova a elaboração, no prazo de um ano, de projectos de rearborização que tenham em conta as condicionalismos regionais de natureza ecológica, económica e social.

Propomos que as explorações florestais que confinem ou sejam atravessadas por vias de comunicação e a que esteja associado, em elevado grau, risco de deflagração de incêndios, sejam obrigatoriamente sujeitas a rearborização com espécies mais resistentes aos fogos, numa distância até 25 m das margens da respectiva via.

Para que todo o projecto seja exequível define-se que os produtores abrangidos por estas medidas tenham direito a uma indemnização equivalente à quebra de rendimento da exploração resultante da transformação cultural prevista e definem-se mecanismos de financiamento para o caso de proprietários ou arrendatários de débil condição económica.

O despacho-plágio do Sr. Secretário de Estado da Agricultura, a que fizemos referência no início desta intervenção, não previa quaisquer medidas de enquadramento e, por isso, quase um ano depois, nenhum projecto de rearborização foi feito quando o despacho definia um prazo de seis meses para esse efeito.

Mas, Srs. Deputados, como dissemos, o problema dos fogos florestais exige o contributo, o diálogo e a participação de todos os que se encontram envolvidos neste processo. A Assembleia da República, como já o demonstrou anteriormente, pode dar um contributo válido nesse sentido, organizando um espaço de diálogo. Pareceu-nos, pois, adequado propor, através do projecto de resolução que apresentamos — e esta é a terceira iniciativa legisla-

tiva hoje em debate —, a realização de um seminário sobre fogos florestais e defesa do ordenamento da floresta portuguesa e do espaço rural.

Este seminário, cuja organização é atribuída à Comissão de Agricultura e Mar, tem como objectivo essencial reflectir sobre as causas e consequências dos fogos e contribuir para a definição de medidas de prevenção, de combate e de revitalização do mundo rural. Para ele são convidados a participar especialistas, autarquias, organizações da lavoura, associações económicas e sindicais, faculdades com áreas de investigação, baldios, associações de ambiente, bombeiros, departamentos da Administração Pública, como a DGF e a Direcção-Geral do Ambiente e Recursos Naturais e ainda a CNEFF e as CEFF.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos perante três iniciativas legislativas sérias e que são um contributo que entendemos válido para a resolução deste magno problema, onde é necessário aliar uma política de prevenção eficaz, definida em ligação com as comunidades locais, e uma melhoria das condições de emprego dos meios de luta.

Não nos limitamos a criticar. Temos propostas. Que o PSD e o Governo tenham a frontalidade de o reconhecer e aceitar este desafio.

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Deputado Lino de Carvalho, começou, na sua intervenção, por lembrar que a apresentação destes projectos de lei é, antes de mais, uma repetição visto eles já terem sido anteriormente rejeitados por esta Câmara.

De seguida, apresentou duas queixas: a de que o PSD tinha rejeitado os projectos de lei porque os classificou como de feição estatística, argumentação com a qual concordamos dado apontarem para uma direcção das actividades de prevenção centralizadora, e não descentralizada, e a cargo, essencialmente, dos órgãos da administração central; a outra queixa foi no sentido de que as medidas concretas e apontadas nestes projectos de lei foram retomadas pelo próprio Governo, ...

O Sr. Ministro da Administração Interna (Dias Loureiro): — E é verdade!

O Orador: — ... tendo-o acusado de plágio, porque levou à prática as medidas propostas pelo PCP sem ter a coragem de as aprovar aqui.

Depois, fez um longo diagnóstico sobre a situação apontando o agravamento da situação dos fogos florestais por todo o País.

A minha questão é, pois, a seguinte: o que o Sr. Deputado mais condene na actuação do PSD e do Governo é o facto de rejeitar aqui os projectos de lei apresentados pelo seu partido ou de depois os levar à prática com os resultados que V. Ex.<sup>a</sup> reconhece?

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Srs. Deputados, nós não queremos interpretar o silêncio do PSD como estando

completamente de acordo com as nossas iniciativas legislativas, ...

*Risos do PSD.*

... mas, face ao exemplo do que se passou com um dos projectos que apresentámos no ano passado, faz-nos crer que se não estão completamente de acordo estão pelo menos de acordo com as razões de fundo, os argumentos e as críticas que aqui trouxemos. É certamente isso que explica o vosso silêncio.

Sr. Deputado Manuel Queiró, os nossos projectos de lei não são uma simples repetição dos do ano passado. No essencial têm a mesma estrutura, mas introduzimos elementos novos, como, por exemplo, o facto de considerarmos como explorações prioritárias para a intervenção, tanto nas medidas de prevenção como nas de rearborização, as explorações que confinem com vias de comunicação, e que, portanto, estão mais sujeitas à deflagração dos fogos, e em que é necessário adoptar medidas prioritárias, até de alteração da floresta que nelas se encontra plantada. Naturalmente que isto terá de ser levado a cabo com medidas de apoio aos respectivos produtores que vão perder rendimentos e que terão de substituir um certo tipo de floresta, mais produtiva e mais rentável, por uma outra floresta, menos produtiva e menos rentável, mas mais resistente aos fogos, o que levará a que esses exploradores tenham necessariamente que ser compensados pela perda de rendimentos em resultado desta medida de prevenção para o não alastramento e não deflagração dos fogos.

Estes são alguns dos elementos novos e que fazem com que os projectos não sejam idênticos mas, mesmo que o fossem, a razão da sua apresentação explicava-se pelos argumentos que invoquei.

No entanto, sempre lhe quero apresentar duas questões. Efectivamente, nós acusamos o Governo de ter rejeitado aqui os nossos projectos e de ter, pelo menos num dos casos, copiado uma parte essencial do nosso projecto, uma parte essencial das medidas, mas de uma forma dispersa, de uma forma solta, sem quaisquer medidas enquadradoras. Isto é, nós propomos que o Estado promova acções de rearborização nas zonas mais críticas através dos departamentos oficiais, como a Direcção-Geral das Florestas, mas propomos que isso se faça com o apoio e a interligação com os produtores florestais e que se criem medidas de apoio financeiro que permitam a esses produtores florestais receberem contrapartidas financeiras para as implementarem. Como o despacho do Sr. Secretário de Estado não criou estas condições de apoio aos produtores, nem criou, na Direcção-Geral das Florestas, os meios humanos e necessários para fazer estes processos de rearborização, um ano depois de o despacho ter sido feito nenhum projecto de rearborização está elaborado. Portanto, tratou-se de uma cópia, mas de uma má cópia, que na prática não se traduziu em nenhuma medida efectiva. Daí a justificação de trazermos hoje, aqui, este debate na medida em que essas medidas que propomos têm todo este enquadramento e só no quadro do enquadramento que propomos é que são exequíveis.

Por outro lado, tenho ideia de que o Sr. Deputado não leu bem os nossos projectos.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Li muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado, aliás na linha das ideias do PSD, acusa os projectos de centralismo, mas eu penso que são exactamente o oposto.

Não sei se sabe, mas a estrutura da floresta portuguesa assenta em cerca de 87% de produtores que têm menos de 4 ha, de débil condição económica e que estão sujeitos aos interesses económicos — que são muitos — que rodeiam a floresta. Como é que eles, sem apoios financeiros, sem o enquadramento do Estado, sem o apoio do Estado, têm condições para procederem à rearborização, à abertura de caminhos, de aceiros e à colocação de pontos de tomada de água? Nestas condições não é possível, pelo que o Estado tem a obrigação de, em conjunto com os produtores, fazer esse papel enquadrador e dar os apoios e a dinamização que permitem tomar as medidas de fundo que há muito são reclamadas.

Por outro lado, Sr. Deputado, nós propomos a criação pelo País fora, nas áreas florestais mais críticas, daquilo a que chamamos comissões de gestão, constituídas pelas comunidades locais, pelos produtores, pelos bombeiros, pelos serviços locais da Administração Pública, que em conjunto têm o dever de levar à prática todos os projectos de rearborização e todos os programas de emergência. O que nós damos ao Estado e aos organismos centrais do Estado é um papel de apoio, um papel enquadrador, um papel dinamizador, mas largamos para as comunidades locais, nomeadamente para os produtores, o papel de aplicarem na prática, com as medidas técnicas e financeiras de apoio, todo o programa que propomos.

Assim, é uma efectiva descentralização do papel do Estado em ligação com os produtores florestais que propomos. E se o Sr. Deputado ler com mais atenção verificará que tenho razão no que estou a dizer.

Dito isto, afirmo, no entanto, que não temos o exclusivo da verdade nem queremos dizer que estes projectos de lei são a única solução para os problemas, mas estamos conscientes de que eles são um contributo muito sério, muito válido para prevenirmos e tomarmos as medidas de fundo e de longo prazo estruturais — essas sim, tomadas a longo prazo — que são necessárias para, de uma vez por todas, não direi irradicar mas diminuir os fogos florestais. Aliás, o exemplo de outros países, como a França, provam-no. Tomando estas medidas de articulação com as comunidades locais é possível diminuir em grande parte os fogos florestais. É isso que nos propomos fazer.

*Aplausos do PCP.*

A Sr.º Presidente (Leonor Beleza): Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Campos.

O Sr. António Campos (PS): — Sr.º Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Srs. Deputados: Há muito que se instalou um diálogo de surdos sobre a problemática dos incêndios florestais. É pena, porque uma das maiores riquezas económicas e ambientais nacionais está em violenta destruição. O Governo, no Verão, assume o papel de bombeiro. Aparece, mesmo, todos os dias na televisão, aliás como é seu hábito, de vez caída, a convencer os cidadãos de que tudo foi feito para evitar tal catástrofe. Os Srs. Ministros e Secretários de Estado interrompem férias, acusam a natureza, arranjam bodes expiatórios e por vezes desancam os bombeiros voluntários — eu disse «voluntários».

Ensim, tudo serve como alibi, menos a incapacidade do Governo. A floresta, essa, lá vai desaparecendo, devorada pelas chamas a um ritmo diabólico. Mais de um milhão de ha arderam nos últimos 10 anos. No ano passado, mais de 160 000 ha foram destruídos pelos fogos. O esforço no

aumento dos meios de combate é uma constante, aliás proporcional ao aumento de área ardida. Por cada novo avião, helicóptero, posto de vigia, etc., colocado no combate, ardem mais uns milhares de ha. Hoje já ninguém sabe onde começa o combate e acabam os negócios.

Há uma certeza que temos: é que a vocação deste Governo é apagar fogos, e nós, que amamos a floresta, ansiamos por um outro que os evite. Neste diálogo de surdos, repetimos o que toda a gente sabe: é que não há outra solução que não sejam medidas de prevenção fortes e ajustadas à nossa realidade. Estamos fartos de clamar, desesperar e afrontar, mas infelizmente tudo continua na mesma.

Vão-nos anunciar mais aviões, mais autotanques, mais helicópteros, mais vigias, etc., mas todas essas medidas duplicaram nos últimos anos e, apesar disso, as áreas ardidas subiram para valores insuportáveis.

Os fogos evitam-se e só depois se combatem. É um grande crime nacional a atitude do Governo. Vezes sem conta, algumas neste Plenário, desafiei o Governo a pôr em prática um pequeno projecto-piloto que abrangesse três ou quatro concelhos com vocação florestal e pusesse em prática as ideias que lhe temos dado. Renovo esse desafio e garanto que as áreas ardidas serão insignificantes em relação às actuais.

O Governo, na sua cátedra, faz ouvidos de mercador, prefere deixar destruir essa riqueza de incalculável valor económico e ambiental. Exigimos ao Governo uma postura séria, de Estado, e que de uma vez por todas encare o problema de frente. Não vale a pena copiar modelos, porque temos a nossa própria realidade e é sobre ela que nos devemos debruçar.

Há muito que propomos formas de intervenção inovadoras, que vão muito para além dos aceiros, dos pontos de água, dos postos de vigia, dos aviões, etc. — essas já demonstraram a sua inutilidade quando isoladas de outras acções. Não há nenhum país do Mediterrâneo em que a percentagem de floresta ardida seja tão elevada como a nossa. É de uma grande ignorância fazer crer que as acções preventivas dos proprietários resolvem o problema. Os grandes incêndios, aqueles que devoram milhares e milhares de hectares, são incêndios que passam de copa a copa, atravessando estradas, caminhos, aceiros e por vezes até rios. Mais de 80% desses incêndios são localizados nas manchas de pinheiro bravo. Esta espécie florestal está, de uma forma geral, ligada ao minifúndio. Um hectare de floresta tem, por vezes, vários proprietários, e se um deles não limpou a mata ficou em risco acrescido a floresta de todos os outros. Há incêndios, muitos mesmo, que de uma só vez destroem mais de 10 000 ha.

Com esta estrutura fundiária, são poucos, muito poucos, os proprietários que podem ter um plano de prevenção da sua floresta. É ao Estado que compete essa tarefa de superior interesse nacional. Não estão em causa só interesses económicos. Estão também em causa vidas humanas, despovoamento do território, substituição de espécies florestais — mais de 200 000 ha ardidos foram ocupados pelo eucalipto —, profundas alterações dos microclimas, forte aumento da erosão, assoreamento e alteração dos cursos de água existentes, destruição da fauna e da flora, alteração agressiva da paisagem; fortes combustões, aumentando o buraco da camada de ozono, etc. ...

Não é possível, com credibilidade responsável, o Governo atirar para cima da sociedade civil o que lhe compete. Há muito que vimos propondo medidas inovadoras, mas vale a pena, mais uma vez, insistir nelas.

A primeira será criar um órgão responsável com competências e meios para executar uma política de prevenção em cada concelho. As Comissões Especializadas em Fogos Florestais (CEFF) concelhias devem ser esse órgão. Elas integram bombeiros, câmaras, GNR, Protecção Civil do Território, proprietários e Direcção-Geral das Florestas. Nos concelhos de vocação florestal e onde predomine o pinheiro bravo, as CEFF concelhias devem ter um pequeno núcleo profissionalizado. Esse núcleo deverá ser responsável pelo parqueamento da floresta, pela determinação dos caminhos, aceiros ou estradas, que são decretados como zonas de contenção de incêndios, pela localização de pontos de água, pela manutenção e abertura dos caminhos e aceiros, pela fiscalização da limpeza de vegetação das zonas de contenção. As CEFF destas regiões terão de ter orçamento próprio.

A outra medida inovadora é a criação de uma classe de proprietários defensores da floresta. Estes proprietários são os donos dos terrenos, 50 m para cada lado dos caminhos, aceiros ou estradas que as CEFF concelhias determinem que são locais de contenção dos incêndios. Estas áreas, determinadas como zonas de contenção, ficarão sujeitas a um estatuto especial de deveres e direitos a que os proprietários se deverão sujeitar. O dever será o compromisso de os proprietários manterem essas áreas completamente limpas de floresta e de vegetação espontânea nos meses compreendidos entre Abril e Outubro de cada ano. Os direitos serão uma indemnização anual no valor do rendimento presumível mais uma forte majoração desse rendimento pelo serviço social prestado. A fiscalização da limpeza será da responsabilidade das CEFF concelhias. Estes subsídios a atribuir a esses proprietários são em boa parte disponibilizados pela comunidade, aliás altamente receptiva a estas medidas. Admitimos que em zonas planas os 50 m possam ser diminuídos e que nas zonas de forte inclinação possam ser aumentados.

Com o parqueamento florestal, a criação das zonas de contenção, a dotação orçamental e responsabilização das CEFF concelhias, não limitaremos o número de incêndios, mas diminuiremos substancialmente as áreas ardidas.

As zonas de contenção devem localizar-se em áreas entre os 100 e os 500 ha.

É claro, é indiscutível, que estas medidas já há muito deveriam ter sido aplicadas. Desafio o Sr. Ministro e os Srs. Secretários de Estado a contestarem a sua validade. Mais: exijo-lhes um debate sério sobre esta matéria, e se forem capazes de demonstrar que há outras formas melhores e mais eficazes estamos prontos a apadrinhá-las.

Uma garantia vos dou: com estas medidas por nós preconizadas as áreas ardidas baixariam para menos de metade das actuais. Com o parqueamento e a criação, devidamente localizada, de áreas de contenção de incêndios, com 100 m completamente limpos, a tragédia de incêndios a devorarem milhares e milhares de hectares terminaria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Faço um apelo veemente à vossa consciência e desafio-vos a exigirmos, em conjunto, ao Governo medidas eficazes de prevenção, sem as quais não deteremos a destruição da nossa floresta. Chamo a vossa atenção para que seremos um País cada vez mais com vocação florestal. Mais de dois milhões de ha serão libertados pela agricultura até ao final da década e o seu único aproveitamento será o florestal.

Estamos a discutir um grave assunto nacional que se não compadece com leviandades, com demagogias ou com irresponsabilidades. Cada um deve participar e assumir claramente o seu empenhamento. O Governo deve dar o exemplo com seriedade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vos venho falar hoje da acção da escola sobre os cidadãos, da organização da sociedade, dos interesses económicos ilícitos que a afectam ou do ordenamento da floresta.

Há mais de um ano entregámos ao Governo um relatório votado por unanimidade na Comissão Eventual de Acompanhamento dos Fogos Florestais, onde um vasto conjunto de medidas, todas elas baseadas na prevenção, eram preconizadas para minorar esta tragédia nacional.

O Governo fez ouvidos de mercador e a floresta arde cada vez mais. Espero que enfrente a situação alterando a política seguida.

O projecto de lei por nós apresentado faz a diferença no que habitualmente se discute. É a diferença que garante o êxito no evitar da grande catástrofe que todos os anos nos atinge.

Sei que executarão as regras formais da democracia, que o projecto baixará à comissão e que afi será chumbado no segredo dos Deuses. Espero que a vossa consciência se revolte, e os Deuses vos iluminem para bem da floresta nacional.

*Aplausos do PS.*

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza):** — Srs. Deputados, o Governo solicitou que a sua posição fosse sucessivamente apresentada pelo Ministro da Administração Interna e pelo Secretário de Estado da Agricultura.

Para uma intervenção, tem, em primeiro lugar, a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

**O Sr. Ministro da Administração Interna (Dias Loureiro):** — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados, antes de pronunciar-me sobre a matéria em debate, quero agradecer ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, bem como aos demais líderes parlamentares com assento na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares e à Presidência desta Câmara, o facto de terem permitido o agendamento deste debate para uma data posterior da que foi inicialmente fixada, de modo a permitir, de acordo com a minha vontade e a do Governo, a nossa presença.

Pensamos que a iniciativa de debater a situação dos fogos florestais na Assembleia da República é louvável, mas não porque julguemos, tal como o Sr. Deputado António Campos, que tem havido nesta matéria um diálogo de surdos. Pela nossa parte, temos ouvido atentamente o que a oposição tem dito, podemos concordar ou, mas, Srs. Deputados, temos estado atentos.

Se me permitem, são os partidos da oposição que têm feito ouvidos de mercador, porque, de facto, inventariaram aqui um rol de intenções e de discursos que não são, como é sabido, nem as intenções, nem os discursos que o Governo tem feito sobre esta matéria.

Mas estamos de acordo nalguns pontos fundamentais. Nomeadamente, quanto à importância que este assunto tem em Portugal. Não há, nem nas intervenções dos Srs. Deputados Lino de Carvalho ou António Campos, nem nas demais que foram proferidas, qualquer discrepância em relação às nossas.

É um assunto por demais importante em termos nacionais, ambientais, sociais e económicos. Basta pensar que 100 000 postos de trabalho fixos e que 15% das exportações dependem da floresta e que um país como o nosso, que tem 3 milhões de ha de floresta, virá a ter, não tarda muitos anos — como disse, e bem, o Sr. Deputado António Campos — 5 milhões de ha. Basta pensar nestes números para dar conta da importância deste assunto.

Essa importância também se mede pelo número de fogos florestais e pela área ardida. Também nisso estamos de acordo. Há um binómio exponencial entre fogos florestais e área ardida. De 6970 fogos florestais em 1987, verificaram-se, em 1991, 22 000; de 49 000 ha ardidos em 1987, em 1991, só em povoamentos florestais, não incluindo o fogo no mato, o número subiu para 116 000 ha.

Também não há que esconder, e temos de estar de acordo, que não é possível por muito mais tempo continuar a fazer o crescimento exponencial do binómio «mais fogos, mais meios de combate», porque, de facto, também ele é exponencial. Em 1987 foram gastos 850 000 contos, em 1991 3 milhões de contos e este ano será, seguramente, uma verba muito superior àquela. Não é possível continuar assim!

Definimos e temos de assentar numa política capaz de mudar o estado de coisas actual. Mas a primeira medida que temos de tomar para fundamentar a nossa política é chegarmos a acordo quanto a um dado fundamental e estruturante de qualquer política: porque arde Portugal? Quais são as razões pelas quais este fenômeno tem em Portugal a dimensão que todos conhecemos?

O Sr. Deputado Lino de Carvalho enumerou um conjunto de razões que, de facto, conduzem a este estado de coisas, mas é preciso elencar, de entre elas, as mais importantes para saber que tipo de medidas prioritárias temos de tomar, isto é, que tipo de meios temos de usar prioritariamente.

Concordo com as que foram enumeradas pelo Sr. Deputado, pois julgo que estão na origem dos incêndios florestais em Portugal, mas tenho para mim que, apesar de ser esse o estado das coisas, faltou referir uma. De facto, existem estudos relativos aos cinco países comunitários do sul da Europa que apontam no sentido de haver uma causa fundamental para os incêndios: a que radica no factor humano. E grande parte das situações não são devidas à motivação criminosa, mas à incúria e ao desleixo.

É preciso que assentemos nisto, porque este é um dado essencial e basilar que nos indicará o caminho que devemos seguir, razão pela qual a política do Governo, nesta matéria, parte do pressuposto de que se deve fazer prevenção antes de mais. O fogo previne-se, não se evita!

O Sr. Deputado António Campos parece ter ficado surpreendido com o que acabei de dizer, mas a verdade é que não fiz, desde que sou Ministro da Administração Interna até agora, outro tipo de discurso nem defendi outra política; aliás, nem poderia fazê-lo!

E vou mais longe do que o Sr. Deputado, ao contrapor a nossa à vossa própria política. A prevenção faz-se a vários níveis, mas, sobretudo, a dois grandes níveis: a longo prazo e a médio prazo. E é bom que fique claro, para a Câmara e para o País, o que é para nós, mais uma vez, a prevenção a longo prazo.

Prevenção a longo prazo faz-se, fundamentalmente, através da educação, fazendo interiorizar às mais pequenas gerações os valores ambientais, sociais e económicos ligados à floresta.

Começámos, em Oliveira de Frades, ainda não há um mês, um programa, juntamente com o Ministério da Educação, que visa justamente cumprir este desiderato de longo prazo que passa pela educação. É um pilar fundamental e que tem de ser persistentemente seguido.

Na prevenção a médio prazo, embora já o tenha dito, as palavras de ordem fundamentais são: planeamento, ordenamento e cooperação — são três palavras-chave nesta

matéria; planeamento e ordenamento em relação à floresta nova, de forma a que dificilmente o fogo nela se possa propagar ou se, uma vez eclodido por qualquer eventualidade, se propague com dificuldade.

Por outro lado, em relação à floresta antiga, o planeamento e o ordenamento far-se-ão sentir de maneira a compartimentar a floresta, para que também nela seja mais difícil que o fogo exclua e se propague. Isto passa, concretamente, pela compartimentação, pela implementação de aceiros, de pontos de água, de estradões de acesso fácil e pela plantação de espécies vegetais adequadas e correctas. Eis algumas das grandes linhas e que são, fundamentalmente em termos de planeamento e de ordenamento, os aspectos mais importantes que queria realçar.

A prevenção a médio prazo passa também por uma palavra de ordem — a cooperação. Cooperação a diversos níveis: em primeiro lugar, entre os órgãos de soberania, porque, sendo um problema nacional, temos todos de contribuir para ele. Em segundo lugar, cooperação interdepartamental a nível do Governo, pois este problema não pode ser apenas visto por um só sector. Há secâncias interdepartamentais que têm que ver com aspectos ligados ao MAI (Ministério da Administração Interna), à agricultura, ao plantamento, ao ambiente e também, noutra óptica, à defesa nacional no que diz respeito aos contributos, por exemplo, da engenharia militar.

Referi-me à cooperação entre os órgãos de soberania e o Governo a nível interdepartamental.

Mas a cooperação também se faz com as autarquias locais. As autarquias locais, e não falo apenas das câmaras municipais, têm de ser, nesta matéria, um pilar fundamental, e creio que estamos todos de acordo em relação a este aspecto. As CEFF (Comissões Especializadas de Fogos Florestais), que têm de ser protagonizadas pelas câmaras municipais, sobretudo pelo seu presidente, são nessa matéria um pilar fundamental.

Já se falou aqui nas CEFF. No entanto, o Sr. Deputado Lino de Carvalho, não tanto por aquilo que disse, mas mais pelo tom que usou, merece que lhe diga o seguinte: a região do Alentejo é, a nível nacional, a de maior implantação autárquica do Partido Comunista, ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Era, era!

O Orador: — ... embora, obviamente, no domínio dos incêndios, não seja a mais importante. Ora, no distrito de Setúbal, há três CEFF em 14 municípios, no de Beja há uma CEFF em 14 municípios e no de Évora há zero CEFF em 13 municípios.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Essas são zonas políticas.

O Orador: — O Sr. Deputado Lino de Carvalho merecia que lhe dissesse isto, mas não quero com este pequeno aparte prejudicar o entendimento e a colaboração de que necessitamos nesta matéria.

*Aplausos do PSD.*

Em terceiro lugar, refiro a cooperação com os particulares. É nela que reside a nossa grande questão e, porventura, Sr. Deputado António Campos, a nossa grande divergência.

V. Ex.<sup>a</sup> entende que o Governo, o Estado, à velha maneira socialista, tem de substituir-se integralmente aos

particulares. Nós entendemos que o Estado tem de contribuir, de dinamizar, mas não tem de se substituir. Os proprietários florestais também têm, nesta matéria, responsabilidades. VV. Ex.<sup>a</sup> têm acompanhado a evolução deste problema e sabem que, no ano passado, o Orçamento do Estado, em relação aos projectos apresentados pelas CEFF (Comissões Especializadas de Fogos Florestais) — o mesmo é dizer, em relação à dotação para a CNEFF (Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais) —, pela primeira vez, dispôs de uma verba de 150 000 contos. Este ano, pela primeira vez, dispôs de uma verba sem dúvida insuficiente. Há projectos para mais? Sem dúvida que há! Mas a verba atribuída, de 750 000 contos, que foi quintuplicada, foi a possível.

O que nós queremos — e é esta a diferença que nos separa — é que este dinheiro, com o contributo que os particulares podem dar e com o conhecimento que os munícipes têm do terreno, seja multiplicado. Isto é, que cada escudo que damos, com o contributo que essas pessoas no local possam dar, equivalha, em termos reais, a três ou quatro milhões de contos.

Para si, Sr. Deputado António Campos, a política era mais simples — era dizer que o Estado dava 10 milhões de contos. Mas a questão era saber onde é que o Estado os ia arranjar.

Para nós, dentro do bom senso e do realismo, a questão coloca-se nestes termos: temos de ser dinamizadores e de cooperar com os particulares, mas a política não pode ser a de nos substituirmos aos particulares. Embora entenda que devamois ter, ou pela CEFF, ou por outra entidade — e não vou aqui dizer ainda qual é o meu pensamento último, porque não o tenho ainda delineado; talvez o faça para o ano que vem —, agentes em permanência, falta saber como e onde enquadrá-los, como financiá-los e como pagar-lhes. No Governo, não podemos apenas dizer que é preciso fazer assim ou assado! Temos de dizer: faz-se assim, os meios estão aqui e são estes! Estamos, pois, neste momento, a procurar saber como é melhor e, depois, com que meios havemos de dotar essas estruturas.

Em terceiro lugar, a cooperação, no âmbito do planeamento de médio prazo, traduz-se na vigilância, vigilância pelas forças de segurança, pelas Forças Armadas e pelas populações. Nós queremos entusiasmar e interessar neste projecto os «fregueses» — os habitantes da freguesia não podem alhear-se disto.

Trata-se também de solidariedade e cooperação com os países comunitários. A Comunidade não pode, ela também, alhear-se deste problema. No âmbito da nossa presidência, quisemos levar a cabo um seminário comunitário sobre fogos florestais, e ele teve lugar pela primeira vez. E o que pretendemos foi que, a nível de altos funcionários, de quem se preocupa com estas questões em todos os países, se concluisse inequivocamente que esta é uma questão a que a Europa não pode fechar os olhos e em que a Europa tem de ser solidária. E isto, por duas razões: em primeiro lugar, porque se a Europa comunitária é um processo de solidariedade, não pode esquecer-la num assunto tão importante como este, com tantas consequências a nível económico mas sobretudo a nível ambiental. Se a Europa quer ser no mundo inteiro protagonista de valores e atitudes ambientais, não pode ela própria, em sua casa, esquecer este problema. Foi isso que quisemos que se concluisse no seminário; foi isso que foi concluído e espero que, na reformulação do regulamento que está em cima da mesa do Concelho de Ministros da Agricultura, estes dados não deixem de ser tidos em conta e que os

meios financeiros que actualizaram o Regulamento n.º 3529 possam ser substancialmente acrescidos, traduzindo assim a cooperação e a solidariedade que nesta matéria também tem de haver entre todos os países comunitários, entre aqueles que têm mais incêndios e aqueles que têm menos incêndios (os países do norte da Europa).

Mas, se falamos do médio prazo e do longo prazo, não podemos falar do curto prazo. Sr. Deputado António Campos, não podemos falar do curto prazo e do combate, sem referir uma coisa essencial: só deve ser combate aquilo que passou à malha estreita que deve estar a montante, que é aquilo de que falei há pouco e que se situa no domínio da prevenção do longo prazo e do médio prazo. Mas, Sr. Deputado António Campos, aquilo que não podemos fazer é ver arder as matas e as florestas e nada fazer. Por isso, em cada ano, temos de programar acções.

Quero acreditar que o dinheiro que estamos a gastar e que os meios humanos que estamos a empregar, estas épocas, não seja preciso — mal de nós se o for — empregá-los daqui a sete ou oito anos. Mas ainda vai ser preciso, durante alguns anos, empregar este tipo de meios e fazer este tipo de planeamento de curto prazo para cada época estival. Não podemos fugir a isso!

O sistema é extremamente simples: em primeiro lugar, uma grande rede de vigilância, para que ainda no curto prazo seja possível evitar incêndios, e, depois, uma óptima rede de detecção e alerta servida por boas comunicações, de modo a que detectado precocemente o incêndio, ele possa ser precocemente apagado. Ora, isto implica meios rápidos de intervenção, como a grande força com que temos de atacar o incêndio, e a actuação de Grupos Especializados de Primeira Intervenção e de brigadas helitransportadas. A experiência diz-nos, no que diz respeito aos resultados obtidos nesta política, que vale a pena continuar por este caminho, ou seja, vigiar, detectar precocemente e apagar com meios rápidos e leigos o maior número possível de fogos. Esta é a base fundamental do curto prazo. Obviamente, não dispensamos os meios aéreos. O Sr. Deputado António Campos quis quase fazer-nos acreditar que mais meios aéreos implicam mais fogos e que a floresta arde por causa dos meios aéreos. Se assim fosse, a política do PS seria muito simples: não há meios aéreos, não há incêndios em Portugal! Infelizmente, não é assim. Vamos ter de usar meios aéreos. E o senhor, se fosse governo, não seria capaz de explicar às populações, quando têm de enfrentar incêndios de grandes dimensões, que não tinha meios aéreos para lhes acudir naquele momento. Seguramente, vamos ter meios aéreos: meios aéreos que alugamos e meios aéreos das Forças Armadas nacionais. E, temos, obviamente, os bombeiros, cujo trabalho, boa vontade e esforço não me canso de enaltecer, e que não podemos dispensar; temos de dar-lhes as melhores condições e estamos a fazê-lo.

Por isso, Srs. Deputados Lino de Carvalho e António Campos, peço-lhes que actualizem os vossos números, em relação à dívida aos bombeiros. Ainda ontem, o presidente da Liga teve oportunidade de me dizer que a situação nunca foi como a presente: estamos agora a pagar o último trimestre e, depois disso, ficaremos, pela primeira vez, com as contas rigorosamente em dia.

O último ponto, no âmbito das medidas a curto prazo, são as campanhas de sensibilização. Como é evidente, temos de promovê-las em cada ano, não podem limitar-se ao Verão. É que, Sr. Deputado, nós não começámos a preocupar-nos com os incêndios quando a floresta começou a arder; preocupámo-nos muito antes. Falámos com os

bombeiros; dissemos que queríamos ouvi-los sempre, fazer a política com eles, e é isso o que estamos a fazer. De facto, estamos a reformular todo o edifício institucional e a rever todos estes problemas com a sua colaboração, porque eles são pessoas que, por há muitos anos lidarem com estes assuntos, os conhecem bem. E começámos a preocupar-nos com este problema no Inverno, quando ainda não havia fogos. Mas obviamente também temos de preocupar-nos agora, quando eles se aproximam.

Em conclusão, Srs. Deputados, quero que fique claro, perante esta Câmara, o seguinte: em primeiro lugar, que o Governo tem, nesta matéria, uma política; que sabe distinguir, nessa política, o que é longo prazo, médio prazo e curto prazo e que não sobreponde nenhum dos planos. Em segundo lugar, quero realçar que os portugueses não têm razão para, nesta matéria, se sentirem derrotados e serem fatalistas. Os portugueses, com políticas correctas e persistentemente seguidas, podem resolver, ou pelo menos minorar em muito, esta questão.

**O Sr. António Campos (PS):** — Estou de acordo!

**O Orador:** — Quero que, de Portugal e dos portugueses, se erradique a convicção de que isto é um fatalismo e de que nada nos pode valer.

Em terceiro lugar, é necessário multiplicar os agentes. Não é possível combater este flagelo com os agentes que temos. Por isso, Sr. Deputado, pedi a colaboração da Igreja, que também pode ser um agente nesta matéria de sensibilização, e, por isso, no dia 29 do corrente, vou reunir-me com toda a comunicação social regional, que é a que está mais perto das zonas de risco de incêndios, tudo isto porque é preciso multiplicar os agentes.

Em suma, Srs. Deputados, estou de acordo com VV. Ex.º quando afirmam que este é um problema nacional que exige o contributo de todos. Mas não estou de acordo com o Sr. Deputado António Campos quando diz — porque é falso e porque não ganha sustentação em qualquer afirmação, nem na prática — que o Governo prefere deixar destruir o património florestal. Não! Pelo contrário!

Sr. Deputado António Campos, se quer discutir connosco, seriamente, estes problemas, poderá fazê-lo, hoje e sempre! Se quer fazer desta tragédia nacional uma arma política de arremesso contra o Governo, então, sim, não vale a pena discutir!

*Aplausos do PSD.*

**A Sr.º Presidente (Leonor Beleza):** — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados André Martins, António Campos, Lino de Carvalho, Júlio Henriques, Mário Tomé, Manuel Queiró e Correia de Campos.

Em seguida, e para completar a intervenção do Governo, vou dar a palavra ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura, deixando para depois os pedidos de esclarecimento e as respectivas respostas.

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Agricultura.

**O Sr. Secretário de Estado da Agricultura (Álvaro Amaro):** — Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Mais uma vez, o PS e o PCP, naturalmente sempre cheios de boas intenções, agendam debates importantes, mas tratam-nos de modo pouco sério. Só que, tal como temos dito, e ainda há pouco o Sr. Ministro reafirmou, quanto a fogos

florestais, trata-se, infelizmente para todos nós, de uma matéria que atinge uma dimensão nacional e que, por essa razão, não pode apenas servir, sob pena de ser sempre mal julgado — e eu não queria fazer esse julgamento — para, à custa da desgraça dos outros, fazer chicana política. Por isso, o Sr. Deputado ...

O Sr. António Campos (PS): — Então o senhor deixa arder as florestas e os outros é que fazem chicana política?! O senhor tomou alguma medida?! Enuncie uma medida!

*Protestos do PS e do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, peço que se faça silêncio na Câmara!

Faça favor de continuar, Sr. Secretário de Estado.

O Orador: — É por isto, Sr.<sup>a</sup> Presidente, que o Sr. Deputado António Campos já disse várias vezes nesta Câmara que um dia morreria aqui de uma doença de coração. Se o Sr. Deputado continua assim ...

Este debate deve ser sério, tal como sério nós o estamos a encarar.

Em relação aos projectos do PCP, gostaria de dizer que o próprio Deputado Lino de Carvalho, na sua intervenção, acabou de dizer à Câmara que eles já não valem a pena, acusando-me de copiador, de plágio. Sr. Deputado, na minha aldeia há um velho ditado que diz que só os burros não mudam de ideias! Isto só prova que, quando estamos atentos, admitimos aquilo que é razoável e importante para o País. No entanto, já lhe tinha afirmado na Comissão de Agricultura e Mar, antes da apresentação destes projectos, que nós estávamos a fazer planos integrados, que queríamos atender à realidade sócio-económica da região e que queríamos evitar os fogos. E já lhe elenco as medidas, Sr. Deputado António Campos! É que o Sr. Deputado António Campos, como um Deputado honesto, trabalhador e competente que é, tem sempre um grande problema: é sempre desatento, não lê, não ouve e não presta atenção às medidas tomadas, inclusivamente no seu concelho. Mas eu já lhas enumero, Sr. Deputado!

Sr. Deputado Lino de Carvalho, pergunto-lhe se propor diplomas que dividem o País em 160 polígonos, com 2400 pessoas para gerir este projecto, é, na realidade de hoje, algo que possa evitar os fogos em Portugal. Sr. Deputado, o que quisemos fazer, na sequência daquilo que lhe anunciei, repito, antes do debate dos vossos projectos — mas, mesmo que fosse depois, não importava, porque, tal como lhe disse, só os burros não mudam de ideias, e nós não nos temos como burros —, foi que nesses planos integrados entendímos que não era apenas a Direcção-Geral das Florestas, que não eram apenas os produtores florestais, que não eram apenas as comissões de coordenação regional, que não eram apenas as universidades que deviam participar.

O Sr. Deputado disse, e bem, que nada se pode fazer, nada se deverá fazer, em termos da preservação da floresta, num país como o nosso, em que 85% da floresta é privada, em que todas as medidas do fomento são para o associativismo florestal. E é aqui que me interrogo: se por um lado o senhor diz que deve ser os proprietários florestais a fazer esse associativismo, a fim de zelarem pelo património florestal, como é que depois há-de ser o Estado a substituir-se aos cidadãos?

Sr. Deputado, o que quisemos fazer foi pôr a funcionar os incentivos (o Plano de Acção Florestal I, o Plano de

Acção Florestal II, isto é, 800 barragens, mais de 5000 km de caminhos florestais, mais de 200 000 ha em termos de arborização e rearborização), mas, em termos de prevenção florestal, sempre entendemos que qualquer que seja o enquadramento não podemos tomar nenhuma medida — atrevo-me a dizer-lhe aqui nesta Câmara —, nem nenhuma terá o sucesso que todos desejamos, se não tivermos connosco a maioria, se não a totalidade, daqueles a quem pertence a floresta.

No entanto, se atendermos à componente económica do património florestal, para além dos valores ambiental e social que tem, o resultado que ela gera é riqueza nacional, mas antes de ser riqueza nacional é a riqueza de cada um dos seus produtores. Nenhuma medida terá sucesso se não tivermos o produtor ou agrupamento de produtores, que fomentámos através do Plano de Acção Florestal, a trabalhar connosco.

Pode o senhor fazer todos os postos de vigia, todas as brigadas de detecção, todas as de primeira vigilância, como estamos a aumentar, mas se não fomentarmos connosco os proprietários — e o senhor sabe que a grande maioria são abstencionistas, que a grande maioria dos 500 000 produtores florestais não estão junto da sua produção — pergundo-lhe se aqueles que tratam da sua floresta, que geram a riqueza para eles e para o País, podem ser penalizados por aqueles que, por incúria e desleixo, não tratam do seu património florestal.

Temos, pois, que chamar para esta causa, chamar para nós, aqueles que curam do seu património florestal, no fundo, aqueles que zelam por ele.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: Quando até já o Sr. Deputado Lino de Carvalho afirma que nós desenvolvemos esta política integrada de cooperação — como aqui foi referido pelo Sr. Ministro da Administração Interna — entre todas as entidades e os cidadãos, então estamos no caminho adequado para essa preservação e para incentivarmos o fomento à florestação.

Sr. Deputado António Campos, já de há muito que conversámos sobre este assunto. O Sr. Deputado, mais uma vez, acusa-nos quando levanta o dedo em relação às políticas de vigilância e de prevenção e diz aqui, nesta Câmara, que elas estão ultrapassadas, que já não fazem sentido em termos de rede de postos de vigia ou de brigadas de primeira intervenção, para depois nos criticar que não temos o espaço totalmente coberto...

Vou dar-lhe, Sr. Deputado António Campos, só mais duas medidas, ainda que só me tenha pedido uma, quando, há pouco, fez todo aquele barulho. O Sr. Deputado, eleito pelo distrito de Coimbra, não conhece o projecto que está a ser desenvolvido relativo à estrada da Beira?

O Sr. António Campos (PS): — Já não há lá floresta!

O Orador: — Ó Sr. Deputado, os produtores florestais da sua terra vão ficar muito zangados consigo! Significa isso que, como Deputado eleito pelo distrito de Coimbra, entende que não se deve preservar a floresta daquela região?

O Sr. Deputado não conhece o projecto do Alto Tâmega?

O Sr. António Campos (PS): — Já deixou arder!

O Orador: — Não conhece as 30 convenções de financiamento que vão ser feitas com as autarquias? Não conhece os 300 sapadores florestais que estão a ajudar a fiscalizar a floresta portuguesa?

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: Tal como o Sr. Ministro referiu, sempre ouvimos, sempre dialogámos, sempre discutimos, mas quando o PS resume aquilo que é novo apenas no facto de se abrirem caminhos, que em vez de 30 m têm de ter 50, diria que se isso é o vosso «novo» mal viria para a floresta portuguesa!

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Para além dos Srs. Deputados que já tinha anunciado, inscreveu-se ainda o Sr. Deputado Luís Capoulas Santos para pedir esclarecimentos.

Devo comunicar que o Governo dispõe apenas de 1,1 minutos para responder.

Tem, pois, a palavra o Sr. Deputado André Martins.

*Pausa.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Faça favor, Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, estava a aguardar que o PSD pudesse ceder algum tempo ao Governo, uma vez que as questões que temos para colocar ao Sr. Ministro não poderão ser respondidas em apenas 1,1 minutos. De contrário, não valeria a pena estarmos a fazer perguntas.

Sr. Ministro, é lamentável! Tenho de começar por dizer isto porque o Sr. Ministro referiu-se às muitas preocupações que tinha, e tenho, para colocar-lhe e acabou por falar das grandes questões que se colocam para que possamos prosseguir uma política de defesa do património florestal nacional e de desenvolvimento da economia deste país, sobretudo, no nosso entendimento, do desenvolvimento do mundo rural, ou seja, do desenvolvimento do interior deste país.

Há 10 anos que o PSD está nos Ministérios da Administração Interna, da Agricultura, do Planeamento e da Administração do Território e que detém as pastas da Secretaria de Estado do Ambiente e, agora, do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, e o discurso que o Sr. Ministro fez aqui hoje já quase uma dezena de membros de governos do PSD o fizeram nesta Assembleia ou noutras lugares públicos.

Portanto, não posso deixar de lamentar que, quando o Governo anunciou, na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, que estava disponível para vir à Assembleia da República participar no debate sobre os incêndios florestais, não tivesse ponderado a necessidade de também estarem presentes todos os principais responsáveis por esta área. Aliás, também deu a entender, no seu discurso, que é assim que pensa, no entanto, na prática, há 10 anos que estas medidas deveriam ter sido postas em prática e não foram. Lamentamos, pois, que não estejam aqui presentes representantes do Ministério do Planeamento e da Administração do Território e representantes do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais.

Sr. Ministro, aquilo que disse foi que a defesa da floresta portuguesa, o acabar com o índice crescente de incêndios neste país, não se faz com a criação de brigadas de bombeiros sapadores, mas só com a criação de pontos de água, com a limpeza de acciros, com a abertura de estradas ou estradões na floresta. É necessário investir nisso, mas não chega!

Também falou em medidas de longo prazo e de médio prazo. De facto, é af que é fundamental investir, mas nada

tem sido feito. Ao longo destes 10 anos, o governo do PSD nada tem feito nesta matéria. E mais: temos insistido junto do Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território, em vários momentos, e temos perguntado, sempre que se fazem planos de ordenamento do território em várias regiões do País, quando é que serão feitos para as regiões do interior. O Sr. Ministro, em nome do Governo, assumiu que não há planos de ordenamento do território nas regiões do interior do País!

Julgamos que, para resolver os problemas das florestas e dos fogos florestais — que é o que está hoje aqui em discussão —, é necessário fazer ordenamento, ordenamento biofísico do território, mas o Governo assume que não o faz. Isto está escrito e foi dito várias vezes neste Plenário pelo Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território. A não ser que, em relação ao programa do Governo que foi apresentado nesta Assembleia, o Governo já tenha mudado de ideias quanto a esta questão!

É necessário, Sr. Ministro, fazer o ordenamento da floresta, mas não é só essa a grande questão. A grande questão é fazer o ordenamento dos espaços florestais, que é uma coisa diferente. É necessário contribuir para que não se faça o despovoamento das regiões do interior, porque o que está a acontecer é que aqueles que trabalhavam para que, de facto, houvesse um ordenamento dos espaços florestais deixam de o fazer, criando-se, assim, cada vez mais, as condições para aumentar o número de fogos florestais.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — Termino já, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Sr. Ministro, o que é que tem sido feito e que investimentos estão previstos no Orçamento do Estado para as florestas de protecção?

Se aquilo que disse não é contraditório relativamente ao que tem sido feito pelo Governo, ao longo destes anos, é porque, em vez de florestas de protecção, o que fez foi florestação indiscriminada através de espécies que acabou de criticar.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra o Sr. Deputado António Campos.

O Sr. António Campos (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Ministro da Administração Interna, Sr. Secretário de Estado da Agricultura, digo, com toda a franqueza, que esperava muito mais deste debate e das intervenções de VV. Ex.<sup>as</sup>, e explico porquê: todos concordam que é um grande problema nacional e que as áreas ardidas aumentam todos os anos. Mas quando os senhores dizem que as medidas que foram tomadas funcionam, há qualquer coisa que está a funcionar mal, isto é, não se trata de um problema nacional, os senhores estão satisfeitos com o número de ha da floresta que arde, portanto não vale a pena meter no que está. Ora bem, não é essa a nossa opinião!

O Sr. Ministro da Administração Interna começa por fazer um discurso que, resumido, tem a seguinte estratégia: educação a longo prazo — «eu sou um educador, eu trato disso» —, as CEFF — «são aqueles rapazes lá das cunharas, eles que se encarreguem disso» — a defesa da prevenção — «são esses proprietários privados, eles que a façam» — e, quanto ao resto, «eu sou um grande educador, eu farei isso com tempo e lá resolveremos o problema»!

O Sr. Secretário de Estado da Agricultura diz: «mas isso não chega, quando os proprietários estiverem todos associados, então, sim, nós teremos uma estratégia de prevenção para a floresta».

Eu não lhe critiquei os aviões, não lhe critiquei os helicópteros, não lhe critiquei os postos de vigia, o que lhe disse, Sr. Ministro, foi que o senhor, todos os anos, desde há muitos anos, vem aumentando substancialmente esses meios e, na mesma proporção em que os aumenta, aumenta a área ardida em Portugal. O que queria era que o Governo reflectisse sobre uma nova estratégia de prevenção.

O Sr. Secretário de Estado da Agricultura andou, aqui há uns anos — e já era Secretário de Estado —, a fazer um trabalho exemplar na Pampilhosa da Serra. Mandou para lá um *caterpillar* e fez aquilo tudo com linhas direitinhos, aceiros, caminhos por todos os lados... Passados três anos, passou por ali um incêndio e destruiu o concelho todo e, agora, não há uma árvore praticamente nesse concelho.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Pouca sorte!

**O Orador:** — O Sr. Secretário de Estado também já devia ter aprendido que um aceiro ou um caminho não são suficientes para áreas de contenção de incêndios, por isso deixou destruir 15 000 ha. Apesar de ter tudo ordenado, de ter mandado lá fazer os aceirinhos de x em x metros, aquilo desapareceu tudo!

**O Sr. Antunes da Silva (PSD):** — E não fizeram mais nada?!

**O Orador:** — O que lhe propomos hoje aqui num projeto de lei, que gostaria que tivesse discutido comigo, são duas novas propostas. Uma, de profissionalização de um núcleo, porque o Sr. Ministro já não aguenta os bombeiros e, quando ele diz «estou aqui para ajudar os bombeiros», está é para os estoirar no Verão, porque não dão conta de tantos incêndios, porque o Sr. Secretário de Estado não tem uma política de prevenção. E ele, em vez de ser amigo dos bombeiros — pode-lhe oferecer autotanques — mexe com eles e até já começam a dizer: «Voluntários nós, a trabalharmos meses seguidos em regime de voluntariado, sem haver medidas de fundo para evitar?! Nós acabaremos com esse voluntariado!».

E já se começa a ver alguns comandantes a exigirem a profissionalização das suas corporações.

**O Sr. Antunes da Silva (PSD):** — Erradamente! ...

**O Orador:** — Ora, nós propusemos duas medidas: uma, que as CEFF concelhias fossem responsáveis por um plano de parqueamento da floresta, com orçamento próprio — e o senhor não o disse, mas vai-me dizer que nessas áreas vão ter orçamento próprio.

Sr. Secretário de Estado, para perceber, porque não leu o diploma — aliás, já percebi, várias vezes, que o senhor não lê as coisas —, o que está aí proposto é que, nas zonas em que as CEFF determinem que aquele caminho ou aquele aceiro deve ser uma zona de contenção, o senhor vai pagar a esses proprietários para eles terem 50 m limpos para cada lado, para que, assim, o incêndio não possa passar de um lado para o outro.

Sr. Secretário de Estado, desafio-o a apresentar essa proposta à Comunidade porque eles dão-lhe esse dinhei-

ro para pagar a esses proprietários. E desafio-o aqui: vamos a um concelho e executemos isso, e veremos se o concelho arde, como ardeu o concelho da Pampilhosa da Serra em que, apesar das medidas que lá tomou, passados dois anos, não há uma única árvore — ainda esta semana lá estive — em dezenas e dezenas de quilómetros que se andam. Essa era a única riqueza daquele concelho.

É o confronto entre duas opções, e desafio-o a pô-las em prática: a do senhor já se encontra vencida no terreno; experimente esta que, com certeza, lhe resolverá muitos problemas a si, a mim e a todos os portugueses.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza):** — Tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Sr. Presidente, gostaria de começar por fazer uma nota de princípio que era distinguir a postura, neste debate, do Sr. Ministro da Administração Interna e do Sr. Secretário de Estado da Agricultura.

O Sr. Secretário de Estado, numa postura que já lhe veio sendo habitual quando vem aqui debater com a oposição, acusa-nos, por tudo e por nada, de chicana política. Penso que não percebeu sequer a importância deste debate, que o Governo terá percebido pela composição que trouxe, hoje, a este Plenário. Estamos aqui a debater questões sérias, e estas não se debatem com expressões traumáticas que o Sr. Secretário de Estado aqui traz periodicamente.

Sr. Secretário de Estado, ponha termo a essas posições guerrilheiras que lhe têm causado algumas dificuldades nos últimos tempos e insira-se de forma construtiva no debate que aqui está em curso, tal como nós nos procuramos inserir, independentemente da divergência de ideias que tenhamos em relação a outros.

O Sr. Ministro da Administração Interna começou por dizer que estava de acordo com o essencial das posições que aqui trouxemos e avançou com um conjunto de ideias com as quais também nós dizemos que estamos de acordo no essencial.

A questão não é essa, Sr. Ministro. A questão é se essas ideias têm de ter políticas consistentes e meios para serem postas em execução. E o Sr. Ministro apresenta ideias como se tivesse descoberto a pólvora, como se fosse a primeira vez e o primeiro ano em que, de repente, um membro do Governo vem dizer coisas novas: «É preciso a prevenção, são precisos os aceiros, é preciso a educação das populações...»

Sr. Ministro, tenho aqui *dossiers* com dezenas de recortes, de há dois e três anos a esta parte, em que, sistematicamente, anualmente, diversos membros do governo do PSD repetem, exactamente, o mesmo discurso, mas repetem-no — e desculpem-me o termo — com esta desfaçatez de estarem a dizer isso como se fosse algo de novo, como se tivessem estado na oposição até agora ou como se lá estivesse estado um governo fantasma.

Não, Sr. Ministro! Os senhores estão no Governo há nove anos, todos os anos têm repetido o mesmo discurso e todos os anos este discurso se tem confrontado na prática com falta de meios orgânicos, de meios financeiros e de políticas para serem postos em prática. Senão, vejamos: «Não há verbas para investigar incendiários», dizia o Governo; «O Secretário de Estado dá prioridade à prevenção», dizia o Sr. Secretário de Estado há dois anos; «Portugal vai ter um sistema inédito de fiscalização

das florestas para prevenção de fogos», dizia o governo há dois anos. Onde é que está tudo isto? Onde é que estão as medidas que, todos os anos, são anunciadas, Sr. Ministro?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — E tudo o fogo levou!

O Orador: — O que verificamos é que a essas ideias não correspondem medidas novas. Por exemplo, o Sr. Ministro tem anunciado na imprensa que, este ano, vai haver muitos postos de vigia e dá um número: 192.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — 201!

O Orador: — 200, 201! Muito bem! Já aumentou... Mas, Sr. Ministro, diga também que, no ano passado, havia 196, portanto, não são 201 postos novos, são apenas mais quatro em relação ao ano passado.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Não se pode estar a iludir a opinião pública, avançando com questões novas, que o não são, pois, na prática, não correspondem a medidas estruturais.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Que grande fartura! Mais quatro, vejam lá! ...

O Orador: — Depois, pode-se pôr uma questão que o Sr. Ministro não esclarece, isto é, como é que esses postos de vigia funcionam, pois, como sabe, não há verbas. Então, o que se verifica, como, aliás, podemos ler nos recortes da imprensa, é que a «vigilância depende dos calendários escolares». Ora, como não há pessoal especializado pago com meios financeiros e orçamentais para estarem nos postos de vigia, espera-se que acabe o calendário escolar para que os jovens, no seu tempo livre, vão fazer essa vigilância, muitas vezes depois da época dos fogos já ter começado.

Não basta termos ideias, é preciso termos políticas e, mais do que políticas, é preciso ter meios financeiros enquadradores para termos na prática as ideias que temos.

Em relação às CEFF, o Sr. Ministro acusou as do Alentejo de não estarem constituidas. Como o Sr. Ministro sabe, mais de 90% dos fogos acontecem no Norte e Centro do País e é af que a questão das CEFF se coloca. Mas, mesmo no Alentejo, sabe, Sr. Ministro, que as CEFF municipais têm estado à espera que as CEFF distritais, da responsabilidade dos governos civis, sejam postas em execução? Sabe, Sr. Ministro, que, na resposta que o seu Governo deu, Beja e Évora são exactamente os dois distritos onde as CEFF distritais, da responsabilidade dos Governos Civis, não estão em execução? Aliás, a CEFF de Évora teve, esta semana, a primeira reunião.

Sr. Ministro, a responsabilidade começa exactamente pelo seu ministério, pelos governadores civis, que ainda não puseram essas CEFF a funcionar.

Para concluir, diria que os nossos projectos não se limitam a propor algumas medidas e ideias, que, em alguns casos, coincidem com as que VV. Ex.<sup>as</sup> aqui trouxeram. Temos uma questão de fundo: é que essas medidas «encaram» com uma estrutura de produção das explorações florestais portuguesas em que, como disse há pouco, mais de 87% é constituído por pequenas ex-

plorações, inferiores a quatro ha, sem meios financeiros, sem meios técnicos para poderem pôr na prática as ideias que os senhores aqui vêm trazer.

Enquanto as vossas propostas e as vossas ideias não forem enquadradas com apoios financeiros, com medidas estruturantes, como nós propomos, jamais este problema será resolvido.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr. Deputado Júlio Henriques.

O Sr. Júlio Henriques (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, porque há liberdade na minha bancada, começo por a exercitar efectivamente discordando da afirmação inicial do meu camarada António Campos, na pergunta que dirigiu ao Sr. Ministro. Ele disse que esperava muito mais e eu, que ouvi atentamente o discurso do Sr. Ministro, não esperava nem mais nem menos. De resto, até gostei do discurso de V. Ex.<sup>a</sup>

O drama é que o PSD tem há 12 anos a responsabilidade nesta área e o problema dos fogos, que é gravíssimo, em Portugal, vem-se agravando ano após ano. No que respeita a discursos, que, aliás, tenho acompanhado, era este mesmo discurso que esperava, pois tenho acompanhado também as visitas que V. Ex.<sup>a</sup> tem feito por todo o País e os apelos a pastores e a bispos para que, de facto, a população seja alertada para a gravidade do problema em que todos têm de colaborar.

Mas, Sr. Ministro, é dos manuais que em estado de guerra o poder não se dispersa e a análise que faço — porque sinto que é necessário que haja coordenação de esforços e porque é patente na opinião pública que há divergências de interesses entre diferentes ministérios, secretarias de Estado e direcções-gerais, havendo mesmo quem encontre af a causa de a mais e mais investimento corresponder constantemente mais e mais área ardida — leva-me a perguntar, desde já, a V. Ex.<sup>a</sup> se é sua intenção, se é intenção do seu ministério criar de facto um centro coordenador que possa, com eficácia, minorar a gravidade e o drama dos fogos florestais.

Realmente é sabido que as florestas, no sector primário, produzem mais de 450 milhões de contos e no último ano mais de 300 milhões contribuíram para as nossas exportações. É, pois, necessário fazer muitas coisas — e fazê-las bem — para que a desertificação não continue e o drama não se instale em vastas regiões do território português.

Há pouco referi a V. Ex.<sup>a</sup> a necessidade de um centro coordenador, a circunstância de não haver convergência de interesses entre os diferentes ministérios como causa possível do insucesso, que é total e patente aos olhos de todos nós, e servi-me do escrito de um conceituado técnico, que foi director-geral das Florestas nomeado por VV. Ex.<sup>as</sup> e também por VV. Ex.<sup>as</sup> exonerado — espero que a seu pedido, ... seu, dele, obviamente... Bom, esse técnico, depois de referir — ele próprio, que bem conhece o problema das florestas em Portugal e de toda a sua envolvente — que é preciso romper a inércia, dizia que «é a altura de travar a degradação progressiva a que as limitações burocráticas, financeiras e de cobiça por parte de secretarias de Estado e de ministérios têm conduzido os serviços florestais portugueses». Isto foi publicado num artigo do *Expresso* de 29 de Março de 1991, há, portanto, pouco mais de um ano, e ainda não sabia ele, nem nós, que teríamos o mais gravoso dos anos em termos de fogos florestais...

Disse V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Ministro, que estava, no fundamental, de acordo com o que aqui tinha sido dito, referiu a cooperação necessária com as câmaras municipais e juntas de freguesia e as CEFF como fundamentais. Tenho alguma experiência, creio que profícua, na matéria e sei que enquanto se não tomam medidas estruturantes, medidas que o PS vem preconizando e apresentando nesta Câmara e em comissão de especialidade, ao menos se deve dar efectivo poder às CEFF. Sim, porque o Decreto Regulamentar n.º 55/81, que as regulamenta, não lhes dá poder absolutamente nenhum! Confere-lhes apenas o poder de pedir, em três alíneas, o poder de propor medidas à CEFF distrital, de diligenciar a concessão de apoios e a articulação entre as mais diversas entidades.

Daf que pergunta — e voltado mais para a bancada do PSD — o seguinte: dado que o nosso projecto de lei pretende dar poder efectivo às CEFF, enquanto outras medidas se não tomam, dispõe-se o PSD a votar conosco este projecto de lei, que é importante para a problemática que aqui debatemos?

O Sr. Silva Marques (PSD): — O Sr. Deputado, quando foi presidente da Câmara, teve subsídios para fazer tanques de água para os fogos. Porque é que os não fez? É esse o problema!

O Orador: — Fiz todos e mais três!

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Administração Interna: Penso que os incêndios, no nosso país, têm de ser considerados uma grande catástrofe e, como tal, todas as medidas, de curto, médio ou longo prazo, devem ter uma perspectiva de urgência e de emergência.

A coerência do discurso do Governo e do PSD não é posta em causa; aí estão os incêndios a demonstrar que tem sido coerente, não têm é resolvido o problema que está colocado.

Sr. Ministro da Administração Interna, no seu discurso, no meu entender, há uma contradição gravíssima, porque V. Ex.<sup>a</sup> coloca a questão da educação e da sensibilização como uma questão fundamental...

O Sr. António Campos (PS): — É verdade!

O Orador: — ... mas faz depender as medidas de médio prazo e até de curto prazo dos resultados de uma medida de longo prazo, porque os jovens que quer educar e sensibilizar nas escolas são os que estão, à partida, mais sensibilizados. Os adultos de hoje são os que o estão menos e V. Ex.<sup>a</sup> assenta um pouco da sua estratégia de prevenção dos incêndios na sensibilidade dos privados e dos adultos. Penso que isso é um ponto fundamental, mas tem de ser enquadrado por medidas governamentais, estruturais, com planos e com o Estado a intervir activamente.

Finalmente, Sr. Ministro, consideramos que não pode haver na direcção nacional das CEFF alguém que diz que os incêndios, hoje, são consequência da falta de autoridade e da demasiada liberdade que caracterizam os tempos actuais. Penso que uma pessoa dessas não pode estar a dirigir um serviço desses.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Ministro da Administração Interna, é naturalmente com agrado que registamos o empenho e a diligência que o Governo fez para estar presente neste debate. Ouvi a sua intervenção consciente de estar a ouvir as palavras de alguém que tem tido um continuado e sério empenho na resolução destes problemas, mas, Sr. Ministro, registei, logo de entrada, que V. Ex.<sup>a</sup>, mais uma vez, enunciou uma larga margem de acordo com o essencial das propostas concretas avançadas pelo PCP nos seus projectos de lei, o que veio confirmar, de certa forma, a denúncia que o PCP tinha feito de o Governo plagiar o essencial, embora de forma dispersa, das medidas concretas já aqui avançadas em anos anteriores e que hoje se repetem.

Naturalmente que foi com certo alarme que vi, da parte de um Governo que manifesta esta cumplicidade e esta proximidade com os pontos de vista do PCP, a denúncia de um desacordo claro com propostas do Partido Socialista, que quereria substituir-se aos proprietários privados das matas e florestas. Alarmado, fui tentar indagar naquilo que interessava, no projecto de lei da iniciativa do PS que está aqui em discussão, onde é que estava esta intromissão do Estado na esfera de actuação própria dos proprietários particulares. Ora, nesta proposta do Partido Socialista está prevista a atribuição de competências a comissões especializadas de âmbito municipal tais como o parqueamento da floresta, a implementação de uma rede de caminhos e azeiros, de zonas contínuas de dimensão máxima, portanto, de corta-fogos, etc.; enfim, tudo medidas que o Sr. Ministro elogiava quando propostas pelo PCP para órgãos da administração central, para órgãos estatizados, absolutamente centralizados.

Assim, Sr. Ministro, a minha questão é precisamente esta: V. Ex.<sup>a</sup> entende que é correcto que seja o Estado a substituir-se aos particulares na coordenação das ações de prevenção dos fogos florestais desde que seja realmente este ou os órgãos centrais de poder a fazê-lo, mas já não o entende assim desde que seja uma prevenção descentralizada, assumida por comissões de base municipal? Se não é assim, gostava que me esclarecesse.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Correia de Campos.

O Sr. Correia de Campos (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Ministro da Administração Interna, também considerei interessante uma parte do seu discurso, mas devo dizer-lhe que me surpreendeu a sua coerência relativamente aos dos seus antecessores e a passagem do 8 ao 80. No passado, VV. Ex.<sup>a</sup> falavam exclusivamente do ataque aos fogos florestais e investiam cerca de 90% dos vossos recursos nessa matéria. Neste momento, V. Ex.<sup>a</sup>, pelo menos verbalmente, passa dos oito aos 80, passa a uma política de todos os azimutes, sem agentes nem destinatários concretos.

V. Ex.<sup>a</sup> quer fazer prevenção primária a trinta anos de distância, quer fazer da cooperação interinstitucional musical celestial, quer cooperação com particulares. Com que incentivos? Como é que avalia aqueles que já lançou e cujos frutos parecem não ser grandes?

Mas discordo, Sr. Ministro, discordo profundamente quando V. Ex.<sup>a</sup> acusa os portugueses que vivem perto da floresta de incúria e desleixo. Penso que isso é uma atitude cultural que não o dignifica. V. Ex.<sup>a</sup> disse que era preciso lutar contra a incúria e o desleixo, que era um factor essencial dos fogos florestais e isso não o valoriza, é uma reminiscência da atitude de culpabilização da vítima, o que é semelhante à taxas moderadoras, Sr. Ministro ...

*Risos do PSD.*

O Sr. Antunes da Silva (PSD): — Ah! Logo vi!

O Orador: — Sr. Secretário de Estado, devo dizer-lhe que não vou entrar na imagética asimina, não me sinto competente para comentar esses aspectos tão interessantes da sua comunicação! Reparo que, de facto, V. Ex.<sup>a</sup> é uma personalidade parlamentarmente pitoresca, truculenta mesmo — digo-o com sentido de bonomia, peço que me compreenda —, mas não é suficiente a truculência para dar conteúdo a um discurso. Porque é que V. Ex.<sup>a</sup> condena como chicana política propostas práticas, concretas, que aqui foram apresentadas pelo Sr. Deputado António Campos e ainda agora confirmadas pelo Sr. Deputado Manuel Queiró?

Finalmente, Sr. Ministro, quero perguntar-lhe que nome dá à eterna e anualmente repetida sessão de propaganda pré-incendiária, com que os seus antecessores e, provavelmente, VV. Ex.<sup>as</sup> costumam inaugurar a época de fogos, normalmente em Coimbra ou na Lousã, com mais ou menos pompa e circunstância? Sabe, Sr. Ministro, a nossa memória ainda tem presente a sessão do ano passado, em que o seu antecessor, o Dr. Manuel Pereira, até se mostrou de helicóptero, tendo prometido que as coisas seriam radicalmente diferentes; lamentavelmente foi o ano que se sabe... Talvez nunca tenha ardido tanto, vingança dos deuses, quem sabe... A propósito, Sr. Ministro, quando é a sessão de propaganda deste ano? E já agora deixe-me que lhe dê um conselho: não se mostre de helicóptero, dá mau aguento!

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, chegámos ao fim da formulação dos pedidos de esclarecimento e vamos proceder às votações que estão agendadas para hoje, começando pela votação global da proposta de resolução n.º 10/VI, que aprova, para ratificação, a Convenção sobre a Determinação do Estado Responsável pela Análise de Um Pedido de Asilo Apresentado Num Estado Membro das Comunidades Europeias.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS e do PSN e votos contra do PCP, de Os Verdes e dos Deputados independentes Mário Tomé e Raúl Castro.*

Srs. Deputados, vamos proceder à votação final global da proposta de lei n.º 11/VI, que autoriza o Governo a alterar o regime de suspensão do contrato de trabalho e de redução do período normal de trabalho.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS, votos contra do PS, do PCP, de Os Verdes e dos Deputados independentes Mário Tomé e Raúl Castro e a abstenção do PSN.*

Srs. Deputados, vamos proceder à votação final global da proposta de lei n.º 12/VI, que autoriza o Governo a rever o regime legal do contrato de serviço doméstico.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD, do CDS e do PSN e a abstenção do PS, do PCP, de Os Verdes e dos Deputados independentes Mário Tomé e Raúl Castro.*

Vamos, finalmente, proceder à votação final global da proposta de lei n.º 16/VI, que autoriza o Governo a legislar em matéria de regime jurídico das relações colectivas de trabalho.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD, do CDS e do PSN e votos contra do PS, do PCP, de Os Verdes e dos Deputados independentes Mário Tomé e Raúl Castro.*

Terminado o período das votações previstas, iremos prosseguir o debate dos diplomas constantes da ordem do dia.

Para responder às questões que lhe foram colocadas, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: Responderei com muito gosto às muitas perguntas que me foram dirigidas, começando pelas considerações feitas pelo Sr. Deputado Correia de Campos. Para ser franco, tenho de lhe dizer que nunca entendi muito bem o seu tipo de discurso. Mas, enfim, creio ter entendido o suficiente para lhe poder responder desta vez.

O Sr. Correia de Campos (PS): — Se quiser, posso dar-lhe umas lições privadas!

O Orador: — Quero dizer-lhe, em primeiro lugar, que não é uma política de todos os azimutes, mas uma política que sabe o que quer, sabe ordenar os meios de que necessita, sabe onde encontrar esse tipo de meios e sabe quais são as cumplicidades e vontades que tem de juntar para que seja exequível. Disso não tenho qualquer dúvida!

Desejaria, em segundo lugar, fazer um pequeníssimo reparo. Não vim acusar — longe de mim! — as populações que vivem na floresta de, por incúria ou desleixo, lhe deitarem fogo. O que vim dizer refere-se ao assunto que mais tive cuidado em estudar, desde o início, a propósito desta questão, ou seja, à causa dos incêndios, vendo quais eram as conclusões em França, em Espanha e no conjunto comunitário, para concluir que efectivamente a incúria e o desleixo, não necessariamente nem porventura dos que vivem ao pé ou na floresta, são uma causa substancial, porventura em 80%, dos incêndios, tendo em atenção — nisso tem toda a razão — a floresta que temos. Mas, se é essa a floresta que temos, é então necessário mais cuidado e menos incúria, onde se radica uma fonte fundamental de toda esta problemática.

Respondendo ao Sr. Deputado Manuel Queiró, meu querido amigo de há muitos anos, devo dizer que o Sr. Deputado só quis aqui fazer uma peça de campanha ideológica para tentar baralhar os espíritos referindo o seguinte: «Mas como é que o Partido Social-Democrata está de acordo com o Partido Comunista e não com o Partido Socialista, quando é certo que eu, que sou democrata-cristão, até estou de acordo com o que o PS disse sobre as CEFF? Que grande incoerência ideológica! ...» Este é o novo caminho — o da clarificação ideológica — que o CDS pretende seguir, segundo o qual só eles são ideologicamente claros e todos os outros estão ideologicamente confusos. Não é o caso, Sr. Deputado Manuel Queiró!

**O Sr. Manuel Queiró (CDS):** — Está a falar muito bem!

**O Orador:** — Indiquei, em relação ao Partido Comunista, ao Partido Socialista e também ao CDS, se tivesse produzido uma intervenção sobre esta matéria, ...

**O Sr. Manuel Queiró (CDS):** — Fá-lo-emos oportunamente!

**O Orador:** — ... aquilo com que estou de acordo e aquilo com que não estou de acordo. Nada de mais evidente!

Não tenho preconceitos em dizer, por exemplo, que, quanto ao diagnóstico, estou de acordo com o que aqui foi dito. Mas em relação a alguns aspectos claramente afirmei a minha discordância. A propósito, por exemplo, da terapêutica, dos meios a utilizar, certamente pôde notar no nosso discurso muitas divergências.

Em suma, o que tenho para dizer é muito simples: afirmei o acordo quando estava de acordo e o desacordo quanto àquilo com que não estava de acordo. É, Sr. Deputado Manuel Queiró, tão simples como isto.

Respondo agora às duas questões colocadas pelo Sr. Deputado Júlio Henriques, aproveitando também para responder à questão que praticamente todos os Srs. Deputados, como os Srs. Deputados André Martins e Lino de Carvalho, colocaram através, mais ou menos, da seguinte fórmula: «Mas o PSD não se pode esquecer de que está no Governo há 12 anos e é responsável por esta política há 10 anos.»

Srs. Deputados, temos de debater a questão seriamente. Vim aqui defender e dar a cara por uma política, em nome, como é evidente, do Governo. O que está em causa é saber se estamos ou não de acordo com esta política, em que é que não estamos de acordo e quais são as propostas alternativas. Nós ouvimos-los e os senhores ouvem-nos, mas, porventura, não chegaremos a acordo sobre a política correcta. A questão que se coloca é esta: estamos ou não de acordo com a política formulada? É ou não esta política exequível?

Admito que possam estar em desacordo com a nossa política e que pensem que ela não é exequível, mas tenho razão para a defender, segundo os dados que tenho, e para acreditar que ela é exequível e que iremos ser capazes de a levar à prática. Não vale a pena falar sobre os 10, os nove ou os oito anos...

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Já disseram isso no ano passado, há dois e há três anos!

**O Orador:** — Importa é saber a questão que está em cima da mesa.

No que respeita à segunda questão colocada pelo Sr. Deputado Júlio Henriques, relativa ao centro coordenador, dir-lhe-ia, muito claramente, que ele existe em relação à prevenção: é a CNEFF, que integra os vários departamentos governamentais que nesta matéria têm de dar contributo relativamente à prevenção.

Quanto ao planeamento das acções de combate, que são sobretudo planeamento de prevenção no sentido de «prevenir para combater melhor», o que fiz foi juntar ao SNB, grande responsável por esta questão, a Liga dos Bombeiros Portugueses. A grande novidade da política este ano foi, no aspecto do combate, dar-lhe mais a tônica de «prevenção para combate eficaz» e juntar ao SNB o contributo da Liga dos Bombeiros. Foi esta a novidade que dei.

Outra questão aflorada pelo Sr. Deputado Júlio Henriques e que também gostaria de esclarecer de uma vez por todas, refere-se à participação dos bispos, da igreja. O que fiz, Sr. Deputado, é extremamente simples: foi tentar juntar vontades nesta política. É evidente para mim que, numa das componentes fundamentais desta política — a sensibilização e o alerta quer às gerações adultas quer às mais jovens —, a Igreja pode dar o seu contributo positivo. É o que penso.

Admito perfeitamente que o Partido Socialista, um partido republicano e laico, tenha preconceitos em pedir isto à Igreja, mas a verdade é que o PSD não tem quaisquer preconceitos em fazê-lo. Se o PS pedisse isso à Igreja, sujeitar-se-ia a ouvir...

*Risos e protestos do PS.*

Imaginemos, por hipótese académica, que o PS era governo e tomava essa atitude. É evidente que o PS não o poderia fazer, porque a direcção e o governo do Partido Socialista não estariam disponíveis para ouvir o Sr. Deputado Raúl Rêgo dizer: «Aqueles tipos ensandeceram!»

Nós não temos de ouvir isso e podemos tomar esse tipo de atitudes, porque não temos preconceitos em relação a essa matéria.

**O Sr. António Campos (PS):** — Com o Guterres como secretário-geral?! ... Nem pense nisso!

**O Orador:** — É tão simples como isto, Sr. Deputado. Não vale a pena pisar mais esta questão da contribuição pedida à Igreja.

**O Sr. Alberto Martins (PS):** — Mas deveria ser a todas as igrejas!

**O Orador:** — Respondi já a uma parte das questões colocadas pelo Sr. Deputado Lino de Carvalho. Não vale a pena falarmos sobre a questão dos 10 anos, mas, sim, sobre a política em causa.

Admito que estejamos de acordo quanto ao essencial do diagnóstico da situação, como admito que possamos estar em desacordo e até admito — tenho de admitir — que o Sr. Deputado tem todo o direito de pensar que esta política não é exequível e que os meios não são os melhores. Concedo-lhe esse direito, Sr. Deputado. Tem todo o direito de pensar assim.

O Governo está a dar a cara por esta política. Veremos os frutos que ela dará, para depois sermos julgados. É tão simples como isto, Sr. Deputado.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Continuamos na expectativa!

**O Orador:** — Muito bem! Continuem assim, com expectativa e com contributos empenhados, que é isso que deve ser feito.

Respondendo ao Sr. Deputado André Martins, dir-lhe-ia que não tem importância, do meu ponto de vista, que estejam ou não presentes neste debate os Srs. Ministros do Ambiente e Recursos Naturais e do Planeamento e da Administração do Território. O que é importante é saber se há ou não nesta matéria uma cooperação interdepartamental. Garanto-lhe, Sr. Deputado, que há essa cooperação, que cada vez haverá mais e cada vez será mais reforçada. Esse aspecto é que é importante.

Ao Sr. Deputado Mário Tomé direi que não espero pelos frutos da educação das novas gerações. Apenas disse que na política de médio prazo está também presente a sensibilização dos adultos em relação a esta questão. Há três planos distintos — curto, médio e longo prazo — e estamos a actuar com urgência (salientei, aliás, que era necessária urgência) em todos esses planos.

Guardei para o fim as respostas ao meu querido amigo Sr. Deputado António Campos. Quero dizer ao Sr. Deputado que só estou disponível para debater estas questões seriamente. Se continua a dizer-me que o Governo tem é prazer em ver as matas a arder, não estou disponível para esse tipo de discussão.

O Sr. António Campos (PS): — Não toma é medidas!

O Orador: — Mas, Sr. Deputado, não falei de outra coisa se não de medidas! ...

Podemos estar em desacordo quanto a algumas medidas, sendo certo que neste caso concreto o estamos. Aliás, o Sr. Deputado Manuel Queiró leu apenas uma parte do vosso projecto, quando a verdade é que o projecto que hoje aqui apresentam, naquilo que é bom, não é novo (o Decreto Regulamentar n.º 55/81 consagra todos os aspectos que o Sr. Deputado acabou de referir, matéria que está consagrada há 11 anos nesse decreto regulamentar) e onde é novo, não é bom. É isso que contestamos: onde ele é novo é na ideia de profissionalizar e dizer «o Estado que pague tudo», o que não corresponde à solução que preconizamos. É nesse aspecto que este projecto é inovador, mas é precisamente nessa matéria que não estamos de acordo.

O Sr. António Campos (PS): — Não é verdade!

O Orador: — Por outro lado, o Sr. Deputado António Campos não pode continuar a fazer, sob pena de não debatermos os problemas seriamente, um discurso do tipo: o Sr. Ministro veio aqui dizer que a «a educação é comigo, eu sou o grande educador» ou que «as CEFF é que fazem tudo o resto, porque eles são bons rapazes e hão-de fazê-lo».

O Sr. Deputado até poderia dizer que eu vim aqui referir que os bombeiros cada vez se hão-de esforçar mais, que com eles havemos de contar e que os fogos hão-de ser menos em Portugal. Até poderia atribuir-me aquilo que quisesse, porque o Sr. Deputado nunca terá a possibilidade de me atribuir a expressão ou a atitude de que vim dizer à Câmara ou ao País que «estejam descansados, porque o Sr. Deputado António Campos resolve tudo». Nunca direi isso, porque, se o fizesse, o País arderia todo num ano inteiro. Isso é que nunca direi, Sr. Deputado!

*Aplausos do PSD.*

Tennino, Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados, dizendo que há uma coordenação da política do Governo que é clara e que distingue entre o curto, o médio e o longo prazo. VV. Ex.<sup>as</sup> apresentaram um diagnóstico e algumas atitudes parcelares para solução do problema. Em conclusão, tudo comparado e visto, não troco a política do Governo pela vossa.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Maçãs.

O Sr. João Maçãs (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: De novo a bancada do Partido Comunista procedeu ao agendamento para discussão de um projecto de lei que visa a criação de um programa de rearborização para áreas percorridas por incêndios florestais.

De facto, o projecto de lei n.º 81/VI, de que hoje nos ocuparemos, não é mais do que praticamente a retoma do espírito e da letra, na íntegra, do projecto de lei n.º 616/V, discutido na generalidade em Janeiro do ano passado, o qual mereceu, como já aqui foi referido, os votos contra da bancada do PSD.

Assim, de novo, a bancada comunista propõe a criação de um programa de rearborização que incide sobre as áreas florestais percorridas por incêndios, pretendendo que se estabeleça diferenciação de comportamento por parte da Administração, consoante se trate de áreas superiores ou inferiores a 500 ha e que na primeira circunstância e caso se verifique que os produtores florestais abrangidos possuam fracos meios económicos, o Estado assuma a responsabilidade da execução dos projectos, sendo resarcido quando da realização das receitas.

Estes os aspectos fulcrais que ressaltam do projecto de lei em apreciação, o qual nos mereceu a melhor atenção por se referir a problemática da maior importância para o País.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Para nós, a floresta é muito mais do que um conjunto de árvores, bem ou mal ordenadas; a sua relevante importância radica, desde logo, no facto de ela estar intimamente associada à vida dos portugueses quer nas vertentes económica, cultural, social e até política.

Não ignoramos que mais de 5 milhões de hectares dos nossos solos são de aptidão florestal, encontrando-se povoados apenas cerca de 3 milhões; sabemos que arderam no último decénio cerca de 48 mil hectares, o que se traduz em prejuízos de milhões de contos, havendo ainda a lamentar a perda de muitas vidas humanas; temos presente que os recursos florestais sustentam uma fileira silvo-industrial que garante 100 000 postos de trabalho e que representou, em 1990, um valor bruto de produção de 500 milhões de contos. Porém, a floresta, representa, insisto, muito mais do que isso.

Existe já hoje a convicção de que ela constitui um espaço singular para o desenvolvimento de actividades recreativas, de lazer e de turismo, representando uma verdadeira fonte de vida.

Por isso, qualquer iniciativa ligada a esta matéria merece da nossa parte a maior disponibilidade para a discutirmos.

Todos os contributos são poucos se atendermos à elevada susceptibilidade da floresta portuguesa aos incêndios florestais; desde logo pelo facto de a maior parte dos povoados serem constituídos por resinosas, serem antigos, não possuírem infra-estruturas adequadas e estarem localizados num país caracterizado por longos períodos de seca, para além de apresentarem grande quantidade de detritos acumulados motivados pela desertificação humana desses espaços rurais.

Tudo isto é verdade e motivo da maior e mais legítima preocupação. Revela-se perante o olhar mais desatento e as consequências, essas, ferem anualmente a alma menos sensível, deixando-nos a sensação amarga de que cada dia que passa assistimos ao desaparecimento de algo que é de todos e dificilmente se recupera.

É assim em Portugal, é igualmente assim em todos os países da Comunidade. Na realidade, embora o número de ocorrências de incêndios seja superior no nosso país, a relação entre estas e a área ardida apresenta um índice de eficácia em que apenas somos superados pela França. Não pode, por conseguinte, dizer-se que a floresta se encontra entregue a si mesma.

A prova mais evidente, Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, de que a floresta e a rearborização têm estado na primeira linha das prioridades do Governo nos últimos anos, encontra-se na inúmera e meritória legislação produzida, a que se chama pactedo florestal.

Destacarei o Decreto-Lei n.º 138/88, mencionarei o Decreto-Lei n.º 327/90, o próprio Regulamento 797, com as suas medidas florestais, que proporcionou um novo sistema de ajudas, concorrendo de forma importante para a rearborização, neste caso à base de espécies de lento crescimento.

Ao nível das realizações, todos sabemos que se gastaram mais de 22 milhões de contos através do PAF, desde 1987 até esta data e dispensar-me-ei, porque já o fiz mais que uma vez nesta Câmara, de mencionar a área instalada e beneficiada, o número de quilómetros de caminhos construídos ou as centenas de barragens que surgiram um pouco por todo o País com base nesse programa.

Diz-se, no entanto, que os fogos crescem e com eles as áreas ardidas. É verdade. Mas é igualmente verdadeiro o esforço que o Governo vem fazendo quer no campo legislativo quer no relacionamento com as várias instituições do poder central e local de forma a que cada vez mais seja adoptada uma postura de preservação e alargamento da floresta.

Por isso, não aceitamos que reflitam no vosso projecto de lei que pouco ou nada se fez para contrariar a desertificação, tornando-se necessária a criação de um quadro legal que permita a rearborização ordenada. E, para além disto, limitam-se VV. Ex.<sup>a</sup> a propor um programa de rearborização, que consiste na intervenção do Estado em áreas ardidas superiores a 500 ha, limitação que não entendemos, e que para essas zonas a Direcção-Geral das Florestas elabore os projectos e os custeie até que sejam geradas receitas.

E aqui, não resisto a dizer-vos, Srs. Deputados, que andam desatentos há alguns anos a esta parte. Então, os senhores desconhecem os agrupamentos de produtores florestais ...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Quantos há?

O Orador: — ... e as vantagens que lhes são concedidas em termos de apoio que correspondem quase à totalidade dos investimentos?

Sr. Deputado, eu mesmo faço parte de um.

Por acaso, também nunca ouviram falar nos Planos Especiais de Recuperação Florestal, que vêm sendo elaborados há cerca de um ano pela Direcção-Geral das Florestas, com a colaboração da Associação Nacional de Municipios, do Serviço Nacional de Bombeiros, das comissões de coordenação, das universidades e das direcções regionais de agricultura?

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — E quantos há, Sr. Deputado?

O Orador: — Pois, Srs. Deputados, eu dou-lhes o balanço.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Tenho aqui o balanço: é zero!

O Orador: — Esses planos existem, abrangem qualquer tipo de áreas e os investimentos, pode dizer-se, são suportados inteiramente pelo Estado. Para ser mais preciso, dir-vos-ei que estão já elaborados e discutidos — peço a sua atenção, Sr. Deputado — os planos da serra de Monchique, Mação e Coruche; estão praticamente concluídos os de Pedrógão e Castanheira; encontram-se em curso o de Abrantes e o da zona abrangida pela Circunscrição Florestal de Coimbra, que representa um trabalho complexo e profundo, bem como vários outros pelo País.

Temos, por conseguinte, Srs. Deputados, a maior dificuldade em perceber qual a carência que encontram quer no quadro legislativo quer ao nível das decisões e execuções.

Dizia que a vossa iniciativa não traz mal ao mundo mas também nada altera!

É por tudo isto que apoiamos a política seguida nos últimos anos e apreciamos o esforço que tem sido feito no sentido de enquadrar a intervenção da Direcção-Geral das Florestas no contexto do ordenamento do território.

Queremos andar mais depressa em matéria de rearborização, mas bem feita, devidamente ordenada. Porém, este conceito de ordenamento não pode cingir-se ao mero acto da gestão da floresta, pois ordenar é muito mais do que gerir!

Se o ordenamento do território pressupõe o planeamento de ocupação do espaço pela sociedade e pelos vários sectores da actividade económica, de forma harmónica, o ordenamento florestal tem de caracterizar-se pela racional ocupação do espaço florestal, atendendo às componentes biofísicas do meio e às potencialidades de utilização das espécies.

Quanto a meios, os montantes utilizados ao abrigo do PAF e os inerentes às medidas florestais consideradas no âmbito do Regulamento n.º 797, que já significam um milhão de contos para 300 projectos, têm garantido e assegurado, no futuro, que o ordenamento florestal venha a ter expansão segura e continuada. Consideramos que este é o caminho e a filosofia correctas.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Passaria à análise do projecto de lei n.º 136/VI, apresentado pelo Partido Socialista, sobre a ampliação da competência das Comissões Especializadas de Fogos Florestais municipais e adopção de medidas preventivas contra fogos florestais.

O quadro legislativo incidente sobre a criação das Comissões Especializadas de Fogos Florestais (CEFF) municipais, encontra-se definido no Decreto Regulamentar n.º 55/81, de 18 de Dezembro, complementando o normativo habilitante, constituído pelo Decreto-Lei n.º 327/80, de 26 de Agosto, e pela Lei n.º 10/81, de 10 de Julho.

As disposições contidas no projecto de diploma, agora em apreciação, ferem, dos pontos de vista formal e substantivo, o espírito e a letra daqueles diplomas, bem como, de uma forma mais geral, do edifício legislativo em que assentam.

De facto, ao afirmar-se no artigo 2.º que «para prossecução das acções que lhes ficam cometidas, serão afectados às CEFF municipais pessoal profissionalizado e meios financeiros adequados», deixa-se sem um suporte que não seja a ambiguidade do vazio legal, o saber-se quem disponibiliza esse dinheiro e de que ordem de grandeza serão os montantes envolvidos, tudo indicando que

nem o legislador se tenha detido numa análise de custo-benefício.

É a filosofia, pura e simples, de «atirar dinheiro aos problemas», oposta à que baseou a legislação que concebeu as Comissões Nacionais Especializadas de Fogos Florestais (CNEFF), em que é claramente visível a prioridade da obtenção da sinergia, pela prática do trabalho interdisciplinar, intersetorial, posterior e progressiva disponibilização de meios financeiros, à medida que, desse trabalho, venham decorrendo projectos conjuntamente assumidos e tecnicamente consolidados.

Muito embora o n.º 4 do artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 55/81 defuisse que «são obrigatorias a criação e a constituição, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente diploma regulamentar, das CEFF nas áreas classificadas como extremamente sensíveis, muito sensíveis e sensíveis».

Verificou-se que a criação das CEFF, apenas se veio dinamizar nos últimos anos, sendo, neste momento, 131, sendo públicos e notórios os apelos insistentes que o Governo vem dirigindo às câmaras municipais para que este número seja incrementado, bem como o reforço que o Governo praticou, de um para cinco das dotações do Orçamento do Estado dirigidas ao seu funcionamento.

Por isso, antes de inventar outras atribuições para estes órgãos, afigura-se-nos oportuno e muito conveniente estimular este momento de receptividade das câmaras municipais e das outras entidades envolvidas, consolidando o processo.

E se é claramente negativa a apreciação que nos suscita a leitura deste projecto, por ser desajustado à realidade nacional, não o é menos no que respeita a cada uma das medidas propostas, apresentadas desgarradamente, como se os autores, os senhores, não fossem capazes de formular uma política global e coerente.

Vejamos, Sr.º Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, o que consta do articulado proposto e permitam-teça a propósito algumas considerações.

O n.º 2 do artigo 1.º atribui às CEFF municipais o planeamento do parqueamento da floresta e a implementação de uma rede de caminhos e de aceiros de acordo com critérios definidos pelo legislador.

Ora, não existe a mínima articulação com a legislação em vigor e nada se faz para repor uma solução compatibilizadora do âmbito das atribuições e competências. Por outro lado, parece ignorar-se que as CEFF municipais já detêm a capacidade de «propor medidas ou acções de interesse comum», que podem obviamente conter projectos como os enquadrados no projecto de diploma em apreciação. De facto, não é nenhuma novidade aquilo que os senhores vêm propor!

Na verdade, o que se não apresenta duvidoso é a clara inexistência de condições por parte das CEFF para o cumprimento de uma disposição imperativa neste domínio.

No artigo 3.º proíbe-se o desenvolvimento de vegetação numa faixa de 50 m por cada lado dos aceiros, estradas ou caminhos que as CEFF classifiquem de relevantes para a contenção dos incêndios.

Então, Srs. Deputados do PS, não é já hoje possível às CEFF elaborar propostas convergentes com este objectivo e, após colher o apoio financeiro, proceder à execução dos trabalhos?

Quanto ao artigo 4.º não é mais do que o corolário lógico do que já dissemos. De acordo com a lógica socialista, não se sabe o que se vai fazer, quando se vai fazer,

quanto se vai fazer, para que se vai fazer, quanto custa e que benefícios se vão colher. Igualmente se ignora se há capacidade para cumprir.

Só se sabe que o Estado pagará tudo, sem se cuidar que são os cidadãos quem suporta a factura e tendo-se a vaga esperança de que os efeitos possam ser minimamente positivos.

É, a nosso ver, muito pouco e muito mau. Por isso, a posição da bancada do PSD só pode ser a de rejeitar liminarmente esta iniciativa do PS.

#### *Aplausos do PSD.*

A Sr.º Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr.º Presidente, Srs. Deputados: O País está nas vésperas de mais uma vaga de incêndios. Este ano o caso promete ser muito sério, não apenas em consequência da seca mas também porque as causas estruturais continuam a desenvolver-se. É importante que os portugueses não vejam a proximidade desta desgraça anual transformar-se numa ocasião para os partidos fazerem demagogias simplistas.

Mas é igualmente importante que os diferentes partidos não demonstrem nada que possa assemelhar-se a indiferença, fatalismo ou inércia perante o constante aumento dos incêndios, da área ardida e dos prejuízos.

Devemos, pois, empenhar-nos na busca das melhores soluções para este gravíssimo problema, sem escondermos as nossas discordâncias mas tendo bem presente que não existem diferentes formas social, social-democrata ou democrata-cristã de apagar fogos. O que existem seguramente são diversas formas de prevenção dos fogos, de diagnosticar as suas causas e de apontar caminhos de solução.

É já lugar comum falar do flagelo dos incêndios florestais mencionando a progressiva diminuição de um recurso precioso para a actividade económica do País e para o rendimento das populações, a par das alterações provocadas na paisagem e no ambiente e dos prejuízos causados às actividades de turismo e lazer. É contudo crescente a consciência de que os incêndios das florestas não podem ser encarados apenas pelos danos materiais e económicos directos. Há outros efeitos menos imediatos que não devem ser esquecidos. Bem para além dos prejuízos por todos sentidos há sem dúvida que encarar a relação íntima da destruição da floresta com a desertificação social que atinge extensas zonas do nosso território.

As tarefas de prevenção, detecção e combate aos incêndios estão confiadas a entidades de carácter nacional e regional, mas os proprietários da maioria do nosso parque florestal são particulares na maior parte ausentes nas cidades ou no estrangeiro, que estão, na prática, impossibilitados de proceder à manutenção e limpeza das matas.

A população do interior está envelhecida, a actividade económica tradicional com recurso à floresta vai desaparecendo, a mão-de-obra para o primeiro combate ao fogo já não está presente. Há que concluir que a discussão sobre as origens dos incêndios não pode alhear-se das políticas que se resignam ao crescente abandono dos campos, quando não mesmo o fomentam.

Quer o CDS dizer com isto que não pode simultaneamente apoiar-se uma modificação à política agrícola comum, que subsidia o abandono de culturas e terras nas zonas de pequena e média propriedade, e, ao mesmo tempo, afirmar-se que se procura eficazmente prevenir o aumento dos fogos florestais.

Cumpre também dizer que o actual esquema de prevenção praticado sob a responsabilidade não tem satisfeito em face do que se deveria esperar da exploração das suas possibilidades. Não se pode afirmar que se trata de falta de legislação adequada e suficiente. Ela tem até sido considerada boa por especialistas e estudiosos, mas têm faltado acções para que ela se cumpra efectivamente no que diz respeito às espécies a utilizar, à manutenção e limpeza de asseiros e acessos e ao ordenamento das construções no meio florestal.

O CDS vai apoiar, hoje, o projecto de lei n.º 136/VI, apresentado pelo Partido Socialista, que pretende transferir parte desta responsabilidade, e os meios financeiros e humanos correspondentes, da Direcção-Geral das Florestas para as Comissões Especializadas de Fogos Florestais de base e localização municipal.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Fá-lo sob reserva e na base do seguinte juízo as CEFF têm-se mostrado relativamente ineficientes; mas isso pode atribuir-se à ausência de meios e competências. Por outro lado, os resultados não poderão vir a revelar-se piores do que os produzidos até agora, por parte de quem, justamente, tem tido a responsabilidade e os meios.

A mesma atitude de concordância não podemos manifestar às iniciativas do PCP. Os seus programas de defesa da floresta e de rearborização de áreas ardidas apontam precisamente para um reforço dos poderes de intervenção centralizada na DGF, na pressuposição de que é possível abordar todo este problema numa perspectiva voluntarista de intervenção estatal, decretando no papel programas e dividindo o País em quadrículas de intervenção.

Temos, pelo contrário, a visão de que é necessário caminhar para a descentralização dos meios de intervenção, sobretudo no que à matéria de prevenção diz respeito. Já no que concerne ao projecto de resolução apresentado pelo PCP, sobre a promoção de um seminário sobre fogos florestais, as razões do nosso desacordo são de outra índole: para nós, a Assembleia da República, enquanto tal, não deve intervir em áreas que desresponsabilizem o executivo governamental do exercício eficaz das suas competências. Os fogos são um problema de todos mas o delinear de uma política de prevenção e ordenamento são, inequivocamente, da responsabilidade do Governo.

Não pode deixar de notar-se, finalmente, que o esquema de detecção e combate aos incêndios florestais, montado sob a responsabilidade governativa, não tem satisfeito ninguém nem sequer, e sobretudo, os próprios serviços e departamentos intervenientes no próprio combate. A confusão e os conflitos de competências e de áreas de intervenção têm ocorrido mais do que seria desejável, e isso tem contribuído para que os resultados concretos das acções empreendidas não tenham correspondido ao aumento constante de meios que a propaganda governamental tem feito a favor de nos anunciar.

Acresce, ainda, o facto de alguns serviços envolvidos neste combate, como por exemplo o Serviço Nacional de Protecção Civil, se queixarem de a afeição desse aumento de meios ter sido errada. Poderão ter ou não razão, o que importa observar é que a área ardida em cada ano tem acompanhado o constante aumento de meios, não podendo tal deixar de ser classificado como ineficiência no aproveitamento dos recursos, e isto numa área em que a opinião dos portugueses dificilmente perdoará o desperdício e a falta de eficácia.

Esta é uma área de feição marcadamente executiva, de responsabilidade claramente governamental, que não depende de aperfeiçoamentos legislativos e na qual o Governo deve, para bem do País, demonstrar, a breve trecho, capacidade para modificar para melhor o desempenho dos abnegados servidores do bem público, em que se incluem privados e voluntários, que trabalham sob a sua coordenação, direcção ou tutela. É o que os Portugueses esperam e é o que nós sinceramente desejamos!

**A Sr.º Presidente (Leonor Beleza):** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Capoulas Santos.

**O Sr. Luís Capoulas Santos (PS):** — Sr.º Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Não posso deixar de começar por discordar das afirmações produzidas pelo Sr. Deputado João Maçãs sobre as apreciações que fez ao nosso projecto de lei. Trata-se de um contributo sério para a resolução de tão grave problema e sobre as questões formais que suscitou sugiro-lhe que veja o artigo 5.º, que atribui ao Governo o encargo de regulamentar a lei no prazo de 60 dias.

As políticas medem-se pelos resultados. Não basta, pois, dizer que as há-se os dados objectivos as desmentem. Todos sabemos que o flagelo dos fogos florestais decorre de múltiplas e complexas causas e não cairei na demagogia fácil de pretender sequer insinuar que o problema é passível de resolução por decreto ou por simples acréscimo de meios financeiros para o seu combate ou prevenção.

A urgente atenuação do fenômeno e das suas nefastas consequências exige a mobilização de toda a sociedade portuguesa, das escolas aos órgãos de soberania, competindo ao Governo promover a consagração de esforços e a criação de condições para que seja possível potenciar os meios e recursos disponíveis, que, face à dimensão do problema, serão, naturalmente, sempre escassos.

Ora, o que se tem verificado é que, a um acréscimo progressivo dos meios que têm vindo a ser disponibilizados, tem correspondido igualmente um acréscimo do número de incêndios, da área ardida e da área ardida média por incêndio.

Importa, pois, analisar profundamente as causas desta constatação e inverter rapidamente o rumo para que a desertificação física e humana que, por esta e outras razões, assola já uma parte significativa do território nacional, não alastre de forma tal que atinja mais rapidamente do que seria de supor um ponto de difícil reversibilidade.

A situação com que hoje estamos confrontados demonstra que não faz qualquer sentido privilegiar o combate aos incêndios florestais em detrimento da sua prevenção.

O ordenamento florestal, questão essencial responsável para a dimensão atingida por grande número de fogos e que deveria constituir prioridade de actuação do Ministério da Agricultura, está, quantitativa e sobretudo qualitativamente, muito longe de o ser.

Como é possível terem alegadamente sido gastos no âmbito do PEDAP, concretamente no Programa de Acção Florestal, cerca de 23,5 milhões de contos de 1987 a 1990 e tornados públicos indicadores de execução com alguma expressão em termos de rearborizações, beneficiação de florestações existentes, rede viária florestal, rede divisível e pequenas barragens para utilização contra incêndios, sem que tal investimento tenha tido qualquer efeito na sua redução?

Impõe-se, por isso, avaliar rapidamente, de forma isenta, a execução deste programa e a real utilização dos meios a ele alegadamente afectos, pois os factos parecem evidenciar estar a ser, pura e simplesmente, malbaratado o que poderia ter e pode ainda constituir um importante instrumento para a atenuação deste gravíssimo problema nacional.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O que acaba de ser dito e o que o foi em intervenções anteriores, demonstra que, para além da adopção de medidas muito concretas, como as que propomos no nosso projecto hoje aqui em discussão, passíveis de serem rapidamente aplicadas para que possam ter efeito na época que se avizinha, já antecipada pela infeliz circunstância da seca, torna-se imperioso debater urgente e profundamente todas as vertentes da questão.

Desse debate decorrerá certamente a conclusão de que o PSD tem vindo desde há vários anos a ser responsável e cujos resultados estão infelizmente bem à vista de todos.

As medidas contidas no projecto de lei do PS, para cuja aprovação apelo, sendo tão simples quanto inovadoras e ainda que não constituam solução milagrosa, contribuirão seguramente para minimizar a dimensão da tragédia que anualmente nos assola.

Ninguém melhor do que os principais interessados a nível de cada município saberá conceber e executar o conjunto de medidas que as circunstâncias que a realidade concreta de cada concelho aconselha, naturalmente diferenciadas de caso para caso e que só uma ampla descentralização, capacidade executiva e a dotação a tempo de meios financeiros, e outros, poderá garantir que sejam oportunamente adoptadas.

Sendo as zonas mais críticas predominantemente minifundiárias, e por esse facto inconcretizáveis as acções de prevenção a cargo de cada proprietário, nada melhor do que a institucionalização do estatuto de «proprietário defensor da floresta», com a inerente compensação para que seja efectivamente possível criar obstáculos realmente eficazes à propagação de incêndios.

Por tudo isto, Sr.<sup>a</sup> Presidente e Srs. Deputados, e porque esta é uma questão de interesse nacional para a qual todos os contributos positivos serão sempre insuficientes, o projecto de lei n.º 136/VI, do PS, deverá merecer a aprovação desta Câmara.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza):** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Júlio Ribeiro.

**O Sr. José Júlio Ribeiro (PSD):** — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Deputados: Para além das medidas já tomadas e dos apoios que o Governo tem implementado com o objectivo de poderem ser minimizados os gravosos efeitos da expansão dos fogos florestais, entendeu o PCP repor o projecto de lei n.º 82/VI, com os mesmos pressupostos de um anterior projecto de lei que havia apresentado a esta Câmara em Janeiro de 1991.

Ser, como eu sou, natural do concelho de Águeda, onde os incêndios têm não só flagelado um imenso património florestal como também dizimado vidas humanas — bombeiros voluntários e civis —, é razão de sobejão para participar num debate que se deseja decorra com o maiorrealismo técnico e humano. Aliás, a gravidade actual e os

problemas decorrentes dos incêndios florestais atingem diversos países e são motivo de acrescidas preocupações. Não deixa, por isso, de ter significado especial que, no âmbito da presidência portuguesa se tenha iniciado no dia 4 do corrente, no Centro Cultural de Belém, um seminário interministerial sobre «Políticas Comunitárias e Nacionais de Investigação Científica, Prevenção e Combate aos Fogos Florestais».

Com efeito, o fogo florestal é, nos nossos dias, um problema da mais elevada magnitude, na medida em que a floresta interfere decisivamente com vertentes múltiplas da economia do espaço rural e com o bem-estar das correspondentes populações. Entre as referidas vertentes, destacamos: a fonte de subsistência das populações locais, muitas das quais a viverem em zonas ameaçadas de despovoamento; o suporte de uma fileira industrial com um significativo valor de exportação; o papel decisivo no equilíbrio ambiental.

No entanto, conjunto tão vasto de questões relaciona-se não só com a problemática de infra-estruturas e meios de combate aos incêndios como também com vastos aspectos da economia das sociedades rurais, não se podendo secundarizar a importante componente educacional. Todavia, não basta obter meios e criar condições para prevenir e combater fogos: é preciso saber mobilizar as pessoas, e em particular os jovens, para colaborarem e mesmo protagonizarem tal tarefa.

Concretamente, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Deputados, o projecto de lei n.º 82/VI funda-se sobretudo na constituição dos polígonos de defesa da floresta, como medida decisiva e eficaz para encontrar uma solução rápida para as questões suscitadas. Sem pôr em causa certas acções que no projecto de lei são cometidas aos referidos polígonos, entendemos que genericamente se pretende enveredar por um caminho rígido e demasiado simplista, para resolver problemas tão vastos e complexos. Adota-se uma estrutura administrativa muito pesada, a que se atribuem competências nem sempre condizentes com as capacidades das suas resoluções. Assim, os polígonos de defesa da floresta serão geridos por uma comissão de gestão, cuja composição (artigo 7.º) se nos afigura excessivamente alargada, por um lado, e, por outro, bastante restritiva, pois não abrange expressamente casos de instituições particularmente projectadas na defesa da floresta.

Exemplo de excessivo alargamento no que respeita às competências das comissões de gestão dos mencionados polígonos encontra-se, em nossa opinião, no artigo 8.º do projecto de lei, quando se lhes atribui o poder de «definir um sistema de comercialização das madeiras [...]», poder que temos por inadequado face ao quadro jurídico nacional e comunitário.

Também excessivamente vastos e abrangentes se apresentam os planos integrados de defesa e desenvolvimento da floresta (artigo 4.º). Neste domínio, será, a nosso ver, também justificado desenvolver a cooperação institucional entre serviços afins e assegurar a indispensável participação das autarquias.

A terminar, Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Deputados, desejamos deixar bem expresso que os numerosos e devastadores incêndios que, nos últimos anos, têm desflagrado na floresta portuguesa constituem um flagelo que importa prevenir e combater, por quanto põe em risco o espaço agrário nacional e o bem-estar das respectivas sociedades rurais. Esta prevenção e esse combate são sem dúvida cruciais, impondo-se que sejam obtidos,

como estão a ser, recursos materiais e humanos que atenuem o avançar dos incêndios florestais.

Não será, porém, nunca fácil conseguir tal propósito, sobretudo não será fácil consegui-lo em curto espaço de tempo. No entanto, o património sob ameaça de degradação, os riscos actuais e futuros que ameaçam o nível de vida e o bem-estar das populações atingidas impõem-nos o dever de agir decididamente, como aliás o Governo, se propõe, dando seguimento a uma linha de actuação que julgamos adequada e realista. E agir em prol da causa do combate aos incêndios florestais é plenamente justificado do ponto de vista técnico, humano e político.

*Aplausos do PSD.*

**A Sr.º Presidente (Leonor Beleza):** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Castro.

**O Sr. Raúl Castro (Indep.):** — Sr.º Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados: O PCP apresenta um conjunto de diplomas que abordam, enquadraram e propõem soluções viáveis para um dos mais graves problemas que vem crescentemente causando danos gravíssimos: os incêndios florestais.

Torna-se, assim, claro que se procurou superar a adopção de medidas avulsas e, sem se pôr em causa alguns diplomas já em vigor, houve um objectivo mais lato e coordenado, qual seja o de pôr em prática não só a participação de uma grande leque de entidades cuja intervenção é relevante mas a adopção de programas da acção imediata de defesa e rearborização da nossa floresta.

O que acaba de ser referido constitui, por isso, razão de sobra para se aplaudir este conjunto de iniciativas legislativas do PCP.

Merece também referência o projecto de lei n.º 136/VI do PS, pese embora o seu âmbito mais restrito de ampliação das competências das comissões especializadas dos fogos florestais de âmbito municipal e a adopção de medidas preventivas dos fogos florestais. Poderá, assim, dizer-se que as preocupações e as intenções deste projecto de lei do PS são comuns aos projectos de lei do PCP e, porventura, com eles poderão harmonizar-se.

Trata-se, por isso, de iniciativas legislativas tão urgentes como importantes para o nosso país e o nosso povo. Oxalá que a baixa à Comissão de Agricultura e Pescas destes diplomas não seja a forma enviada de a maioria vir a inviabilizá-los.

**A Sr.º Presidente (Leonor Beleza):** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Antunes da Silva.

**O Sr. Antunes da Silva (PSD):** — Sr.º Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados: Depois das intervenções dos meus colegas de bancada e dos Srs. Membros do Governo, prescindiria da minha curta intervenção não fora o facto de ainda nenhum de nós se ter reportado ou referido ao projecto de resolução apresentado pelo PCP.

Em finais de Junho, princípios de Julho de 1992, realiza-se o seminário sobre fogos florestais e defesa do ordenamento da floresta portuguesa e do espaço rural, promovido pela Assembleia da República, na sequência de uma resolução aprovada nesse sentido. Por isso, dezenas de Deputados e outras tantas individualidades, directa ou indirectamente relacionadas com esta questão dos incêndios florestais, comodamente instaladas numa qualquer sala

de um qualquer edifício, numa qualquer localidade do centro do País, analisam, realizam, enfim,... discutem esta problemática. Simultaneamente, dezenas, se não mesmo centenas, de fogos alastram pelo País de norte a sul, consumindo a nossa floresta; provocando o desespero, a miséria, danos irreparáveis e a degradação ambiental e social.

Sr.º Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Como facilmente se depreende, a situação descrita é imaginada, mas poderia muito bem acontecer e, com toda a probabilidade, aconteceria essa triste realidade, se o dito projecto de resolução fosse agora aprovado. Eu próprio e os meus colegas de bancada não gostaríamos de nos ver confrontados com tão triste cenário, ridículo mesmo, e por isso desprestigiante para esta nossa Casa. Assim sendo, é dever de todos nós evitá-lo.

Nesta óptica e nesta circunstância, o projecto de resolução é, além do mais, temporalmente desajustado. Todavia, defendemos muito claramente o envolvimento da Assembleia da República, muito especialmente da Comissão de Agricultura e Mar, nesta problemática dos incêndios florestais. Essa problemática exige, no entanto, de todos os órgãos de soberania contributos sérios, realistas e objectivos, sendo certo que a sua abordagem requer isenção e clareza de comportamentos. Não olvidamos que todos não seremos de mais para enfrentar este flagelo que, ano após ano, nos vem afectando, mas temos de fazê-lo com espírito de associação de interesses e de comunhão de ideais.

Independentemente do posicionamento político-partidário de cada um de nós e da valoração que dela possamos fazer, temos de reconhecer que o Governo, a nível dos Ministérios da Administração Interna e da Agricultura, tem — e demonstrou isso aqui hoje — uma política para estas matérias. Várias são as medidas de ataque a este problema, cujos efeitos não se evidenciam do dia para a noite, isto é, no imediato, havendo até, nalguns casos, que aguardar a sua implementação para posteriormente avaliar os seus efeitos.

Aliás, o grupo de trabalho permanente criado no seio da Comissão de Agricultura e Mar, tendo como missão o acompanhamento deste assunto, enquadra-se nessa linha de pensamento. Sempre foi, e é, nosso entendimento que assuntos desta natureza têm a sua sede própria, que é, neste caso, inquestionavelmente a Comissão de Agricultura e Mar. Será nessa sede que iremos desenvolver as acções que, em nosso entender, devem ter lugar neste domínio. Aí apresentaremos uma proposta que visará o alargamento das missões que, ao referido grupo, foram cometidas, designadamente o acompanhamento de acções concretas, para o que contaremos com a colaboração habitual do Governo, agora reafirmada, o que registamos com muito agrado. Da associação da nossa acção às realizações concretas, assente nessa relação de estreita colaboração, resultarão as condições propícias à avaliação da actuação dos diferentes agentes intervenientes nas áreas em apreço, e por isso a defendemos.

Por tudo o que foi dito, não temos dúvidas em afirmar de que a realização do seminário, como vem proposta, num período de «pico» do risco de incêndios e sem conhecer os resultados de medidas anunciadas, nada traria de novo e constituiria mesmo, muito provavelmente, um factor de desrespeito para a Assembleia da República. Seria igualmente desprestigiante se, aprovado agora o projecto de resolução, a realização do seminário viesse a ocorrer largos meses depois. Num e noutrou caso, a situação da decorrente deve merecer a nossa reflexão.

**Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:** Em todo o caso, que fique bem claro que, da nossa parte, não existe objecção à discussão das questões que constituem objecto do projecto de resolução, pelo contrário, desejamos fomentá-la. É, no entanto, necessário encontrar o momento, a forma e o local adequados para esse efeito.

*Aplausos do PSD.*

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza):** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Sr.<sup>a</sup> Presidente, neste final de debate, apenas querfamos reforçar duas ou três ideias e dar algumas respostas a questões finais que foram colocadas.

**Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro Dias Loureiro, em particular:** Estamos de acordo com a necessidade de sensibilizar e educar as populações; estamos de acordo com a necessidade de combater o desleixo e a incúria que vai pelo País; estamos de acordo em lutar contra a carga térmica que cresce nas florestas, em resultado dos desperdícios dos cortes florestais, entre outros aspectos. Mas, Sr. Ministro, o discurso que faz e que, aliás, é redutor em relação ao discurso do Ministério da Agricultura, ao limitar-se ou ao fixar-se nisso, confunde factores com causas, confunde a superfície com a profundidade dos problemas. VV. Ex.<sup>m</sup> deviam interrogar-se por que é que as medidas que têm sucessivamente anunciado de ano para ano e que, no essencial, estão a repetir este ano não têm tido sucesso, ao contrário do que tem vindo a acontecer em França, por exemplo, nos últimos anos. Esta é que é a questão de fundo e a contradição insanável.

E essas medidas não têm tido sucesso porque, sendo até parcialmente correctas no que diz respeito às consequências ou aos factores, havendo legislação farta sobre esta matéria, elas não respondem às questões de fundo, que são, em nossa opinião, a estrutura e a composição da floresta portuguesa, os interesses económicos que giram em torno dela, a política que tem levado ao abandono e à desertificação do mundo rural e que tem cortado o cordão umbilical que, ligando as populações à sua floresta, as torna sensíveis à sua desesa.

Estas questões de fundo só se resolvem com medidas estruturais e a prazo. É isto que nos propomos atacar com as nossas iniciativas e, ao contrário do que afirmou o Sr. Deputado Manuel Queiró, elas são profundamente descentralizadoras, embora, naturalmente, chame o Estado a cumprir o seu papel enquadrador, orientador e de apoio. Para tanto, Sr. Deputado, veja a composição e as funções das comissões de gestão dos polígonos que propomos no nosso projecto de lei! Não queremos ter o exclusivo da bondade das soluções propostas, mas estamos convictos de que os nossos projectos, ...

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — O Sr. Deputado está a repetir-se!

**O Orador:** — ... sem deixarem de responder às questões imediatas e aos meios de luta, são os que melhor respondem às questões estruturais que se colocam à floresta portuguesa, como se comprova, aliás, pelo facto de algumas das soluções propostas terem vindo a ser adoptadas pelo próprio Governo. Mas, porque o fazem de forma parcelar, essas medidas acabam por não ter qualquer exequibilidade.

Por último, Sr. Deputado Antunes da Silva, não é sério vir dizer que o nosso projecto de resolução poderia levar a que o seminário se realizasse num período em que os fogos estavam em curso. O Sr. Deputado, presidente da Comissão de Agricultura e Mar, sabe tão bem como eu que o nosso projecto de resolução está na Comissão desde Fevereiro e que, desde então, eu próprio tenho levantado a questão de a própria Comissão assumir esse seminário — nessa altura, em tempo útil! — e, em consequência, retirarímos o nosso diploma do agendamento em Plenário.

Portanto, Sr. Deputado, nunca pusemos em questão o facto de o seminário ser feito, paralelamente, com os fogos a percorrerem as nossas florestas, pois admitimos a possibilidade de ele ser feito numa época diferente, porque, como sempre temos dito, os fogos de Verão atacam-se no Inverno. É, pois, nessa época que os debates e as reflexões se devem fazer e não em pleno Verão! Foi o que propusemos e, portanto, não é sério o que o Sr. Deputado procurou insinuar na sua intervenção.

De qualquer modo, Sr.<sup>a</sup> Presidente, esperamos que a baixa à Comissão destes diplomas não signifique o seu desaparecimento eterno, mas que sirva para uma reflexão séria, para o seu aperfeiçoamento e para poderem voltar, aqui, de forma a que sejam adoptadas as soluções estruturais e de fundo que propomos.

*Vozes do PCP: — Muito bem!*

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza):** — Srs. Deputados, não havendo inscrições, dou por concluído o debate, pelo que vamos, de imediato, proceder à votação de um requerimento, subscrito por Deputados do PSD e que entrou na Mesa em primeiro lugar, o qual requer a baixa à Comissão de Agricultura e Mar dos projectos de lei n.<sup>o</sup> 81/VI e 82/VI e do projecto de resolução n.<sup>o</sup> 8/VI, antes da votação na generalidade, para efeitos de melhor apreciação, pelo prazo de 30 dias.

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP):** — Sr.<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra para intercalar a Mesa.

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza):** — Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP):** — Sr.<sup>a</sup> Presidente, se bem percebi, esse requerimento que vamos votar foi apresentado por Srs. Deputados do PSD.

Se me permite, sugeria à Mesa que começássemos por votar o requerimento do Partido Socialista, uma vez que é mais abrangente do que o primeiro. Julgo que esta seria uma lógica possível.

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza):** — Sr. Deputado, estou a proceder à votação dos requerimentos pela ordem de entrada. Como não há coincidência dos dois textos, parece-me que é esta a melhor forma de proceder.

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP):** — Sr.<sup>a</sup> Presidente, já agora, gostaria que me desse um pequeno esclarecimento: tal significa que, no espírito da Sr.<sup>a</sup> Presidente, se eventualmente for aprovado este primeiro requerimento, ainda se vai votar o segundo?

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Leonor Beleza):** — Sim, Sr. Deputado.

Vamos, portanto, votar o requerimento que deu entrada na Mesa em primeiro lugar, ou seja, o do PSD.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes, do PSN e do Deputado independente Mário Tomé.*

Srs. Deputados, o outro requerimento, subscrito por Deputados do PS, o qual requer a baixa à Comissão de Agricultura e Mar dos projectos de lei n.º 81/VI e 82/VI e do projecto de resolução n.º 8/VI, bem como do projecto de lei n.º 136/VI, antes da votação na generalidade, para efeitos de melhor apreciação, pelo prazo de 30 dias.

Em relação aos três primeiros diplomas, a votação deste requerimento está prejudicada, pelo que vamos votar a baixa à Comissão de Agricultura e Mar do projecto de lei n.º 136/VI.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e com votos a favor do PS, do PCP, do CDS e do Deputado independente Raúl Castro.*

Srs. Deputados, chegámos ao fim da ordem de trabalhos para hoje.

A próxima sessão terá início amanhã, a partir das 10 horas, constando da ordem de trabalhos a apreciação das seguintes ratificações: n.º 11/VI — Decreto-Lei n.º 452/91, de 11 de Dezembro, que cria a sociedade PARTEST — Participações do Estado (SGPS), S. A. (PS), 14/VI — Decreto-lei n.º 438/91, de 9 de Novembro, que aprova o Código das Expropriações (PCP), 15/VI — Decreto-Lei n.º 25/92, de 25 de Fevereiro, que fixa um regime para vigorar em 1992, na ausência de plano director municipal, quanto às expropriações da iniciativa das autarquias locais, aos contratos-programa e aos auxílios financeiros (PCP), 16/VI — Decreto-Lei n.º 54/92, de 11 de Abril, que estabelece o regime de taxas moderadoras para o acesso aos serviços de urgência, às consultas e a meios complementares de diagnóstico e terapêutica em regime de ambulatório, bem como as suas isenções (PCP), 17/VI — Decreto-Lei n.º 54/92, de 11 de Abril, que estabelece o regime de taxas moderadoras para o acesso aos serviços de urgência, às consultas e a meios complementares de diagnóstico e terapêutica em regime de ambulatório, bem como as suas isenções (PS).

Apreciaremos, ainda, o projecto de deliberação n.º 22/VI — Criação de uma comissão eventual para a reforma da Lei Eleitoral para a Assembleia da República (PS), e o projecto de resolução n.º 14/VI — Constituição de uma comissão eventual para a apreciação da reforma do sistema eleitoral (PSD).

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

*Eram 20 horas e 15 minutos.*

**Declaração de voto enviada à Mesa, para publicação, relativa às propostas de lei n.º 11/VI e 16/VI**

O PS demonstrou uma grande abertura e apresentou propostas concretas no sentido de melhorar o articulado das duas propostas de lei, tanto mais que careciam de uma actualização face à evolução social verificada desde a sua apreciação no Conselho Permanente de Concertação Social.

O PSD optou por impor a sua maioria parlamentar e manifestou total falta de abertura para aceitar as principais propostas, limitando-se a introduzir duas alterações que iam no sentido indicado pelo PS, mas limitando o seu alcance.

O PS regista a recusa de um diálogo sério sobre o sentido das alterações propostas e não pode premiar mais um exemplo da sistemática utilização da maioria para impedir qualquer melhoria desde que proposta pelo PS.

Em consequência, recusando este comportamento parlamentar, votamos contra estas propostas de lei.

O Deputado do PS, Laurentino Dias.

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Fernando Cardoso Pereira.  
Fernando Gomes Pereira.  
Francisco Bernardino Silva.  
Guilherme Rodrigues Silva.  
João de Oliveira Martins.  
João Granja da Fonseca.  
João Salgado.  
José Augusto Silva Marques.  
José Bernardo Falcão Cunha.  
Leonardo Ribeiro de Almeida.  
Maria Luísa Ferreira.  
Pedro Augusto Cunha Pinto.  
Pedro e Holstein Campilho.  
Pedro Manuel Passos Coelho.  
Vasco Francisco Miguel.

**Partido Socialista (PS):**

Alberto Arons de Carvalho.  
Ana Maria Bettencourt.  
António Alves Martinho.  
António de Almeida Santos.  
Eurico José de Figueiredo.  
Jorge Paulo Almeida Coelho.  
José Eduardo Cruz Jardim.  
Rui Rabaça Vieira.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Maria Odete dos Santos.

**Centro Democrático Social (CDS):**

Manuel Rodrigues Queiró.

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

António Barbosa de Melo.  
António Barradas Leitão.  
António Fernandes Alves.  
António Maria Pereira.  
Cipriano Rodrigues Martins.  
Fernando Monteiro do Amaral.  
João Álvaro Poças Santos.  
Joaquim Fernandes Marques.  
José Reis Leite.  
Manuel Maria Moreira.  
Maria Fernanda Dias Cardoso.  
Maria Manuela Aguiar.  
Miguel Fernando Relvas.  
Pedro Manuel Cruz Roseta.  
Rui Carlos Alvarez Carp.  
Rui Chancerelle de Machete.

## Partido Socialista (PS):

António da Silva Braga.  
António Luís Santos Costa.  
Carlos Cardoso Lage.  
Carlos Manuel Costa Candal.  
Emanuel Jardim Fernandes.  
Fernando Pereira de Sousa.  
Joel Eduardo Hasse Ferreira.  
Jorge Lacão Costa.  
José Rodrigues dos Penedos.  
Manuel Alegre Melo Duarte.  
Raul Fernando Costa Brito.  
Raúl Pimenta Rêgo.  
Rogério Conceição Martins.

## Partido Comunista Português (PCP):

João Gonçalves do Amaral.  
José Manuel Maia.  
Miguel Urbano Rodrigues

## Centro Democrático Social (CDS):

Casimiro da Silva Tavares.  
José Luís Nogueira de Brito.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.



# DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

## AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE  
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 6\$ + IVA;  
preço por linha de anúncio, 178\$ + IVA.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

---

**PREÇO DESTE NÚMERO 277\$00 (IVA INCLUÍDO 5%)**

---

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1092 Lisboa Codex.